

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 - Contexto Operacional

A Vale S.A. ("Vale", a "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro, Av. Graça Aranha, 26 - centro, estado do Rio de Janeiro, Brasil. Obteve seu primeiro registro em outubro de 1943 na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro e hoje tem seus papéis negociados nas bolsas de São Paulo (BM&F BOVESPA), Nova York (NYSE), de Paris (NYSE Euronext) e de Hong Kong (HKEx).

A Vale é líder mundial na produção de minério de ferro e pelotas, e a segunda maior produtora de níquel. É uma mineradora brasileira presente em 38 países, nos cinco continentes com a missão de transformar recursos minerais em riqueza e desenvolvimento sustentável.

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas ("Grupo") tem como atividade preponderante a pesquisa, produção e comercialização de minério de ferro e pelotas, níquel, fertilizantes, cobre, carvão, manganês, ferro-ligas, cobalto, metais do grupo de platina e metais preciosos. Além disso, atua nos segmentos de energia, logística e siderurgia.

Em 31 de dezembro de 2010, as principais controladas operacionais consolidadas e investimentos de controle compartilhado que consolidam proporcionalmente são:

Empresas:	participação %	% capital votante	Localização da sede	Atividade principal
Controladas:				
Alumina do Norte do Brasil S.A. - Alunorte (*)	57,03	59,02	Brasil	Alumina
Alumínio Brasileiro S.A. - Albras (*)	51,00	51,00	Brasil	Alumínio
Compañía Mienera Misky Mayo S.A.C	40,00	51,00	Peru	Fertilizantes
Ferrovia Centro-Atlântica S. A.	99,99	99,99	Brasil	Logística
Ferrovia Norte Sul S.A.	100,00	100,00	Brasil	Logística
Mineração Corumbaense Reunidas S.A.	100,00	100,00	Brasil	Minério de Ferro
PT International Nickel Indonesia Tbk	59,14	59,14	Indonésia	Níquel
Sociedad Contractual Minera Tres Valles	90,00	90,00	Chile	Cobre
Urucum Mineração S.A.	100,00	100,00	Brasil	Minério de ferro e Manganês
Vale Australia Pty Ltd.	100,00	100,00	Austrália	Carvão
Vale Austria Holdings GMBH	100,00	100,00	Austria	Holding e Pesquisa
Vale Canada Limited	100,00	100,00	Canadá	Níquel
Vale Colombia Ltd.	100,00	100,00	Colômbia	Carvão
Vale Fertilizantes S.A.	78,92	99,83	Brasil	Fertilizantes
Vale Fosfatados S.A.	100,00	100,00	Brasil	Fertilizantes
Vale International S.A.	100,00	100,00	Suíça	Trading
Vale Manganês S.A.	100,00	100,00	Brasil	Manganês e Ferroligas
Vale Nouvelle-Caledonie SAS	74,00	74,00	Nova Caledônia	Níquel
Investimentos de controle compartilhado				
California Steel Industries, Inc.	50,00	50,00	Estados Unidos	Siderurgia
Mineração Rio do Norte S.A.	40,00	40,00	Brasil	Bauxita
MRS Logística S.A.	41,50	37,86	Brasil	Logística
Samarco Mineração S.A.	50,00	50,00	Brasil	Minério de Ferro

(*) Ativos mantidos para venda;

O Conselho de Administração autorizou a emissão destas demonstrações contábeis em 24 de fevereiro de 2011.

2 - Sumário das Principais Práticas e Estimativas Contábeis

a) Bases da Apresentação

Demonstrações Contábeis Consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade emitidos pelo *International Accounting Standards Board – (IASB)* e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee – (IFRIC)*, implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e suas interpretações técnicas – ICPCs e orientações – OCPCs, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Vale adotou a partir de 1º de janeiro de 2010, retroativamente a 1º de janeiro de 2009, todos os pronunciamentos emitidos pelo CPC, assim sendo, estas são as primeiras demonstrações contábeis consolidadas apresentadas pela Companhia de acordo com o *International Financial Reporting - IFRS*. As principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas anteriormente no Brasil (BR GAAP antigo) e CPCs/IFRS, incluindo as reconciliações do patrimônio líquido, do resultado e do resultado abrangente, estão descritas na Nota 5.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados a valor justo contra o resultado do exercício.

A preparação das demonstrações contábeis requer que o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

Demonstrações Contábeis Da Controladora

As demonstrações contábeis individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPCs e são publicadas juntas com as demonstrações contábeis consolidadas.

No caso da Vale S.A. as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações contábeis individuais diferem do IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, apenas pela avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial em controladas e coligadas que são, enquanto conforme IFRS seria custo ou valor justo.

b) Conversão de Operações Em Outras Moedas

Moeda Funcional e Moeda De Apresentação

As demonstrações contábeis de cada entidade são mensuradas utilizando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a entidade atua (moeda funcional). As demonstrações contábeis consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da controladora e também, a moeda de apresentação do Grupo no Brasil.

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos para moeda de apresentação, como segue:

- i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço.
- ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas médias de câmbio (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações).
- iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, sob o título de Ajuste Acumulados de Conversão.

Transações e Saldo

As operações com outras moedas são convertidas para a moeda funcional da controladora, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do fim do exercício referentes a ativos e

passivos monetários em outras moedas, são reconhecidos na demonstração do resultado, como despesa ou receita financeira, exceto quando diferidos no patrimônio líquido, nas operações de hedge de fluxo de caixa.

Cotação das principais moedas que impactam nossas operações:

	Cotação no final do exercício em reais Em 31 de dezembro de		
	2010	2009	2008
Dólar americano - US\$	1,6662	1,7412	2,3370
Dólar Canadense - CAD	1,6700	1,6586	1,9128
Dólar Australiano - AUD	1,6959	1,5663	1,6044
Euro - EUR	2,2280	2,5073	3,2382

As alterações no valor justo dos títulos monetários em outras moedas, classificados como disponíveis para venda, são separadas entre as variações cambiais relacionadas com o custo amortizado do título e as outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais do custo amortizado são reconhecidas no resultado e as demais variações no valor contábil do título são reconhecidas no patrimônio líquido.

As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários são reconhecidos no resultado como parte do ganho ou da perda do valor justo. As variações cambiais de ativos financeiros não monetários, tais como, os investimentos em ações classificadas como disponíveis para venda, estão incluídas no patrimônio líquido na rubrica de Ajustes de Avaliação Patrimonial.

c) Princípio de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas refletem os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2009 e as operações dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, da controladora, de suas controladas diretas e indiretas e de controle compartilhado, sendo esta na proporção da participação mantida. Para as coligadas, entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, os investimentos são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

As operações em outras moedas são convertidas para a moeda de apresentação das demonstrações contábeis no Brasil para fins de registro da equivalência patrimonial e de consolidação integral ou proporcional. As práticas contábeis das controladas e coligadas são ajustadas para assegurar consistência com as políticas adotadas pela controladora. As operações entre as Companhias consolidadas, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações são eliminados.

A participação em projetos hidrelétricos é feita através de contratos de consórcio sob os quais a Companhia participa nos ativos e passivos desses empreendimentos na proporção que detém sobre o consórcio. A Companhia não possui responsabilidade conjunta por nenhuma obrigação. De acordo com a legislação brasileira, não existe entidade legal separada para consórcio, consequentemente não há demonstrações contábeis, declaração de imposto de renda, demonstração do resultado e patrimônio líquido separados. Dessa forma, a Companhia reconhece a participação proporcional dos custos e das participações não divisíveis nos ativos relacionados aos projetos hidrelétricos.

Investimentos em entidades controladas

Entidades controladas são aquelas, incluindo as de propósito específico, nas quais, de forma direta ou indireta a controladora exerce o poder de regular as políticas contábeis e operacionais, para obtenção de benefícios de suas atividades, normalmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos de voto (capital votante). Na consolidação das entidades controladas, a participação de terceiros é registrada no demonstrativo de patrimônio líquido, na rubrica de acionistas não controlador.

O uso do método de equivalência patrimonial é suspenso a partir da data em que a Companhia deixar de ter influência significativa sobre a coligada e deixar de ter controle sobre a até então controlada exceto no balanço individual, se a investida passar de controlada para coligada. Quando o método de equivalência é suspenso, o investimento é tratado como instrumento financeiro de acordo com os requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 38 / IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Havendo perda de influência e do controle, o investimento remanescente na ex-coligada ou ex-controlada passa a ser avaliado pelo valor justo e a Companhia reconhece no resultado do período qualquer diferença entre:

(a) o valor justo do investimento remanescente, se houver, e qualquer montante proveniente da alienação parcial de sua participação na coligada e na controlada; e

(b) o valor contábil do investimento na data em que foi perdida a influência significativa ou foi perdido o controle.

Investimentos em entidades controladas em conjunto (*Joint ventures*)

As participações em entidades controladas conjuntamente foram consolidadas pelo método de consolidação proporcional, desde a data em que o controle conjunto é adquirido. De acordo com este método, os ativos, passivos, receitas, custos e despesas destas entidades foram integrados, nas demonstrações contábeis consolidadas, rubrica a rubrica, na proporção do controle atribuível ao acionista.

Investimentos em entidades coligadas

Coligadas são investimentos onde a Companhia tem o poder de exercer uma influência significativa, mas em que não detém o controle ou o controle conjunto através da participação nas decisões financeiras e operacionais da entidade. Geralmente a participação acionária é de 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e inclui ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada.

d) Combinação de negócios (*Business combinations*)

A Companhia adota o método de aquisição a combinações de negócios (*Business combinations*), quando a Companhia adquire controle.

Nessas operações os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação de acionistas não controlador na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação do acionista não controlador no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação do acionista não controlador a ser reconhecida é determinada em cada aquisição realizada.

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação do grupo de ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrada como ágio (*Goodwill*). Nas aquisições em que o Grupo atribui valor justo aos acionistas não controladores, à determinação do ágio inclui também o valor de qualquer participação de acionista não controlador na adquirida, e o ágio é determinado considerando a participação do Grupo e dos acionistas não controladores. Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício.

O ágio (*Goodwill*) registrado como ativo intangível não está sujeito a amortização. Atribuímos ágio (*Goodwill*) a cada Unidade Geradora de Caixa – UGC e testamos sua recuperabilidade pelo menos uma vez ao ano (teste de *impairment*), durante o quarto trimestre. Quando identificado que o ágio registrado não será recuperado integralmente, é efetuada baixa definitiva da respectiva parcela do ágio na demonstração de resultados.

Participação dos acionistas não controladores

A Companhia trata as transações com participações dos acionistas não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de acionistas não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações dos acionistas não controladores também são registrados no patrimônio líquido.

Quando o Grupo para de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se o Grupo tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados no resultado.

e) Caixa e equivalentes de caixa e investimentos a curto prazo

Os montantes registrados na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores disponíveis em caixa, depósitos bancário e investimentos de curtíssimo prazo, que possuem liquidez imediata e vencimento original em até três meses. Os demais investimentos, com vencimentos superiores a três meses, são reconhecidos a valor justo com movimentações pelo resultado e registrados em investimentos a curto prazo.

f) Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial conforme as seguintes categorias:

- Mensurados ao valor justo por meio do resultado – são registrados nesta categoria os ativos financeiros adquiridos mantidos para negociação, com o propósito de venda no curto prazo. Os derivativos não designados como instrumento de *hedge*, estão registrados nesta categoria. Os ativos nesta categoria estão classificados como ativo circulante.
- Empréstimos e recebíveis – são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. São registrados contabilmente no ativo circulante, com exceção daqueles com o prazo de vencimentos superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são registrados no ativo não circulante. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem as contas a receber de clientes e demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa. Os empréstimos e recebíveis são mensurados inicialmente a valor justo, e subsequentemente pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer redução ao valor recuperável. A receita de juros é reconhecida com a aplicação da taxa efetiva, exceto para créditos de curto prazo, caso em que o reconhecimento dos juros seria imaterial.
- Disponíveis para vendas – são ativos não derivativos não classificados nas demais categorias. São registrados em não circulantes, a menos que a intenção seja de alienação em até 12 meses após a data do balanço. São inicialmente registrados pelo seu valor de aquisição, que é o valor justo do preço pago, incluindo as despesas de transação. Após o reconhecimento inicial, são reavaliados pelos valores justos por referência ao seu valor de mercado à data da demonstração contábil, sem qualquer dedução relativa a custo de transação que possa ocorrer até a sua venda.

Os investimentos em instrumento de patrimônio líquido que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com segurança o seu valor justo, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas não recuperável. Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no valor justo dos investimentos disponíveis para venda são registrados no patrimônio líquido, na rubrica de “Ajustes de avaliação patrimonial” incluída na rubrica “Outros lucros abrangentes” até o investimento ser vendido ou recebido ou até que o valor justo do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda significativa ou prolongada, momento em que a perda acumulada é transferida para a demonstração dos resultados.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respectivos independentemente da sua data de liquidação financeira.

g) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes representam os valores a receber pela venda de produtos e prestação de serviços efetuados pela Companhia. Os valores a receber são registrados inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, deduzidos de estimativas de perdas para cobrir eventuais perdas na sua realização.

A estimativa de perdas de créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. O valor da estimativa de perda para créditos de liquidação duvidosa é elaborado com base em experiência de inadimplência ocorrida no passado.

h) Estoques

Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou produção e os valores de reposição ou realização. Os custos de formação dos estoques são determinados pelos custos fixos e variáveis diretos e indiretos de produção, apropriados pelo método de custo médio. O valor líquido de realização dos estoques corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realização da venda. Quando aplicável, é constituída uma estimativa de perdas de estoques obsoletos ou de baixa movimentação.

Os estoques de minério são reconhecidos no momento em que exista a extração física do minério. Este deixa de fazer parte do cálculo das reservas provadas e prováveis e passa a fazer parte do estoque da pilha de minério e, portanto, não faz parte do cálculo da depreciação, amortização e exaustão por unidade de produção.

Os custos de estoques incluem os ganhos e perdas derivados de operações de hedge de fluxo de caixa, na aquisição de material de estoque (matérias primas, preço de produtos, entre outros), inicialmente registrados no patrimônio líquido e transferido para o custo de produto pela realização na venda do produto.

i) Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos mantidos para venda (ou operações descontinuadas) são registrados como ativos não circulantes, separados dos outros ativos circulantes, quando seus valores contábeis são recuperáveis, e quando: 1) a realização da venda for praticamente certa; 2) a gestão estiver comprometida com um plano de venda destes ativos; e 3) que a venda se concretize num período de 12 meses. Os ativos registrados neste grupo são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo, menos os custos de venda.

j) Não circulante

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses subsequentes à data das demonstrações contábeis são considerados como não circulantes.

k) Imobilizado

O ativo imobilizado representado pelos ativos tangíveis está registrado contabilmente ao custo de aquisição ou produção. Os ativos incluem os encargos financeiros, incorridos durante o período de construção, despesas imputáveis a aquisição e perdas por não recuperação do ativo.

Os bens são depreciados pelo método linear, com base na vida útil estimada, a partir da data em que os ativos encontram-se disponíveis para serem utilizados no uso pretendido, exceto por terrenos que não são depreciados. A exaustão das jazidas é apurada com base na relação obtida entre a produção efetiva e o montante total das reservas provadas e prováveis.

A Vale não exerceu a opção de adoção do custo atribuído a seus ativos imobilizados, visto que não identificou bens de valores relevantes com valor contábil substancialmente inferior ou superior ao seu valor justo, principalmente em função do significativo volume de investimentos e aquisições feitos pela empresa nos últimos anos.

Nos casos das ferrovias, onde a Companhia é concessionária, os bens adquiridos, vinculados as atividades de concessão de prestação de serviços públicos (bens reversíveis), ao término do período de concessão serão devolvidos ao concedente sem qualquer compensação ou ônus para o concedente. Os ativos imobilizados tangíveis reversíveis são originalmente registrados contabilmente pelo valor de custo de aquisição ou de construção, durante o período de construção. Os ativos vinculados a concessão são depreciados com base na vida útil estimada do ativo, a partir da entrada em funcionamento.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável, no resultado, se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

A depreciação e exaustão dos ativos da Companhia, esta representada de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Imóveis	10 anos a 50 anos
Instalações	5 anos a 50 anos
Equipamentos	3 anos a 33 anos
Equipamentos de informática	5 anos a 10 anos
Ativos minerários	2 anos a 33 anos
Locomotivas	12,5 anos a 33 anos
Vagões	33 anos
Equipamentos ferroviários	5 anos a 50 anos
Navios	5 anos a 20 anos
Outros	2 anos a 50 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, ao final de cada exercício social.

Os gastos relevantes com manutenção de áreas industriais e de ativo relevantes (ex.; navios), incluindo peças para reposição, serviços de montagens, entre outros, são registrados no ativo imobilizado e depreciados durante o período de benefícios desta manutenção até a próxima parada.

l) Intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem basicamente, os direitos contratuais e despesas incorridas em projetos específicos com valor econômico futuro, são avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que irão gerar benefícios econômicos para a Companhia, sejam por este controláveis e o respectivo valor possa ser medido de forma confiável.

Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida não são amortizados, consequentemente estes ativos são testados no mínimo anualmente quanto a sua recuperação (teste de *impairment*). A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é registrado contabilmente de forma prospectiva.

Os ativos intangíveis gerados internamente, quando da fase de pesquisa, têm seus gastos registrados contabilmente na despesa do período quando incorridos. Os gastos com atividades de desenvolvimento (ou fase de desenvolvimento de um projeto interno) são registrados contabilmente como ativo intangível se, e somente se, cumprido todos os requerimentos da norma. O reconhecimento inicial deste ativo corresponde à soma dos gastos incorridos desde quando o ativo intangível passou a atender

aos critérios de reconhecimento requeridos pela norma. Os ativos intangíveis gerados internamente, em um momento subsequente são registrados ao valor de custo, deduzido da amortização e da perda por redução ao valor recuperável acumuladas.

Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são registrados contabilmente pelo valor justo na data de aquisição, que equivale ao seu custo. Em um momento subsequente, esses ativos são registrados ao valor de custo, deduzido da amortização e da perda por redução ao valor recuperável acumuladas.

m) Ativos biológicos

Os ativos biológicos são avaliados e reconhecidos pelo valor justo, menos o custo para vendas (deduzidos da depreciação e perdas por irrecoverabilidades acumuladas), quando possuem valor de mercado, e a preço de custo quando o valor justo não puder ser determinado. Na ausência de um mercado ativo, o método de avaliação utilizado é o fluxo de caixa descontado. Os respectivos ganhos e perdas são reconhecidos no resultado do exercício em que teve origem.

n) Redução de valor recuperável de ativos (Impairment)

Ativos Financeiros

A Companhia avalia a cada fim de período do relatório se existem evidências objetivas de deteriorização de seus ativos financeiros. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deteriorização de seus ativos e esta puder ser estimada de maneira confiável, a Companhia reconhece no resultado a perda por impairment.

Ativos não financeiros de longa duração

A Companhia analisa anualmente se há evidências de que o valor contábil de um ativo não financeiro de longa duração não será recuperável. Independentemente da existência de indicação de não recuperação de seu valor contábil, saldos de ágio originados da combinação de negócios e ativos intangíveis com vida útil indefinida têm sua recuperação testada pelo menos uma vez por ano. Quando o valor residual contábil desse ativo não financeiro excede seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo não financeiro (deterioração), cabendo também neste momento a revisão dos ativos não financeiros, exceto ágio, que tenham sofrido redução do saldo contábil por não recuperação, para uma eventual reversão desses valores baixados. Se não for possível determinar o valor recuperável de um ativo não financeiro individualmente, é realizada a análise do valor recuperável dos ativos não financeiros agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente da unidade geradora de caixa – UGC, à qual o ativo pertence.

o) Gastos com estudos e pesquisas

Os gastos com estudos e pesquisas minerais são considerados como despesas operacionais até que se tenha a comprovação efetiva da viabilidade econômica da exploração comercial de determinada jazida. A partir desta comprovação, os gastos incorridos passam a ser capitalizados como custo de desenvolvimento de mina.

Durante a fase de desenvolvimento de uma mina, antes do início da produção, os gastos de remoção de estéril, custos associados com remoção de estéril e outros materiais residuais, são contabilizados como parte do ativo na rubrica custo de desenvolvimento de mina. Subsequentemente, estes custos são amortizados durante o período de vida útil da mina com base nas reservas prováveis e provadas. Após o início da fase produtiva da mina, os gastos com remoção de minério são tratados como custo de produção.

p) Arrendamento mercantil (Leasing)

A Companhia classifica seus contratos como arrendamento financeiro ou operacional com base na substância do contrato, independentemente de sua forma.

Nos contratos de arrendamento mercantis considerados pelo método financeiro, o menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento, são registrados no ativo imobilizado tangível com contrapartida da correspondente obrigação registrada no passivo. Nos arrendamentos mercantis considerados como métodos operacionais, os pagamentos efetuados são reconhecidos linearmente durante a vigência do contrato como custo ou despesas na demonstração dos resultados do exercício a que pertençam.

q) Contas a pagar a fornecedores e empreiteiros

As contas a pagar a fornecedores e empreiteiros são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, e são classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no curso normal dos negócios, por até 12 meses. Após esse período, são apresentadas no passivo não circulante. Os montantes são reconhecidos inicialmente pelo

valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado com o método de taxa efetiva de juros. Na prática as contas a pagar são normalmente reconhecidas pelo valor da fatura ou nota fiscal correspondente.

r) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são mensurados inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo.

Instrumentos financeiros, inclusive debêntures perpétuas que são obrigatoriamente resgatáveis em uma data específica são classificadas como passivo.

Instrumentos financeiros compostos (os quais possuem componentes de passivo financeiro (dívida) e de patrimônio líquido emitidos pela Companhia compreendem notas obrigatoriamente conversíveis em capital social, e o número de ações a serem emitidas não varia com as mudanças em seu valor justo.

O componente de passivo de um instrumento financeiro composto é reconhecido inicialmente a valor justo. O valor justo da parcela do passivo de um título de dívida conversível é determinado com o uso de fluxo de caixa descontado, considerando a taxa de juros de mercado para um título de dívida com características similares (período, valor, risco de crédito), porém não conversível. O componente de patrimônio líquido é reconhecido inicialmente pela diferença entre o valor total recebido pela Companhia com emissão do título, e o valor justo como componente de passivo financeiro reconhecido os custos de transação diretamente atribuíveis ao título são alocados aos componentes de passivo e de patrimônio líquido proporcionalmente aos valores inicialmente reconhecidos.

Após o reconhecimento inicial, o componente de passivo de um instrumento financeiro composto é mensurado ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O componente patrimonial de um instrumento financeiro composto não é mensurado novamente após o reconhecimento inicial, exceto na conversão.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

s) Provisões

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de evento passado, seja provável que para solução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são constituídas, revistas e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa nas datas das demonstrações. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar uma obrigação usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Provisão com obrigações de desmobilização de ativos

A Companhia, ao final de cada exercício revisa e atualiza os valores das provisões para obrigações de desmobilização de ativos. Esta provisão tem como objetivo principal a formação de valores de longo prazo, para o uso financeiro no futuro, no momento de encerramento do ativo. As provisões realizadas pela Companhia referem-se, basicamente, a fechamento de mina, com a finalização das atividades minerárias e desativação dos ativos vinculados a mina. O cálculo desta provisão inicia-se com a avaliação das condições do ativo no momento da provisão. O passo seguinte consiste na formação dos montantes a serem descontados a valor presente pela taxa de juros antes do imposto de renda que reflita a avaliação das condições de mercado vigentes e dos riscos específicos associados ao passivo a ser desativado. Por fim o montante a valor presente é registrada contabilmente. A revisão dos cálculos desta provisão acontece ao final de cada exercício, se um novo ativo existir, ou se a situação no momento indicar uma necessidade de revisão da provisão. A provisão é constituída inicialmente com o registro de um passivo de longo prazo com contrapartida em um item do ativo imobilizado principal. O passivo de longo prazo é atualizado financeiramente pela taxa de desconto atualizada, acrescido da inflação do período de atualização, medida pelo IGP-M da Fundação Getúlio Vargas, e registrado contra o resultado do período, na despesa financeira. O ativo é depreciado linearmente pela taxa de vida útil do bem principal, e registrado contra o resultado do exercício.

Provisão de passivos contingentes

As provisões judiciais são constituídas sempre que a perda for avaliada como provável, que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança

levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento de tribunais.

t) Benefícios a empregados

Benefício de curto prazo – salários, férias e encargos incidentes

Os pagamentos de benefícios tais como salário, férias vencidas ou proporcionais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios, são reconhecidos mensalmente no resultado por meio de provisão respeitando o regime de competência.

Benefício de curto prazo – participação no resultado

A Companhia adota a política de participação nos resultados, tendo como base o cumprimento de metas de desempenho individual, da área de atuação e desempenho da Companhia. O montante, objeto da provisão, é formado com base nas melhores expectativas do valor a ser pago pela Companhia baseado no resultado, e na verificação (medição) periódica do cumprimento de todas as metas de desempenho. A Companhia efetua a provisão mensalmente respeitando o regime de competência e o reconhecimento da obrigação presente resultante de evento passado, e entende que o montante estimado é razoável, devendo ocorrer a saída de recursos no futuro. A contrapartida da provisão é registrada como custos de produtos vendidos e serviços prestados ou despesas operacionais de acordo com a atividade do empregado em atividades produtivas ou administrativas, respectivamente.

Benefício de longo prazo – fundo de pensão e outros benefícios pós-aposentadoria

Para os planos de benefício definido em que a Companhia tem a responsabilidade ou possui algum tipo de risco, são obtidos periodicamente cálculos atuariais das responsabilidades determinadas de acordo com o Método de Unidade de Crédito Projetada – *Projected Unit Credit Method*, a fim de estimar as suas responsabilidades pelo pagamento das referidas prestações. O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação ao plano de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data de balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de custos de serviços passados não reconhecidos. Os ganhos e perdas atuariais são apontados e controlados pelo método do corredor, método esse que somente afetará o resultado do período se ultrapassar os limites de 10% do montante de ativos ou passivos, dos dois o maior, e do montante ultrapassado, a parcela do diferido pelo número de participantes ativos do plano. Os custos de serviços passados que surgem com alterações de planos são lançados imediatamente no resultado, quando surgem.

O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

A Companhia possui diversos planos de aposentadoria, dentre os quais planos que apresentam situações superavitárias e deficitárias. Para os planos com posição de superávit, a Companhia não efetua qualquer registro no balanço patrimonial nem na demonstração do resultado, por não existir claramente uma posição sobre a utilização desse superávit pela Companhia, ficando somente demonstrado em nota explicativa. Para os planos com a posição deficitária, a Companhia reconhece os passivos e resultados advindos da avaliação atuarial e os ganhos e perdas atuariais gerados pela avaliação desses planos, são reconhecidos no resultado do exercício, segundo o método do corredor. Além dos registros contábeis os planos deficitários também são demonstrados em nota explicativa.

Com relação aos planos de contribuição definido a Companhia não tem obrigação adicional após a contribuição ser feita.

Benefício de longo prazo – Incentivo de longo prazo

A Companhia estabeleceu mecanismos de premiação para seus executivos, elegíveis, (plano Matching e plano de incentivo de longo prazo - ILP), com o objetivo de incentivar a permanência de seus executivos e o desempenho sustentado da Companhia entre outros. O plano Matching estabelece que os executivos elegíveis possam adquirir ações preferenciais classe A da Companhia, segundo alguns critérios e metas atingidas, e farão jus, ao final de três anos, a um prêmio em dinheiro correspondente ao valor de mercado do lote de ações compradas inicialmente pelos executivos, desde que mantidas em sua integralidade sob propriedade dos executivos em todo o decorrer do período. Assim como o matching, o ILP prevê ao final de três anos o pagamento em espécie do valor equivalente a um determinado número de ações baseado na avaliação de carreira dos executivos e fatores de desempenho da Companhia em relação a um grupo de empresas de porte similar (por Grupo). As obrigações são medidas, em cada data de divulgação, a valor justo, baseado em cotações de mercado. Os custos de compensação incorridos são reconhecidos no resultado durante os três anos definidos como período aquisitivo.

u) Instrumentos financeiros derivativos e operações de *hedge*

A Companhia utiliza instrumentos derivativos na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos, não sendo utilizados instrumentos derivativos com o objetivo de negociação. Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativo ou passivo no balanço patrimonial e são mensurados a valor justo. Mudanças no valor justo dos derivativos são registradas em cada exercício como ganhos ou perdas no resultado do período ou em ajustes de avaliação patrimonial em resultados abrangentes no patrimônio líquido, quando a transação for elegível e caracterizada como um *hedge* efetivo, na modalidade de fluxo de caixa, e que tenha sido efetivo durante o período relacionado.

O método de registro de um item que está sendo protegido por *hedge* depende da sua natureza. Os derivativos serão designados e reconhecidos como *hedge* de valor justo de ativos e passivos quando existir um compromisso firme, como *hedge* de fluxo de caixa quando um risco específico associado a um ativo ou passivo for reconhecido ou uma operação prevista altamente provável, e como *hedge* de um investimento líquido em uma operação no exterior. A Companhia documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, com o objetivo da gestão de risco e estratégia para a realização de operações de *hedge*. A Companhia também documenta sua avaliação, tanto no início quanto de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes nas suas variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*.

O *hedge* de fluxo de caixa a parcela efetiva das variações de valor justo designada e qualificada como *hedge*, nesta modalidade, é registrada contabilmente no patrimônio líquido em resultados abrangentes. A parcela efetiva lançada no patrimônio líquido em resultados abrangentes, somente será transferida para o resultado de período, em conta de resultado apropriada para o item protegido (custo, despesa operacional, despesa financeira, etc.) quando o item protegido for efetivamente realizado. Entretanto, quando um item objeto de *hedge* prescrever, for vendido, ou quando um *hedge* não atender mais aos critérios de contabilização de *hedge*, todo ganho e perda acumulado existente, no momento, permanecerá registrado no patrimônio até que a operação prevista seja realizada e finalmente reconhecida no resultado.

Os instrumentos derivativos que não se qualificam para o registro contábil como *hedge*, suas variações de valor justo deverão ser registradas imediatamente no resultado do período, que são os derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado.

v) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social são reconhecidas no resultado do exercício, exceto para itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesses casos o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A Companhia registra provisão para imposto de renda corrente com base no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro contábil (lucro apresentado na demonstração de resultados), porque exclui receitas e despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda é calculada individualmente por cada entidade do grupo com base nas alíquotas e regras fiscais em vigor na localidade da entidade. O reconhecimento de impostos diferidos, é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos e nos prejuízos fiscais do imposto de renda e na base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro, na medida em que foi considerada provável sua realização contra resultados tributáveis futuros. Se a Companhia não for capaz de gerar lucros tributáveis futuros, ou se houver uma mudança significativa no tempo necessário para que os impostos diferidos sejam dedutíveis, a Administração avalia a necessidade de constituir provisão para perda desses impostos diferidos. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais circulantes contra os passivos fiscais circulantes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados a impostos de renda lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

O imposto de renda e contribuição social diferido ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas e coligadas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pelo Grupo, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

w) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e descontos nas demonstrações consolidadas líquida das eliminações das vendas entre as entidades consolidadas do Grupo.

- **Vendas de produtos**

As receitas com vendas de produtos são reconhecidas quando seu valor pode ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando existir a transferência ao comprador dos riscos e benefícios significativos relacionados ao produto.

As receitas de vendas são dependentes dos termos comerciais negociados, inclusive as cláusulas de transporte, as quais são na maioria das vezes o fator determinante na definição da transferência dos riscos e benefícios dos produtos vendidos. A Companhia utiliza modalidades comerciais distintas onde parte substancial das receitas de vendas da Companhia tem seu reconhecimento no momento da entrega da mercadoria para a empresa responsável pelo transporte. Em outras circunstâncias, as cláusulas comerciais negociadas requerem que a receita seja reconhecida somente na entrega da mercadoria no porto de destino.

- **Vendas de serviços**

As receitas de serviços efetuadas pela Companhia são referentes a contratos de prestação serviços de transportes e são reconhecidas quando o serviço é executado.

- **Receitas financeiras**

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, utilizando o método de taxa de juros efetiva aplicável.

x) Subvenções e assistências governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas contabilmente quando a Companhia cumpre com razoável segurança as condições estabelecidas, pelo governo, relacionadas às subvenções e assistências recebidas. A Companhia registra contabilmente via resultado do período, como redução do tributo ou despesa, de acordo com a natureza do item, e durante a distribuição do resultado na conta de resultado do período, conta de reserva de lucros, no patrimônio líquido.

y) Destinação dos resultados e distribuição de remuneração aos acionistas

No encerramento do exercício, a Companhia destina seus resultados entre remuneração aos acionistas e reservas conforme previsto na legislação societária brasileira. Com relação à remuneração aos acionistas, a Companhia pode utilizar a modalidade de juros sobre capital próprio respeitando os critérios e limites definidos pela legislação brasileira. O reflexo fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício.

z) Capital social

No patrimônio líquido, o capital social, está representado por ações ordinárias e preferenciais não resgatáveis, todas sem valor nominal. As ações preferenciais possuem os mesmos direitos das ações ordinárias, com exceção do voto para eleição de membros do Conselho de Administração. O Conselho de Administração poderá, independentemente de reforma estatutária, deliberar a emissão de novas ações (capital autorizado), inclusive mediante a capitalização de lucros e reservas até o limite autorizado conforme Nota 25 (a).

A Companhia, periodicamente pratica a recompra de ações para permanecerem em tesouraria para uma futura alienação ou cancelamento. Esses programas são aprovados pelo Conselho de Administração com prazo e quantidades por tipo de ações determinados.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

aa) Demonstração do valor adicionado

A Companhia divulga suas demonstrações do valor adicionado (DVA), consolidadas e da controladora, de acordo com os pronunciamentos do CPC 09, que são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme prática contábil brasileira, aplicável a companhias abertas, que entretanto para as práticas internacionais pelo IFRS são apresentadas como informações adicionais, sem prejuízo do conjunto de demonstrações contábeis.

Esta demonstração representa um dos elementos componentes do Balanço Social que tem por objetivo principal apresentar com grande evidência a criação de riqueza por parte da entidade e sua distribuição durante o exercício divulgado.

3. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

A apresentação das demonstrações contábeis em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração pelos padrões de contabilidade emitidos pelo CPC e IASB requer que a Administração da Companhia formule julgamentos, estimativas e pressupostos que poderão afetar o valor dos ativos e passivos apresentados.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada período e nas ações que se planeja realizar, sendo permanentemente revistas com base nas informações disponíveis. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir das estimativas.

As estimativas e pressupostos significativos utilizados pela Administração da Companhia na preparação destas demonstrações contábeis estão assim apresentadas:

Reservas minerais e vida útil de minas

As estimativas de reservas provadas e de reservas prováveis são periodicamente avaliadas e atualizadas. As reservas provadas e as reservas prováveis são determinadas usando técnicas de estimativas geológicas geralmente aceitas. O cálculo das reservas requer que a Companhia assuma posições sobre condições futuras que são incertas, incluindo preços futuros do minério, taxas de câmbio, taxas de inflação, tecnologia de mineração, disponibilidade de licenças e custos de produção. Alterações em algumas dessas posições assumidas poderão ter impacto significativo nas reservas provadas e reservas prováveis registradas.

A estimativa do volume das reservas minerais é base de apuração da parcela de exaustão das respectivas minas e, sua estimativa de vida útil é fator preponderante para quantificação da provisão de recuperação ambiental das minas quando da sua baixa contábil do ativo imobilizado. Qualquer alteração nas estimativas do volume de reservas das minas e da vida útil dos ativos a elas vinculado poderá ter impacto significativo nos encargos de depreciação, exaustão e amortização, reconhecidos nas demonstrações contábeis como custo dos produtos vendidos. Alterações na vida útil estimada das minas poderão causar impacto significativo nas estimativas da provisão de gastos ambientais, de sua recuperação quando da sua baixa contábil do ativo imobilizado e das análises de *impairment*.

Custos ambientais e de recuperação de áreas degradadas

Os gastos incorridos relacionados ao cumprimento das regulamentações ambientais são registrados no resultado ou capitalizados. Esses programas foram criados para minimizar o impacto ambiental das atividades.

A Companhia reconhece uma obrigação segundo o valor de mercado para desmobilização de ativos no período em que elas ocorrerem, conforme Nota 2(s). A Companhia considera as estimativas contábeis relacionadas com a recuperação de áreas degradadas e os custos de encerramento de uma mina como uma prática contábil crítica por envolver valores expressivos de provisão e se tratar de estimativas que envolvem diversas premissas, como taxa de juros, inflação, vida útil do ativo considerando o estágio atual de exaustão e as datas projetadas de exaustão de cada mina. Apesar das estimativas serem revistas anualmente, essa provisão requer que sejam assumidas premissas para projetar os fluxos de caixa aplicáveis às operações.

Imposto de renda e contribuição social

A determinação da provisão para imposto de renda ou o imposto de renda diferido ativos e passivos e qualquer provisão para perdas nos créditos fiscais requer estimativas da Administração. Para cada crédito fiscal futuro, a Companhia avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperado. A provisão para desvalorização feita com relação aos prejuízos fiscais acumulados depende da avaliação, pela Companhia, da probabilidade de geração de lucros tributáveis no futuro em que o Imposto de renda diferido ativo foi reconhecido baseada na produção e planejamento de vendas, preços de commodities, custos operacionais, planos de reestruturação, custos de recuperação de áreas degradadas e custos de capital planejados.

A Companhia reconhece, quando aplicável, provisão para perda nos casos em que acredita que créditos fiscais não sejam totalmente recuperáveis no futuro.

Contingências

Os passivos contingentes são registrados e/ou divulgados, a menos que a possibilidade de perda seja considerada remota por nossos consultores jurídicos. As contingências, encontram-se dispostas em notas explicativas das demonstrações contábeis Notas 2 (s) e 20.

O registro das contingências de um determinado passivo na data das demonstrações contábeis é feito quando o valor da perda pode ser razoavelmente estimado. Por sua natureza, as contingências serão resolvidas quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da nossa atuação, o que dificulta a realização de estimativas precisas acerca da data precisa em que tais eventos serão verificados. Avaliar tais passivos,

particularmente no incerto ambiente legal brasileiro, e outras jurisdições envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

Benefícios pós-aposentadoria dos empregados

A Companhia patrocina diversos planos de benefícios pós-aposentadoria aos seus empregados, no Brasil e no exterior, na controladora e em entidades do Grupo, conforme Notas 2 (t) e 22.

Os valores registrados nesta rubrica dependem de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utiliza diversas premissas, para determinação dos custos e passivos, entre outros. Uma das premissas utilizadas na determinação dos valores a serem registrados contabilmente é a taxa de juros para desconto e atualização. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão os registros contábeis efetuados.

A Companhia, em conjunto com os atuários externos, revisa no final de cada exercício, quais premissas devem ser utilizadas para o exercício seguinte. Essas premissas são utilizadas para as atualizações e descontos a valor justo de ativos e passivos, custos e despesas e determinação dos valores futuros de saídas de caixa estimadas, que são necessárias para liquidação das obrigações com os planos.

Redução de valor recuperável de ativos

A Companhia anualmente testa a recuperabilidade de seus ativos tangíveis e intangíveis, com vida útil indefinida que, se constituem principalmente da parcela de ágio por expectativa de resultados futuros advindos de processos de combinação de negócios. A política contábil referente a essa rubrica esta apresentada na Nota 2 (n) e os eventuais valores e procedimentos utilizados para os cálculos e registros estão apresentados na Nota 18.

A recuperabilidade dos ativos com base no critério do fluxo de caixa descontado depende de diversas estimativas, que são influenciadas pelas condições de mercados vigentes no momento em que essa recuperabilidade é testada e dessa forma a Administração entende não é possível determinar se novas perdas de recuperabilidade ocorrerão ou não no futuro.

Valor Justo de Derivativos e Outros Instrumentos Financeiros

O Valor justo de instrumentos financeiros não negociados em mercado ativo é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Vale usa seu julgamento para escolher os diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço, vide nota 24.

A análise do impacto caso os resultados reais fossem diferente da estimativa da administração está apresentada na nota 26 no tópico análise de sensibilidade.

4. Alterações e Interpretações das Normas Internacionais Existentes que Ainda não Estão em Vigor

As alterações e interpretações a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis iniciados após 1º de janeiro de 2011, e não houve adoção antecipada dessas normas por parte da Companhia.

- IAS 12 Imposto de renda, corrigido em dezembro de 2010, esclarece quanto a dificuldade de mensuração se a recuperabilidade de um ativo se dará através da venda ou do uso quando o ativo estiver classificado como propriedade para investimento. A presunção apresentada nessa correção é de que o valor desse ativo será recuperado normalmente através da venda. Estamos avaliando esse impacto nas nossas demonstrações.
- IFRS 9 Instrumentos Financeiros, emitido em novembro de 2009 e introduz novas exigência para classificar e mensurar os ativos financeiros. A norma será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013, e sua adoção antecipada é permitida. A Companhia está avaliando os possíveis efeitos que poderão surgir com a adoção deste pronunciamento. Não é esperado que exista impacto significativo nas demonstrações da Companhia ou da controladora.
- IFRIC 19 Extinção dos Passivos Financeiros com Instrumentos Patrimoniais está em vigor desde 1º de julho de 2010. Esclarece as exigências do IFRS quando uma entidade renegocia os termos de um passivo financeiro com seu credor, e este concorda em aceitar as ações da entidade ou outros instrumentos de capital para liquidar o passivo financeiro total ou parcialmente. A Companhia aplicará a interpretação a partir de 1º de janeiro de 2011. A Companhia está avaliando os possíveis efeitos que poderão surgir com a adoção deste pronunciamento e não se espera que exista impacto significativo nas demonstrações da Companhia ou da controladora.
- IFRIC 14, IAS 19 Limite de Ativo de Benefício Definido, Exigências Mínimas de Provimento de Recursos (funding) e sua Interação". Retira as consequências não intencionais que surgem do tratamento de pagamentos antecipados, no qual há uma exigência mínima de provimento de recursos. Os resultados nos pagamentos antecipados das contribuições em determinadas circunstâncias são reconhecidos como ativo, em vez de despesa. Entrada em vigor 1º de janeiro de 2011.

A Companhia está avaliando os possíveis efeitos que poderão surgir com a adoção deste pronunciamento e não é esperado que exista impacto significativo nas demonstrações da Companhia ou da controladora.

- IFRS 7 Instrumentos Financeiros. Enfatiza a interação entre divulgações quantitativas e qualitativas sobre a natureza e a extensão dos riscos associados com os instrumentos financeiros. Aplicável a partir de 1º de janeiro de 2011. Aplicado retroativamente. A Companhia está avaliando os possíveis efeitos que poderão surgir com a adoção deste pronunciamento e não é esperado que exista impacto significativo nas demonstrações da Companhia ou da controladora.
- IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis. Esclarece que uma entidade apresentará uma análise de outros resultados abrangentes para cada componente do patrimônio líquido, na demonstração das mutações do patrimônio líquido ou nas notas explicativas às demonstrações contábeis. Aplicável a partir de 1º de janeiro de 2011. De forma retroativa. A Companhia está avaliando os possíveis efeitos que poderão surgir com a adoção deste pronunciamento e não é esperado que exista impacto significativo nas demonstrações da Companhia ou da controladora.
- IAS 34 Apresentação de Relatórios Financeiros Intermediários. Oferecer orientação para ilustrar como aplicar os princípios de divulgação no IAS 34 e acrescentar exigências de divulgação acerca de: a) circunstâncias que provavelmente afetarão os valores justos dos instrumentos financeiros e sua classificação; b) transferências de instrumentos financeiros entre níveis diferentes da hierarquia do valor justo; c) mudanças na classificação dos ativos financeiros; e d) mudanças nos passivos e ativos contingentes. Aplicável a partir de 1º de janeiro de 2011. Aplicado retroativamente. A Companhia está avaliando os possíveis efeitos que poderão surgir com a adoção deste pronunciamento e não é esperado que exista impacto significativo nas demonstrações da Companhia ou da controladora.
- IFRIC 13 Programas de Fidelização de Clientes. O significado de "valor justo" é esclarecido no contexto de mensuração de concessão de créditos nos programas de fidelização de clientes. Aplicável a partir de 1º de janeiro de 2011. A Companhia está avaliando os possíveis efeitos que poderão surgir com a adoção deste pronunciamento e não é esperado que exista impacto significativo nas demonstrações da Companhia ou da controladora.
- IAS 32 Instrumentos Financeiros. Alteração emitida em outubro de 2009. A alteração aplica-se a períodos anuais iniciando em ou após 1º de fevereiro de 2010. Aplicação antecipada é permitida. A alteração aborda a contabilização de direitos de ações denominados em outra moeda que não a funcional do emissor. Contanto que determinadas condições sejam atendidas, esses direitos de ações agora são classificados como patrimônio, independente da moeda em que o preço de exercício é denominado. Anteriormente, as ações tinham de ser contabilizadas como passivos derivativos. A alteração aplica-se retroativamente, de acordo com o IAS 8 "Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas Contábeis e Erros". A Companhia está avaliando os possíveis efeitos que poderão surgir com a adoção deste pronunciamento e não é esperado que exista impacto significativo nas demonstrações da Companhia ou da controladora.

5. Adoção pela primeira vez das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais dos IFRSs e das demonstrações contábeis individuais de acordo com os pronunciamentos técnicos pelos CPCs.

I) Base de transição aplicação dos CPCs 37 e 43 e do IFRS 1

As demonstrações contábeis consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações contábeis consolidadas anuais em conformidade com os CPCs e os IFRSs. A Companhia aplicou os CPC's 37 e 43 e o IFRS 1 na preparação destas demonstrações contábeis consolidadas.

As demonstrações contábeis individuais da Controladora para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações individuais anuais em conformidade com os CPCs. A Companhia aplicou os CPC's 37 e 43 na preparação destas demonstrações contábeis individuais.

A data de transição é 1º de janeiro de 2009. A administração preparou os balanços patrimoniais de abertura segundo os CPCs e o IFRS nessa data.

Na preparação dessas demonstrações contábeis, a Companhia aplicou as exceções obrigatórias relevantes e certas isenções opcionais em relação à aplicação completa retrospectiva.

II) A Companhia optou por aplicar as seguintes isenções com relação à aplicação retrospectiva:

- a) Obrigações com benefícios de aposentadoria - A Companhia optou por reconhecer todos os ganhos e perdas atuariais passados cumulativamente em 1º de janeiro de 2009. Desta forma, ganhos e perdas não reconhecidos no passado foram integralmente reconhecidos no balanço de abertura contra o patrimônio líquido.

- b) Provisão para Desmobilização de Ativos - A Companhia adotou a isenção deste pronunciamento no que se refere às taxas históricas de juros de longo prazo antes do imposto de renda que reflita a avaliação das condições de mercado vigente à época e dos riscos específicos associados ao passivo, utilizadas nos princípios anteriores, e a remensuração prevista nos novos princípios, para o cálculo do desconto a valor presente das obrigações com a desmobilização de ativos.
- c) Combinação de negócios – a Companhia aplicou a isenção de combinação de negócios descrito no IFRS 1 e no CPC 37 e, assim sendo, não reapresentou as combinações de negócios que ocorreram antes de 1º de janeiro de 2009, data de transição.
- d) Ajustes acumulados de conversão – a Companhia efetuou o registro inicial dos ajustes acumulados de conversão, em 1º de janeiro de 2009, em lucros acumulados, aplicando na data de transição essa isenção a todas controladas, de acordo com o pronunciamento.
- e) As demais isenções da norma não são relevantes para a Companhia e não foram adotadas.

III) Exceções obrigatórias na aplicação retrospectiva:

- a) Estimativas contábeis – as estimativas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações contábeis em 1º de janeiro de 2009 e em 31 de dezembro de 2009 são consistentes com as estimativas feitas nas mesmas datas de acordo com as práticas adotadas no Brasil anteriormente.
- b) As outras exceções obrigatórias, baixa e reversão de ativos e passivos financeiros, hedge accountig e participação de acionistas não controladores não se aplicam, pois não houve diferenças significativas com relação ao BR GAAP antigo.

IV) Conciliação entre IFRS/CPCs com as práticas anteriores:

- a) A Companhia efetuou registros iniciais nos planos de benefícios a empregados de forma imediata e reconheceu um aumento no passivo atuarial de plano deficitário com contrapartida no ativo de imposto de renda diferido e reflexo da realização da perda atuarial acumulada no patrimônio líquido. Nestes ajustes estão contemplados os ganhos e perdas atuariais referentes à política contábil anterior, que se situavam dentro dos limites do “corredor” (vide definição na nota 2 (t)). A companhia continuará utilizando o “corredor” como prática contábil.
- b) Provisão para desmobilização de ativo – A Companhia já reconhecia em suas demonstrações contábeis a provisão para desmobilização de acordo com o IFRS, exceto pela remensuração da taxa histórica de juros de longo prazo antes do imposto de renda que reflita a avaliação das condições de mercado vigentes à época, utilizada no cálculo do valor presente das obrigações, que de acordo com as normas IFRS devem ser revisadas/remensuradas na data do balanço. Como resultado desse recalcule a Companhia procedeu o ajuste no balanço de abertura ajustando o patrimônio líquido na data de transição.
- c) Imposto de renda diferido - os ajustes nesta conta referem-se basicamente a transferência das parcelas registradas como corrente para o não corrente, de acordo com os novos princípios e a compensação entre ativos e passivos de mesma natureza e incluem os ajustes sobre o saldo de abertura na data de transição.
- d) Investimento – o ajuste refere-se ao impacto da transição da prática anterior para CPC’s nas investidas, capturadas na linha de equivalência patrimonial na Demonstração de resultado da Controladora.
- e) Depósito judicial – refere-se à reclassificação dos depósitos que na norma anterior eram apresentados como conta redutora do passivo contingente.
- f) Participação minoritária - esta rubrica contábil passou a denominar-se Participação dos Acionistas não Controladores e foi realocada para o patrimônio líquido. A participação dos acionistas não controladores, registrada contabilmente de forma destacada no patrimônio líquido requer que as movimentações das rubricas de composição do patrimônio destes acionistas ocorram de forma similar às apresentadas para os acionistas controladores.
- g) Ações resgatáveis de acionistas não controladores - a participação dos acionistas não controladores que é resgatável após a ocorrência de certos eventos fora do controle da Companhia, foi classificada como participação resgatáveis de acionistas não controladores no passivo não circulante.
- h) Intangível – Nas concessões ferroviárias que a Companhia participa, os investimentos na via permanente devem ser retomados ao poder concedente na conclusão do contrato de concessão, foram reclassificados de imobilizado para ativo intangível.

Ajustes da Adoção de Novas Práticas, Estimativas Contábeis e Reclassificações

Balanço de abertura das novas práticas em 1º de janeiro de 2009:	Nota 5	Consolidado				Controladora		
		Ativos	Passivos	Participação Minoritária	Patrimônio líquido	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido
Saldo anterior à adoção das novas práticas		184.847	82.491	6.081	96.275	171.760	75.485	96.275
Obrigações com benefícios de aposentadoria	IV a)	121	127	-	(6)	103	303	(200)
Provisão para desmobilização de ativos	IV b)	(49)	(88)	-	39	-	-	-
Imposto de renda diferido	IV c)	(430)	(430)	-	-	-	-	-
Investimentos	IV d)	-	-	-	-	233	-	233
Depósito judicial	IV e)	1.126	1.126	-	-	862	862	-
Ajustes em 1º de janeiro de 2009		768	735	-	33	1.198	1.165	33
Patrimônio líquido dos acionistas da controladora	IV	-	-	-	96.308	-	-	96.308
Participação de acionistas não controladores - PL	IV f)	-	-	(4.691)	4.691	-	-	-
Ações resgatáveis de acionistas não controladores	IV g)	-	1.390	(1.390)	-	-	-	-
Saldo em 1º de janeiro de 2009 com as novas práticas	IV	185.615	84.616	-	100.999	172.958	76.650	96.308

Balanço comparativo em 31 de dezembro de 2009:	Notas	Consolidado					Controladora			
		Ativos	Passivos	Participação Minoritária	Patrimônio líquido	Net Income	Ativos	Passivos	Participação Minoritária	Patrimônio líquido
Saldo anterior à adoção das novas práticas		175.739	74.194	5.808	95.737	10.249	159.757	64.020	95.737	10.249
Ajustes acumulados balanço de abertura		768	735	-	33	-	1.198	1.165	33	-
		176.507	74.929	5.808	95.770	10.249	160.955	65.185	95.770	10.249
Obrigações com benefícios de aposentadoria	IV a)	(26)	(51)	-	25	(7)	(19)	(56)	37	37
Provisão para desmobilização de ativos	IV a)	138	175	-	(37)	(7)	-	-	-	-
Remuneração adicional de título mandatoriamente conversível		-	-	-	-	102	-	-	-	-
Imposto de Renda Diferido	IV c)	1.614	1.614	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos	IV d)	-	-	-	-	-	(49)	-	(49)	51
Depósito judicial	IV e)	(495)	(495)	-	-	-	202	202	-	-
Ajustes em 31 de dezembro de 2009		1.231	1.243	-	(12)	88	134	146	(12)	88
Patrimônio líquido dos acionistas da controladora	IV	-	-	-	95.758	10.337	-	-	-	10.337
Participação de acionistas não controladores - PL	IV f)	-	-	(4.535)	4.535	168	-	-	-	-
Ações resgatáveis de acionistas não controladores	IV g)	-	1.273	(1.273)	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2009	IV	177.738	77.445	-	100.293	10.505	161.089	65.331	95.758	10.337

Conciliação do balanço patrimonial do período de transição 1º de janeiro de 2009 – Consolidado

					Em milhões de reais
	Publicado		Ajustes de adoção		Ajustado
	Nota 5	31 de dezembro de 2008	Reclassificações	Ajustes	1º de janeiro de 2009
Ativo					
Circulante					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	IV c)	1.305	(1.305)	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda		-	461	-	461
Outros circulantes total		54.754	-	-	54.754
		56.059	(844)	-	55.215
Não circulante					
Depósitos judiciais	IV e)	1.794	1.126	-	2.920
Imposto de renda e contribuição social diferidos	IV c)	-	875	103	978
Investimentos	IV d)	2.442	(461)	-	1.981
Intangíveis		10.727	13.229	-	23.956
Imobilizado	IV h)	110.494	(13.229)	(31)	97.234
Outros não circulantes total		3.331	-	-	3.331
		128.788	1.540	72	130.400
		184.847	696	72	185.615
Passivo e Patrimônio Líquido					
Circulante					
Parcela do circulante de empréstimos de longo prazo	IV b)	1.583	-	7	1.590
Fundo de pensão	IV a)	239	-	49	288
Outros circulantes total		16.817	-	-	16.817
		18.639	-	56	18.695
Não circulante					
Fundo de pensão	IV a)	3.563	-	87	3.650
Empréstimos e financiamentos		42.694	-	12	42.706
Provisões para contingências	IV e)	2.989	1.126	-	4.115
Imposto de renda e contribuição social diferidos	IV c)	7.105	(430)	257	6.932
Provisão com obrigações para desmobilização de ativos	IV b)	1.997	-	(104)	1.893
Outros	IV c)	5.504	-	(269)	5.235
		63.852	696	(17)	64.531
Participação resgatável dos acionistas não controladores	IV f e g)	-	1.390	-	1.390
		63.852	2.086	(17)	65.921
Patrimônio líquido					
lucros abrangentes:					
Lucro líquido do exercício ajustado				21.312	21.312
Outros lucros abrangentes:					
Ajustes acumulados de conversão	II d)			5.982	5.982
Ganhos (perdas) não realizados em investimentos disponíveis para venda				8	8
Total outros lucros abrangentes				27.302	27.302
Outros patrimônio líquido total		96.275	-	(27.269)	69.006
Patrimônio líquido dos acionistas da controladora	IV f)	96.275	-	33	96.308
Participação dos acionistas não controladores	IV f e g)	6.081	(1.390)	-	4.691
Total do patrimônio líquido		102.356	-	33	100.999
Total		184.847	696	72	185.615

Conciliação do balanço patrimonial do período de transição 1º de janeiro de 2009 – Controladora

Em milhões de reais				
	Publicado	Ajustes de adoção		Ajustado
Nota 5	31 de dezembro de 2008	Reclassificações	Ajustes	1º de janeiro de 2009
Ativo				
Circulante				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.220	(1.220)	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	384	-	384
Outros circulantes total	25.996	-	-	25.996
	27.216	(836)	-	26.380
Não circulante				
Depósitos judiciais	1.299	862	-	2.161
Imposto de renda e contribuição social diferidos	640	1.220	103	1.963
Investimentos	91.543	(384)	233	91.392
Intangíveis	8.386	8.626	-	17.012
Imobilizado	38.711	(8.626)	-	30.085
Outros não circulantes total	3.965	-	-	3.965
	144.544	1.698	336	146.578
	171.760	862	336	172.958
Passivo e Patrimônio Líquido				
Circulante				
Fundo de pensão	86	-	49	135
Outros circulantes total	18.649	-	-	18.649
	18.735	-	49	18.784
Não circulante				
Fundo de pensão	523	-	254	777
Provisões para contingências	1.730	862	-	2.592
Outros não circulantes total	54.497	-	-	54.497
	56.750	862	254	57.866
Patrimônio líquido				
lucros abrangentes:				
Lucro líquido do exercício ajustado	-		21.312	21.312
Outros lucros abrangentes:				
Ajustes acumulados de conversão			5.982	5.982
Ganhos (perdas) não realizados em investimentos disponíveis para venda			8	8
Total outros lucros abrangentes			27.302	27.302
Outros patrimônio líquido total	96.275		(27.269)	69.006
Total do patrimônio líquido	96.275	-	33	96.308
Total	171.760	862	336	172.958

Conciliação do balanço patrimonial comparativo de 31 de dezembro de 2009 – Consolidado

					Em milhões de reais	
	Publicado		Ajustes de adoção		Ajustado	
	Nota 5	31 de dezembro de 2009	Reclassificações	Ajustes	31 de dezembro de 2009	
Ativo						
Circulante						
Imposto de renda e contribuição social diferidos	IV a)	1.492	(1.492)	-	-	
Ativos financeiros disponíveis para venda		-	28	-	28	
Outros circulantes total		36.766	-	-	36.766	
		38.258	(1.464)	-	36.794	
Não circulante						
Depósitos judiciais	IV e)	2.478	631	-	3.109	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	IV c)	-	2.676	84	2.760	
Investimentos em coligadas		4.590	(28)	-	4.562	
Intangíveis	IV h)	10.127	12.478	-	22.605	
	II b) e IV					
	h)	115.160	(12.478)	100	102.782	
Imobilizado		4.766	-	-	4.766	
Outros não circulantes total		137.121	3.279	184	140.584	
		175.379	1.815	184	177.378	
Passivo e Patrimônio Líquido						
Parcela do circulante de empréstimos de longo prazo	II b)	5.305	-	5	5.310	
Fundo de pensão	II a)	243	-	49	292	
Outros circulantes total		11.868	-	-	11.868	
		17.416	-	54	17.470	
Não circulante						
Fundo de pensão	II a)	3.334	-	(233)	3.101	
Empréstimos e financiamentos		36.126	-	6	36.132	
Provisões para contingências	IV e)	3.571	631	-	4.202	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	IV c)	7.673	1.184	450	9.307	
	II b) e IV					
	b)	1.844	-	86	1.930	
Provisão com obrigações para desmobilização de ativos		2.779	-	(200)	2.579	
Outros		1.451	-	-	1.451	
Outros não circulantes total		56.778	1.815	109	58.702	
Resultado de exercícios futuros						
Participação resgatável dos acionistas não controladores	IV f e g)	-	1.273	-	1.273	
		56.778	3.088	109	59.975	
Patrimônio líquido						
Lucros abrangentes:						
Lucro líquido do exercício ajustado				10.337	10.337	
Outros lucros abrangentes:						
Ajustes acumulados de conversão				(8.886)	(8.886)	
Ganhos (perdas) não realizados em investimentos disponíveis para venda				(34)	(34)	
Hedge do fluxo de caixa				5	5	
Total outros lucros abrangentes				1.422	1.422	
Remuneração adicional aos títulos				(100)	(100)	
Lucros acumulados não apropriados				6.003	6.003	
Outros patrimônio líquido total		95.737		(7.304)	88.433	
Patrimônio líquido dos acionistas da controladora		95.737		21	95.758	
Participação dos acionistas não controladores		5.808	(1.273)		4.535	
Total do patrimônio líquido		101.545	(1.273)	21	100.293	
Total		175.739	1.815	184	177.738	

Conciliação do balanço patrimonial comparativo de 31 de dezembro de 2009 – Controladora

Em milhões de reais					
Ativo	Nota 5	Publicado	Ajustes de adoção		Ajustado
		31 de dezembro de 2009	Reclassificações	Ajustes	31 de dezembro de 2009
Circulante					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	IV a)	1.219	(1.219)	-	-
Outros circulantes total		13.638	-	-	13.638
		14.857	(1.219)	-	13.638
Não circulante					
Depósitos judiciais		1.370	1.064	-	2.434
Imposto de renda e contribuição social diferidos	IV e)	747	1.219	84	2.050
Investimentos	IV c)	87.711	-	184	87.895
Intangíveis		7.852	9.461	-	17.313
Imobilizado	IV h)	43.628	(9.461)	-	34.167
Outros não circulantes total	II b) e IV h)	3.592	-	-	3.592
		144.900	2.283	268	147.451
		159.757	1.064	268	161.089
Passivo e Patrimônio Líquido					
Circulante					
Fundo de pensão	II b)	111	-	49	160
Outros circulantes total	II a)	16.381	-	-	16.381
		16.492	-	49	16.541
Não circulante					
Fundo de pensão	II a)	440	-	198	638
Provisões para contingências	IV e)	1.667	1.064	-	2.731
Outros não circulantes total	II b) e IV b)	45.421	-	-	45.421
		47.528	1.064	198	48.790
Patrimônio líquido					
lucros abrangentes:					
Lucro líquido do exercício ajustado				10.337	10.337
Outros lucros abrangentes:					
Ajustes acumulados de conversão				(8.886)	(8.886)
Ganhos (perdas) não realizados em investimentos disponíveis para venda				(34)	(34)
Hedge do fluxo de caixa				5	5
Total outros lucros abrangentes				1.422	1.422
Remuneração adicional aos títulos				(100)	(100)
Lucros acumulados não apropriados				6.003	6.003
Outros patrimônio líquido total		95.737		(7.304)	88.433
Patrimônio líquido dos acionistas da controladora		95.737		21	95.758
Total		159.757	1.064	268	161.089

Conciliação do resultado do exercício comparativo de 31 de dezembro de 2009 – Consolidado

Consolidado			
Em milhões de reais			
Nota 5	2009 Publicado	Ajustes	2009 Ajustado
Receita de vendas líquidas	48.496	-	48.496
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	(27.720)	(30)	(27.750)
Lucro bruto	20.776	(30)	20.746
Com vendas e administrativas	(2.369)	22	(2.347)
Outras despesas/ receitas operacionais líquidas	(5.226)	-	(5.226)
Lucro operacional	13.181	(8)	13.173
Resultado de participações societárias em coligadas	116	(17)	99
Resultado financeiro líquido	1.952	142	2.094
Ganho na realização de investimentos	93	-	93
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	15.342	117	15.459
Imposto de renda e contribuição social	(4.925)	(29)	(4.954)
Lucro líquido do período	10.417	88	10.505
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores	168	-	168
Lucro líquido atribuído aos acionistas da controladora	10.249	88	10.337

Conciliação do resultado do exercício comparativo de 31 de dezembro de 2009 – Controladora

				Consolidado
				Em milhões de reais
	Nota 5	2009 Publicado	Ajustes	2009 Ajustado
Receita de vendas brutas		27.285	(855)	26.430
Impostos e contribuições sobre vendas e serviços	II e IV	(855)	855	-
Receita de vendas líquidas		26.430	-	26.430
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados		(13.649)	-	(13.649)
Lucro bruto	II e IV	12.781	-	12.781
Com vendas e administrativas		(1.244)	-	(1.244)
Outras despesas/ receitas operacionais líquidas	II e IV	(2.241)	-	(2.241)
Resultado de participações societárias de controladas	II e IV	(3.860)	51	(3.809)
Lucro operacional		5.436	51	5.487
Resultado de participações em coligadas		116	(17)	99
Resultado financeiro líquido	II e IV	9.960	73	10.033
Ganho na realização de investimentos		284	-	284
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		15.796	107	15.903
Imposto de renda e contribuição social		(5.547)	(19)	(5.566)
Lucro líquido atribuído aos acionistas da controladora		10.249	88	10.337

Reconciliação da demonstração de lucros abrangentes

A transição de BR GAAP para o IFRS não apresentou efeitos sobre os lucros abrangentes divulgados pelo grupo. Os itens de conciliação entre a apresentação em BR GAAP e a apresentação em IFRS foram apresentados na nota de reconciliação dentro do Patrimônio Líquido.

Reconciliação da demonstração dos fluxos de caixa

A transição de BR GAAP para o IFRS não apresentou nenhum efeito sobre os fluxos de caixa divulgados gerados pelo grupo. Os itens de conciliação entre a apresentação em BR GAAP e a apresentação em IFRS não têm nenhum impacto líquido sobre os fluxos de caixa gerados.

6. Gestão de Riscos

A Vale entende que o gerenciamento de risco é fundamental para apoiar sua estratégia de crescimento e flexibilidade financeira. A redução do risco nos fluxos de caixa futuros melhora a capacidade de crédito da Companhia, facilitando o acesso aos diversos mercados e reduzindo o custo relativo de eventuais captações.

A Vale desenvolveu sua estratégia de gestão de riscos com o objetivo de prover uma visão integrada dos riscos aos quais está exposta. Para tal, avalia não apenas o impacto das variáveis negociadas no mercado financeiro sobre os resultados do negócio (risco de mercado), como também o risco proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia (risco de crédito), aqueles inerentes aos processos produtivos (risco operacional) e aqueles oriundos do risco de liquidez.

a) Política de gestão de risco

O Conselho de Administração da Vale estabeleceu uma política de gestão de risco corporativo e a criação de um comitê executivo de gestão de risco.

A política de gestão de risco corporativo determina que a Vale avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa, bem como, propostas de mitigação de risco. As estratégias de mitigação de riscos são executadas com o objetivo de reduzir os riscos com relação ao cumprimento dos compromissos assumidos pela Companhia, tanto com terceiros, como com seus acionistas.

A diretoria executiva é responsável pela avaliação e aprovação das estratégias de mitigação de risco que foram recomendadas pelo comitê executivo de gestão de riscos. O comitê é responsável por emitir parecer sobre os princípios e instrumentos de gerenciamento de risco, além de comunicar periodicamente a diretoria executiva sobre o processo de gestão e monitoramento dos riscos e os principais riscos os quais a Companhia está exposta, bem como, o impacto destes sobre o fluxo de caixa.

A política e as normas de gestão de risco, que complementam os normativos de governança corporativa de gestão de riscos, determinam a diversificação de operações e contrapartes e a proibição de operações de derivativos de caráter especulativo.

Além da estrutura normativa de gestão de risco, a Vale conta ainda com uma estrutura corporativa com responsabilidades bem definidas. A recomendação e a execução das operações são feitas por áreas independentes. É responsabilidade da área de gestão de riscos definir e propor ao comitê executivo de gestão de risco operações ou medidas de mitigação de riscos de mercado consistentes com a estratégia da Vale e suas Companhias consolidadas. É responsabilidade da área financeira a

execução das operações que envolvam contratação de derivativos. A independência entre as áreas garante um controle efetivo sobre estas operações.

b) Risco de liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade de não podermos cumprir as nossas obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado.

Para mitigar esse risco, a Vale possui linhas de crédito rotativo, o que aumentam a liquidez no curto prazo e possibilita maior eficiência da gestão do caixa, sendo consistente com o seu foco estratégico na redução do custo do capital. A linha de crédito rotativo foi contratada junto a um sindicato composto por diversos bancos comerciais globais, conforme Nota 26.

c) Risco de Crédito

O risco de crédito da Vale decorre do impacto negativo no fluxo de caixa da Companhia nos casos em que nossas contrapartes não cumpram com as suas obrigações contratuais. Para gerenciar este risco, Vale mantém procedimentos como o controle de limites de crédito, o controle da diversificação em termos de contraparte e o acompanhamento das carteiras de crédito da Vale.

• Exposição à Contraparte da Vale

De modo geral, o risco de crédito é o risco devido à incerteza na capacidade da contraparte em cumprir as suas obrigações. Do ponto de vista do risco de crédito, as contrapartes da Vale podem ser divididas em três categorias principais: 1) os clientes comerciais que devem dinheiro à Vale por vendas à crédito, 2) as instituições financeiras que mantêm o caixa da Vale ou são a contraparte da Vale em transações com derivativos, 3) os fornecedores que tenham sido pagos antecipadamente por parte de seus serviços.

A Vale tem uma carteira de Contas a Receber bem diversificada do ponto de vista geográfico. As regiões nas quais temos exposição a riscos de crédito mais significativos incluem China, Europa, Brasil, Japão e os EUA. De acordo com a região, diferentes tipos de garantias podem ser usados para melhorar a qualidade de crédito dos recebíveis.

A exposição de crédito à uma contraparte devida a derivativos é definida como a soma dos riscos de crédito dados por cada derivativo que a Vale tem com essa contraparte. E, finalmente, o risco de crédito para cada derivativo é definido como o MtM potencial futuro, calculado dentro da vida do derivativo, considerando um cenário de probabilidade de 95% para a distribuição conjunta dos fatores de risco de mercado que afetam o derivativo.

Em relação ao risco de crédito comercial que advém das vendas aos clientes, a Vale o controla em duas carteiras de crédito: i) Recebíveis “a vencer” e ii) Recebíveis “vencidos”. Os recebíveis vencidos são acompanhados com atenção pelas áreas de gestão de risco e de cobrança, de modo a verificar a solvência financeira das contrapartes e para minimizar as exigências de capital de giro da Vale.

• Gestão do Risco de Crédito da Vale

Para o risco de crédito comercial proveniente de vendas a clientes finais, o Departamento de Gestão de Risco aprova limites de risco de crédito para cada contraparte. Além disso, um limite global de capital de giro para a Vale é aprovado pela Diretoria Executiva e monitorado mensalmente.

Para os riscos de contraparte decorrentes de aplicações financeiras e derivativos, limites de crédito para as contrapartes (Bancos, Seguradoras, países e corporações) são aprovados anualmente pela Diretoria Executiva e monitorados diariamente. Além disso, o Departamento de Gestão de Risco controla a diversificação do portfólio e o risco de crédito total (probabilidade de default) da carteira de tesouraria consolidada da Vale.

• Perfil de Risco de Contrapartes Comerciais

A Vale usa um rating interno de cada cliente, que decorre de uma análise de crédito baseada em três fontes de informação: i) a probabilidade esperada de default (EDF – “Expected Default Frequency”) fornecida pela KMV (Moody’s); ii) os Ratings de Crédito da Moody’s, Standard & Poors e Fitch; iii) os demonstrativos financeiros com os quais indicadores financeiros são construídos.

Sempre que for considerado necessário, a análise de crédito quantitativa é complementada por uma análise qualitativa, que leva em consideração o histórico de pagamento da contraparte, a posição estratégica da contraparte em seu setor econômico e outros fatores. O modelo de rating de crédito interno da Vale é dividido em quatro categorias: i) risco insignificante; ii) risco baixo; iii) risco moderado; iv) risco alto.

Dependendo do risco de crédito da contraparte ou do perfil de risco de crédito de uma determinada linha de negócio, estratégias de mitigação de risco - tais como seguro de crédito, hipotecas, garantias corporativas ou métodos de pagamento com algum tipo de garantia, como cartas de crédito e dinheiro contra documentos (CAD – “Cash Against Documents”) - são usadas para gerenciar o risco de crédito da Vale.

Perfil de Risco do Contas a Receber	31-dez-10	31-dez-09	1-jan-09
Risco insignificante	75%	76%	59%
Risco baixo	21%	22%	12%
Risco moderado	3%	1%	26%
Risco alto	0%	1%	1%
Não avaliados	1%	1%	2%

A categoria de risco do cliente depende de um *rating* implícito que é derivado da probabilidade de inadimplência do cliente (EDF). O EDF vem do modelo KMV da Moodys ou, se não estiver disponível, é calculado com base no *rating* ou nos demonstrativos financeiros da empresa. A transformação do EDF em *rating* implícito é feita usando uma tabela de conversão. Finalmente, o *score* final de cada cliente depende do *rating* implícito:

- Risco insignificante: Aaa a A3
- Risco baixo: Baa1 a Ba2
- Risco moderado: Ba3 a B3
- Risco alto: B3 a C

d) Risco de mercado

O monitoramento e a avaliação mensal de nossa posição consolidada permitem acompanhar os resultados financeiros e o impacto no fluxo de caixa, bem como, garantir que os objetivos inicialmente traçados sejam atingidos. O cálculo do valor justo das posições é disponibilizado semanalmente para acompanhamento gerencial.

Todas as operações de derivativos foram apresentadas no balanço de acordo com o valor justo e os ganhos ou perdas foram devidamente contabilizados de acordo com o critério contábil vigente conforme na Nota 26.

Considerando a natureza dos negócios e operações da Vale, os principais fatores de risco de mercado aos quais estamos expostos são:

- Taxas de juros;
- Taxas de câmbio;
- Preços de produtos e insumos e outros custos¹;
- **Risco de câmbio e de taxa de juros**

O fluxo de caixa da Companhia está sujeito a volatilidade de diversas moedas. Enquanto os preços de nossos produtos são predominantemente indexados ao dólar norte-americano, a maioria de nossos custos, despesas e investimentos são indexados a moedas diferentes do dólar norte-americano, principalmente reais e dólares canadenses.

A fim de reduzir a volatilidade potencial do fluxo de caixa da Companhia proveniente do descasamento de moedas são utilizados instrumentos de derivativos. A principal estratégia utilizada pela Vale é realizar o swap da dívida atrelada a reais para dólares norte-americanos de maneira a atenuar o impacto da variação cambial no fluxo de caixa da Vale já que a maioria das receitas é denominada em dólares norte-americanos.

As operações de swap para converter para dólares as dívidas atreladas a reais têm vencimentos semelhantes - e, em alguns casos, inferiores - ao vencimento final das dívidas. Seus valores são similares aos pagamentos de juros e principal, sujeitos às condições de liquidez de mercado. Os swaps com vencimento inferior ao vencimento final das dívidas são ao longo do tempo renegociados de forma que seus vencimentos finais se igualem - ou se aproximem - do vencimento final da dívida, na medida em que a liquidez de mercado permitir. Sendo assim, na data de liquidação, o resultado do swap compensará parte do impacto

¹ Os detalhes sobre os riscos de produtos, insumos e outros custos encontram-se na nota “informações complementares sobre os instrumentos financeiros derivativos”.

da variação cambial do real frente ao dólar norte-americano sobre as obrigações da Vale, contribuindo para estabilizar o fluxo de caixa em dólares norte-americanos.

Caso ocorra apreciação (depreciação) do Real (BRL) contra o Dólar norte-americano (USD), o impacto negativo (positivo) no serviço da dívida da Vale (juros e/ou pagamento de principal) medidos em dólares norte-americanos será parcialmente anulada pelo efeito positivo (negativo) das operações de swap, independentemente da taxa de câmbio USD/BRL na data de pagamento.

A Vale também tem exposição de fluxo de caixa à taxa de juros sobre os empréstimos e financiamentos. A dívida de taxa de juros variável em dólares norte-americanos consiste principalmente em empréstimos incluindo: operações de pré-pagamento de exportações, empréstimos em bancos comerciais e organizações multilaterais. Em geral, as dívidas de taxa variável em dólares norte-americanos são indexadas à Libor (London Interbank Offer Rate). Para atenuar os efeitos da volatilidade das taxas de juros no fluxo de caixa, a Vale considera o hedge natural entre a flutuação das taxas de juros norte-americanas e dos preços dos metais. Na ausência de hedge natural, a Vale analisa a contratação de instrumentos financeiros para obter a proteção desejada.

e) Risco operacional

A Companhia possui um amplo programa de gerenciamento de riscos, que proporciona cobertura e proteção para todos os seus ativos, bem como para possíveis perdas com interrupção de produção, através de uma apólice do tipo All Risks. Este programa contempla inspeções e treinamentos in loco utilizando-se da estrutura de vários comitês de risco espalhados pela Companhia, suas controladas e coligadas. A Vale procura alinhar os riscos em todas as áreas, proporcionando um tratamento único e uniforme, buscando nos mercados nacional e internacional coberturas compatíveis com uma Companhia do seu porte.

• Seguros

Visando a adequada mitigação dos riscos, a Vale contrata vários tipos diferentes de apólices de seguros tais como seguros de riscos operacionais e responsabilidade civil, além de uma apólice de seguro de vida para seus funcionários. As coberturas destas apólices são contratadas em linha com a Política de Gestão de Riscos Corporativos e similares aos seguros contratados por outras Companhias da indústria de mineração. Entre os instrumentos de gestão, a Vale utiliza desde 2002 uma resseguradora cativa e que nos permite a contratação de seguros em bases competitivas bem como o acesso direto aos principais mercados internacionais de seguro e resseguro.

A gestão de seguros é realizada na Vale com o apoio dos comitês de seguros existentes nas diversas áreas operacionais da Companhia que são compostos por vários profissionais destas unidades.

7. Aquisições e Desinvestimentos

a) Negócios de Fertilizantes

Negócio de fertilizantes

Em linha com a estratégia de se tornar um líder global no negócio de fertilizantes, a Vale adquiriu em maio de 2010, 58,6% do capital social da Fertilizantes Fosfatados SA (Fosfértil), atualmente Vale Fertilizantes S.A., e ativos de fertilizantes da Bunge Participações e Investimentos S.A. (BPI), atualmente denominada Vale Fosfatados, por R\$ 8.692 (equivalente a um preço por ação de US\$ 12,0185 de ações da Fosfértil e US\$ 1,7 milhões pelos ativos de fertilizantes da Bunge). Um pagamento de R\$ 103 foi feito em julho a título de complemento de preço da Vale Fosfatados.

Em setembro, adquirimos participação adicional de 20,27% no capital da Vale Fertilizantes por R\$ 1.762 (equivalentes a um preço por ação de US\$ 12,0185) e em dezembro, anunciamos o resultado da oferta pública para aquisição de ações ordinárias dessa empresa detida pelos acionistas minoritários.

Em dezembro, temos a participação de 78,92% do capital total e 99,83% do capital votante da Vale Fertilizantes e 100% do capital da Vale Fosfatados.

O negócio adquirido contribuiu com receitas líquidas de R\$ 2.612 e redução no lucro líquido de R\$ 48 para o Grupo, no período de junho a dezembro de 2010. Se esta aquisição tivesse sido concluída em 1º de janeiro de 2010, a receita líquida aumentaria em R\$ 1.397 e lucro líquido seria diminuído em R\$22 em função das operações do período de janeiro a maio de 2010. Estes montantes foram calculados utilizando as políticas contábeis da Vale e pelo ajuste dos resultados das controladas para refletir a depreciação e amortização adicional que teria sido cobrado assumindo que os ajustes ao valor justo para ativos imobilizados e ativos intangíveis tivessem sido aplicados a partir de 1º de janeiro de 2010, juntamente com os respectivos efeitos fiscais.

As informações referentes à alocação do preço de compra apresentadas abaixo estão baseadas no valor justo de ativos identificáveis e passivos assumidos e são preliminares. Essa alocação atualmente está sendo feita pela Companhia com a assistência de especialistas e será finalizada durante os próximos períodos e, por consequência os valores referentes à alocação

descritos abaixo estão sujeitas a revisão que pode ser material.

Preço de compra	10.696
Parcela atribuída aos acionistas não controladores	1.416
Valor de custo de imobilizado e ativos minerários	(3.665)
Valor de custo dos ativos e passivos assumidos, líquido	(730)
Ajuste ao valor justo do imobilizado	(9.499)
Ajuste ao valor justo dos estoques	(181)
Imposto de renda diferido sobre os ajustes acima	3.291
Ágio	1.328

O ágio é atribuível principalmente devido às sinergias entre os ativos adquiridos e as operações de potássio de Taquari-Vassouras, Carnalita, Rio Colorado e Neuquém e fosfatos Bayóvar I e II, no Peru, e Evate, em Moçambique. O futuro desenvolvimento dos projetos combinado com a aquisição da carteira de ativos de fertilizantes permitirá que a Vale seja um dos melhores do mundo no negócio de fertilizantes.

b) Outras Transações - 2010

Em setembro de 2010, a Vale adquiriu 51% da Sociedade de Desenvolvimento do Corredor Norte S.A. (SDCN) por R\$ 37. A SDCN tem a concessão para criar uma estrutura de logística necessária ao fluxo de produção resultante da segunda fase do projeto de carvão Moatize.

Como parte dos esforços da Companhia para atingir os objetivos de produção futura de minérios de ferro a Vale adquiriu 51% de participação na BSG Resources (Guinea) Ltd, que detém concessões de minério de ferro em Simandou Sul (Zogota) e licença de exploração em Simandou Norte. Desse montante, R\$ 901 foram pagos imediatamente e os restantes US\$ 2 bilhões (equivalentes a R\$ 3.388 em 31 de dezembro de 2010) serão pagos mediante ao cumprimento de metas específicas. Esse empreendimento tem o compromisso de renovar 660 km da ferrovia Trans-Guiné.

Em julho de 2010, a Vale concluiu a venda de participações minoritárias no projeto Bayóvar, no Peru por meio da Companhia recém-formada MVM Resources International BV (MVM). A Companhia vendeu 35% do capital total da MVM para a Mosaic por R\$ 682 e 25% para a Mitsui por R\$ 487. A Vale detém o controle do projeto Bayóvar, mantendo participação de 40% do capital total e 51% do capital votante da Companhia recém-formada. O montante de capital investido até 30 de junho de 2010 foi, aproximadamente, US\$ 550 (equivalentes a R\$ 932 em setembro de 2010). A diferença entre o valor justo e o valor contábil, nessa transação, no montante de R\$ 544, foi contabilizada no patrimônio líquido de acordo com as regras de ganho/perda quando o controle é mantido.

Em junho de 2010, a Vale adquiriu uma participação adicional de 24,5% no projeto de carvão Belvedere (Belvedere) por R\$ 168 da AMCI Investments Pty Ltd (AMCI). Como resultado desta transação, a Companhia aumentou sua participação em Belvedere de 51,0% para 75,5%.

Em maio de 2010, a Vale realizou um acordo com a Oman Oil Company SAOC (OOC), uma empresa controlada pelo Governo do Sultanato de Oman, para vender 30% da Vale Oman Pelletizing Company LLC (VOPC), por US\$ 125 milhões (equivalentes a R\$ 212 milhões em 30 de setembro de 2010). A transação ainda está sujeita aos termos estabelecidos no acordo definitivo de compra de ações a ser assinado após o cumprimento de condições precedentes. A diferença entre o valor justo e o valor contábil, nessa transação, foi contabilizada no patrimônio líquido de acordo com as regras de ganho/perda quando o controle é mantido.

A Vale celebrou acordos e entrou em negociações para vender os ativos de caulim, alumínio e alumina. Para maiores detalhes ver nota 17.

c) Outras Transações - 2009

Em setembro de 2009, a Vale adquiriu da Rio Tinto a Companhia Mineração Corumbá Reunidas, detentora dos ativos relativos as operações de minério de ferro em Corumbá, por R\$1.473 (inclui o pagamento da variação do capital de giro no período). Nessa aquisição os ativos e passivos foram avaliados a valor de mercado, o que resultou em um acréscimo de R\$ 788 comparado aos valores contábeis, sem reconhecimento de ágio.

Em março de 2009, a Vale adquiriu da Cement Argos, a Diamond Coal Ltd (atual Vale Colombia Holding Limited), que possui ativos de carvão térmico na Colômbia por R\$695. Na aquisição os ativos foram avaliados a mercado, o que resultou em um acréscimo de R\$475 comparado aos valores contabilizados, sem reconhecimento de ágio.

Em fevereiro de 2009, a Vale adquiriu da Rio Tinto a Green Mineral Resources, Companhia proprietária de direitos minerários de fertilizantes do Projeto Regina (Canadá) e do Projeto Colorado (Argentina) por R\$1.995. Na aquisição os ativos foram avaliados a mercado, o que resultou em um acréscimo de R\$1.745 comparado aos valores contabilizados, sem reconhecimento de ágio.

Em setembro de 2009 a Vale concluiu acordo com a ThyssenKrupp Steel AG para aumento de participação na ThyssenKrupp CSA Siderúrgica do Atlântico Ltda. (CSA) dos atuais 10% para 26,87%, através de aporte de capital de R\$2.532.

Em julho de 2009 a Vale assinou acordo que contempla a venda de parte de seus ativos florestais, totalizando 84,7 mil hectares, incluindo áreas de preservação e florestas de eucalipto localizadas no sudoeste do Maranhão, por aproximadamente R\$235, obtendo um ganho de R\$110.

Em abril de 2009, a Vale vendeu sua participação remanescente na Usiminas, por R\$ 595 obtendo um ganho de R\$ 288.

Em março de 2009, a Companhia adquiriu 50% da Teal Minerals Incorporated, uma Joint Venture com a African Rainbow Minerals Limited, por R\$139. Na aquisição os ativos foram avaliados a mercado, o que resultando em um acréscimo de R\$254 em relação aos valores contabilizados, sem reconhecimento de ágio.

8. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Consolidado			Controladora		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Caixa e banco	1.212	1.405	1.814	59	86	59
Aplicações financeiras	12.257	11.816	22.825	4.764	1.164	6.654
	13.469	13.221	24.639	4.823	1.250	6.713

Caixa e equivalentes de caixa compreende os valores de caixa, depósitos imediatamente mobilizáveis, as aplicações financeiras em investimento com risco insignificante de alteração de valor, sendo parte em reais indexadas ao CDI e parte em dólares em *Time deposits*, com prazo de vencimento inferior a três meses, classificado como ativo financeiro (vide Nota 3).

9. Investimentos Financeiros a Curto Prazo

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
<i>Time deposits</i>	2.987	6.525	5.394

O registro nesta rubrica compreende as aplicações financeiras em investimentos com baixo risco, com prazo de vencimento entre 91 e 360 dias, classificado como ativo financeiro vide Nota 3.

10. Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda referem - se basicamente a investimentos avaliados a mercado

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Ações no Brasil	-	-	384
Ações no exterior	21	28	77
	21	28	461

	Consolidado	
	2010	2009
Em 1º de Janeiro	28	461
Diferenças Cambiais	(3)	19
Alienações	(6)	(423)
Transferência de ganhos(perdas), líquidos para o patrimônio líquido	2	(29)
Em 31 de dezembro	21	28

11. Contas a Receber

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	Consolidado 01 de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	Controladora 01 de janeiro de 2009
Denominados em reais	1.861	1.538	1.135	1.595	1.211	825
Denominados em outras moedas, principalmente em dólar americano	12.297	4.327	6.997	16.904	2.234	9.071
	14.158	5.865	8.132	18.499	3.445	9.896
Estimativa de perdas para créditos de liquidação duvidosa	(196)	(222)	(199)	(121)	(85)	(69)
	13.962	5.643	7.933	18.378	3.360	9.827

A classificação como ativo financeiro e quanto a qualidade de crédito, vide Nota 23.

As contas a receber de clientes relacionados ao mercado siderúrgico representam 75,9%, 62% e 49,6% dos recebíveis em 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009, respectivamente.

Nenhum cliente isoladamente representa mais de 10% dos recebíveis ou das receitas.

As estimativas de perdas para crédito de liquidação duvidosa registradas no resultado em 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2009 totalizaram R\$ 40 e R\$ 23, respectivamente. Baixamos em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009, o total de R\$ 66 e R\$ 0, respectivamente.

12. Estoques

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	Consolidado 01 de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	Controladora 01 de janeiro de 2009
Estoque de produtos acabados	3.101	2.199	4.171	1.535	1.148	1.831
Estoques de produtos em elaboração	1.658	1.813	2.553	-	-	-
Estoques de materiais de consumo	2.833	1.901	2.962	782	734	1.082
	7.592	5.913	9.686	2.317	1.882	2.913

Em 31 de dezembro de 2010, os saldos de estoque contemplam uma provisão para ajuste a valor de realização para produtos siderúrgicos no montante de R\$4 (R\$ 5 em 2009).

O custo dos estoques reconhecidos no resultado do exercício em relação às operações continuadas da Companhia foi de R\$ 33.756 em 31 de dezembro de 2010, R\$ 27.750 em 31 de dezembro de 2009, no consolidado, e de R\$ 17.892 em 31 de dezembro de 2010, R\$ 13.649 em 31 de dezembro de 2009, na controladora.

13. Ativos e Passivos Não Circulantes Mantidos para Venda

• Alumínio

Em conexão com a estratégia de gestão da carteira de ativos em maio de 2010, a Vale realizou um acordo com a Norsk Hydro ASA (Hydro) para a venda de todas as participações na Albrás - Alumínio Brasileiro S.A. (Albrás), Alunorte - Alumina do Norte do Brasil S.A. (Alunorte), Companhia de Alumina do Pará (CAP), 60% da Mineração Paragominas S.A. (Paragominas) e todos os direitos minerários de bauxita no Brasil ("Negócio de Alumínio").

Pela participação da Albrás, Alunorte e CAP a Vale receberá US\$ 405 milhões em caixa (equivalentes a R\$ 675, em 31 de dezembro de 2010), assunção de dívida líquida de US\$ 700 milhões (equivalentes a R\$ 1.166, em 31 de dezembro de 2010) da Hydro e 22% do capital da Hydro. Pela participação de 60% de Paragominas e pelos direitos minerários a Vale receberá US\$ 600 milhões (equivalentes a R\$ 1.000, em 31 de dezembro de 2010). A Companhia venderá 40% de Paragominas em duas tranches de US\$ 200 milhões (equivalentes a R\$ 333, em 31 de dezembro de 2010), em caixa.

A Companhia concluiu que o valor justo esperado da transação é maior do que o valor contábil líquido, mantendo, portanto, os valores originais. Além disso, devido à influência significativa que a empresa manterá na Hydro, o alumínio não foi considerado como operação descontinuada.

• Caulim

Como parte da gestão de portfólio de ativos, a Vale está em negociação visando à venda dos ativos líquidos vinculados a atividade de caulim. Em 2010, a Vale vendeu parte dos seus ativos de caulim e mensurou os ativos remanescentes pelo valor

justo menos custo para vender. O efeito das perdas realizadas e não realizadas está reconhecido no resultado de operações descontinuadas em 2010. Os valores de 2009 foram apresentados abaixo para fins comparativos.

	2010	2009
Resultado de Operações Descontinuadas		
Receitas	123	288
Despesas	(153)	(343)
Perda antes do imposto de renda e da contribuição social referente as operações descontinuadas	(30)	(55)
Perda antes do imposto de renda e contribuição social reconhecida na remensuração	(239)	-
Imposto de renda e contribuição social sobre as operações	1	(10)
Imposto de renda e contribuição social sobre a remensuração	46	-
Resultado com operações descontinuadas	(222)	(65)
	2010	2009
Efeitos no fluxo de caixa		
Fluxo de caixa operacionais	19	39
Fluxo de caixa de investimentos	(12)	(26)
Fluxo de caixa financeiros	(9)	(16)
Fluxo de caixa total	(2)	(3)
	Consolidado	
Ativos mantidos para venda		
Imobilizado		8.413
Adiantamento a fornecedores - energia		826
Estoques		617
Impostos a recuperar		1.046
Outros ativos		974
Total		11.876
Passivos associados a ativos mantidos para venda		
Participação dos acionistas não controladores		3.251
Dívida de longo prazo		1.174
Fornecedores		461
Outros		454
Total		5.340

14. Tributos a Recuperar ou Compensar

Os tributos a recuperar ou compensar estão demonstrados pelo valor líquido de eventuais perdas de realização e assim representados:

	Consolidado			Controladora		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de Janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de Janeiro de 2009
Imposto sobre lucro líquido	782	1.577	3.957	137	402	2.581
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	871	570	733	479	466	538
PIS e COFINS	1.655	1.898	1.057	1.394	1.105	328
Outros	100	180	206	76	66	54
Total	3.408	4.225	5.953	2.086	2.039	3.501
Circulante	2.796	2.685	4.886	1.961	1.881	3.312
Não circulante	612	1.540	1.067	125	158	189
	3.408	4.225	5.953	2.086	2.039	3.501

15. Investimentos

Investimentos em companhias não consolidadas:

	Investimentos			Resultado de Participações Societárias	
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	01 de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial					
Henan Longyu Energy Resources Co. Ltd.	417	435	411	134	148
Korea Nickel Corp.	18	22	49	3	1
Log-In - Logística Intermodal S/A.	224	218	221	6	4
Shandong Yankuang International Company Ltd	(45)	(12)	58	(34)	(35)
ThyssenKrupp CSA - Cia Siderúrgica do Atlântico	3.065	3.546	1.034	(144)	(11)
Tecnored Desenvolvimentos Tecnológicos	66	80	-	(19)	-
Zhuhai YPM Pellet e Co.,Ltd.	42	22	30	16	3
Outros	158	251	178	(10)	(11)
	3.945	4.562	1.981	(48)	99

Movimentação dos investimentos em companhias não consolidadas

	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2009	1.981
Adições	2.720
Baixas	(7)
Dividendos	(7)
Ajuste acumulado de conversão	(224)
Equivalência	99
Saldo em 31 de dezembro de 2009	4.562
Saldo em 1º de janeiro de 2010	4.562
Adições	69
Dividendos	(149)
Ajuste acumulado de conversão	(489)
Equivalência	(48)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	3.945

Investimentos da Controladora:

	Investimentos			Resultado de participações societárias		Dividendos recebidos	
	Em 31 de dezembro de 2010	Em 31 de dezembro de 2009	Em 1º de janeiro de 2009	Em 31 de dezembro de 2010	Em 31 de dezembro de 2009	Em 31 de dezembro de 2010	Em 31 de dezembro de 2009
Principais empresas controladas e coligadas							
<u>Controladas diretas e indiretas</u>							
ALBRAS - Alumínio Brasileiro S.A. (a)	1.088	1.038	992	(7)	78	-	6
ALUNORTE - Alumina do Norte do Brasil S.A. (a)	2.732	2.599	2.479	167	139	31	8
Aços Laminados do Pará	84	10	-	(49)	4	-	-
Belém - Administrações e Participações LTDA.	-	1	232	-	(15)	-	-
BSGR Limited	833	-	-	-	-	-	-
Cadam S.A. (a)	124	141	156	(15)	(15)	-	-
Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização - KOBASCO	208	150	127	76	23	18	-
Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização - HISPANOBRÁS	212	146	170	67	(24)	-	-
Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização - ITABRASCO	143	159	136	30	22	45	-
Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização - NIBRASCO	333	255	257	84	(2)	5	46
Companhia Portuária da Baía de Sepetiba - CPBS	347	347	325	151	155	147	46
Ferrovia Norte Sul S.A.	1.744	1.291	820	2	14	-	6
Green Mineral Resources Inc	-	1.433	-	(2)	(74)	-	-
Minas da Serra Geral S.A. - MSG	58	51	49	10	3	-	-
Mineração Rio do Norte S.A.	236	256	237	(3)	19	18	86
Ferrovia Centro Atlântica (b)	1.916	1.704	1.700	(15)	3	-	-
Minerações Brasileiras Reunidas S.A. - MBR	3.291	3.424	3.568	(220)	(507)	19	-
Mineração Corumbá Reunidas S.A	1.225	1.426	-	(5)	(28)	-	-
Mineração Paragominas	1.813	-	-	5	-	-	-
MRS Logística S.A.	851	813	761	157	266	126	54
Salobo Metais S.A.(b)	3.271	1.599	832	(81)	(60)	-	-
Samarco Mineração S.A.	676	902	300	1.412	590	1.639	346
Sociedad Contractual Minera Tres Valles	394	456	-	-	-	-	-
Vale Austria Holdings GMBH (c)	1.549	(9)	-	(90)	(47)	-	-
Vale Fertilizantes S.A.	7.384	-	-	(11)	-	-	-
Vale Fosfatados S.A.	3.217	-	-	(35)	-	-	-
Vale Manganês S.A.	890	689	600	201	194	-	-
Vale Florestar	235	-	-	(7)	-	-	-
Vale Canada Limited	9.250	8.161	7.688	(694)	(869)	-	-
Vale International S.A. (c)	42.442	55.334	67.717	7.444	(3.667)	-	-
Vale Colombia Ltd	826	678	-	(3)	(26)	-	-
Vale Soluções em Energia	198	172	98	(55)	-	-	-
Urucum Mineração	120	68	38	51	8	-	100
Outras	476	38	129	144	7	12	30
	88.166	83.332	89.411	8.709	(3.809)	2.060	728
<u>Coligadas diretas e indiretas</u>							
LOG-IN - Logística Intermodal S/A	224	218	221	6	4	-	6
Henan Longyu Energy Resources	417	435	411	134	148	147	-
Thyssenkrupp CSA Companhia Siderúrgica do Atlântico	3.065	3.547	1.034	(144)	(76)	-	-
Outras - Cia	239	362	315	(44)	23	-	15
	3.945	4.562	1.981	(48)	99	147	21
	92.111	87.894	91.392	8.661	(3.710)	2.207	749

(a) Investimentos mantidos para venda em 2010, (b) O saldo de investimento contempla os valores de AFAC, (c) Excluídos do patrimônio líquido os investimentos destas empresas já detalhados na nota

Movimentação dos investimentos da controladora
Saldo em 1º de janeiro de 2009

	91.392
Adições	8.912
Baixas	(28)
Dividendos	(312)
Ajuste acumulado de conversão	(8.360)
Equivalência	(3.710)

Saldo em 31 de dezembro de 2009
87.894
Saldo em 1º de janeiro de 2010

	87.894
Adições	2.768
Baixas	(3.833)
Dividendos	(1.923)
Ajuste acumulado de conversão	(771)
Equivalência	8.661
Resultado com operações com minoritários	(685)

Saldo em 31 de dezembro de 2010
92.111

	Em 31 de Dezembro de 2010						
	% Total	% Votante	Ativo	Passivo	Patrimonio Liquido	Resultado Operacional	Resultado do exercício ajustado
Principais empresas controladas e coligadas							
Controladas diretas e indiretas							
Aços Laminados do Pará	100,00	100,00	85	1	84	-	(50)
ALBRAS - Alumínio Brasileiro S.A.	51,00	51,00	3.156	1.024	2.132	101	(14)
ALUNORTE - Alumina do Norte do Brasil S.A.	57,03	61,74	6.525	1.735	4.790	331	293
BSGR Limited	51,00	51,00	2.410	778	1.632	-	(2)
Cadam S.A.	61,48	100,00	390	188	202	3	(24)
Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização - KOBRASCO	50,00	50,00	511	96	416	210	151
Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização - HISPANOBRÁS	50,89	51,00	915	497	417	213	132
Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização - ITABRASCO	50,90	51,00	357	75	282	81	59
Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização - NIBRASCO	51,00	51,11	767	114	654	237	164
Companhia Portuária da Baía de Sepetiba - CPBS	100,00	100,00	416	70	346	219	151
Ferrovia Centro Atlântica	100,00	100,00	2.274	353	1.921	(10)	(12)
Ferrovia Norte Sul S.A.	100,00	100,00	1.887	143	1.743	(4)	2
Minas da Serra Geral S.A. - MSG	50,00	50,00	122	6	116	28	19
Mineração Corumbá Reunidas S.A.	100,00	100,00	2.119	893	1.225	10	(5)
Mineração Paragominas	100,00	100,00	-	-	-	-	-
Mineração Rio do Norte S.A.	40,00	40,00	1.392	803	589	106	(8)
Minerações Brasileiras Reunidas S.A. - MBR	92,99	92,99	5.814	1.661	4.153	(243)	(103)
MRS Logística S.A.	41,50	37,86	4.502	2.451	2.051	524	379
Salobo Metais S.A.	100,00	100,00	3.929	658	3.270	(102)	(81)
Samarco Mineração S.A.	50,00	50,00	5.476	4.124	1.352	3.490	2.823
Sociedad Contractual Minera Tres Valles	90,00	90,00	450	14	438	-	-
Urucum Mineração	100,00	100,00	259	139	120	96	51
Vale Austria Holdings GMBH	100,00	100,00	7.987	6.437	1.550	-	(90)
Vale Canada Limited	100,00	100,00	49.789	40.538	9.251	448	(694)
Vale Colombia Ltd	100,00	100,00	1.411	585	826	11	(3)
Vale Fertilizantes S.A.	78,92	78,92	12.843	3.484	9.359	(50)	(14)
Vale Florestar	100,00	100,00	353	118	236	(5)	(6)
Vale Fosfatos S.A.	100,00	100,00	3.945	728	3.217	(69)	(35)
Vale International S.A.	100,00	100,00	93.241	50.798	42.442	6.821	7.444
Vale Manganês S.A.	100,00	100,00	1.638	748	890	283	201
Vale Soluções em Energia	52,77	52,77	496	120	376	(117)	(110)
Coligadas diretas e indiretas							
LOG-IN - Logística Intermodal S/A	31,33	31,33	1.115	452	663	36	18
Henan Longyu Energy Resources	25,00	25,00	2.083	418	1.665	519	537
Thyssenkrupp CSA Companhia Siderúrgica do Atlântico	26,87	26,87	14.033	2.616	11.416	(18)	(527)

16. Intangíveis

	Consolidado				
	Ágio	Concessões e subconcessões	Direito de uso	Outros	Total
Custos:					
Saldo em 1º de janeiro de 2009	7.707	9.451	1.382	1.142	19.682
Adições	-	1.404	-	278	1.681
Baixas	-	(245)	-	(32)	(276)
Transferências	-	-	-	24	24
Ajuste de conversão	(526)	-	(58)	11	(573)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	7.181	10.610	1.324	1.423	20.538
Amortizações:					
Saldo em 1º de janeiro de 2009	-	(2.824)	(36)	(631)	(3.491)
Adições	-	(435)	(23)	(234)	(692)
Baixas	-	62	-	32	95
Ajuste de conversão	-	-	-	(9)	(9)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	-	(3.197)	(59)	(842)	(4.098)
Saldo líquido	7.181	7.413	1.265	581	16.440
Custos:					
Saldo em 1º de janeiro de 2010	7.181	10.610	1.324	1.423	20.538
Adições	1.328	1.571	7	298	3.204
Baixas	-	(894)	(193)	(11)	(1.098)
Transferências	-	-	-	78	78
Ajuste de conversão	145	-	-	5	150
Saldo em 31 de dezembro de 2010	8.654	11.287	1.138	1.793	22.872
Amortizações:					
Saldo em 1º de janeiro de 2010	-	(3.197)	(59)	(842)	(4.098)
Adições	-	(700)	(25)	(261)	(986)
Baixas	-	490	-	1	491
Ajuste de conversão	-	-	-	(5)	(5)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	-	(3.407)	(84)	(1.107)	(4.598)
Saldo líquido	8.654	7.880	1.054	686	18.274

O prazo de vida útil das concessões e subconcessões estão detalhados na nota 30.

Os direitos de uso referem-se basicamente a contrato de usufruto celebrado com acionistas minoritários para uso das ações da EBM (detentora das ações da MBR) e intangíveis identificados em business combination da Vale Canadá. A amortização desses itens está reconhecida no resultado na rubrica de custo dos produtos vendidos. A amortização do direito de uso será finalizada em 2037 e dos intangíveis da Vale Canadá finaliza em 2046.

Controladora

	Ágio	Concessões e subconcessões	Direito de uso	Outros	Total
Custos:					
Saldo em 1º de janeiro de 2009	7.707	4.915	715	977	14.314
Adições	-	1.088	-	122	1.209
Baixas	-	(193)	-	(33)	(226)
Ajuste de conversão	(526)	-	-	-	(526)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	7.181	5.810	715	1.065	14.771
Amortizações:					
Saldo em 1º de janeiro de 2009	-	(2.105)	(36)	(531)	(2.672)
Adições	-	(197)	(23)	(185)	(406)
Baixas	-	61	-	33	95
Saldo em 31 de dezembro de 2009	-	(2.241)	(59)	(683)	(2.983)
Saldo líquido	7.181	3.569	656	382	11.788
Custos:					
Saldo em 1º de janeiro de 2010	7.181	5.810	715	1.065	14.771
Adições	1.328	1.614	-	274	3.216
Baixas	-	(1.234)	-	(10)	(1.244)
Ajuste de conversão	145	-	-	-	145
Saldo em 31 de dezembro de 2010	8.654	6.190	715	1.329	16.888
Saldo em 1º de janeiro de 2010	-	(2.241)	(59)	(683)	(2.983)
Adições	-	(615)	(25)	(192)	(832)
Baixas	-	490	-	-	490
Saldo em 31 de dezembro de 2010	-	(2.366)	(84)	(875)	(3.325)
Saldo líquido	8.654	3.824	631	454	13.563

O ágio foi alocado, para fins de teste de seu valor recuperável, às Unidades Geradoras de Caixa – UGC, identificadas de acordo com o segmento operacional como segue:

	Consolidado	
	Em 31 de dezembro	Em 1º de janeiro
	2010	2009
Classe de Ativos:		
Minério de Ferro - Brasil	4.060	4.060
Níquel - Canadá	3.082	2.948
Carvão - Austrália	179	168
Fertilizantes - Brasil	1.328	-
Outros	5	5
	8.654	7.181
	7.707	

17. Imobilizado

							Consolidado	
	Terrenos	Imóveis	Instalações	Equipamentos de informáticas	Ativos minerários	Outros	Imobilizações em curso	Total
Custos:								
Saldo em 1º de janeiro de 2009	425	9.158	24.712	799	29.171	33.309	31.249	128.823
Adições	-	-	1.510	61	4.811	3.057	4.987	14.426
Baixas	(39)	(838)	(44)	(21)	(101)	(293)	(202)	(1.538)
Transferências	91	579	866	72	190	1.950	(3.748)	-
Ajuste de conversão	-	(980)	(939)	(86)	(1.645)	(1.485)	(1.049)	(6.184)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	477	7.919	26.105	825	32.426	36.538	31.237	135.527
Depreciação / Exaustão								
Saldo em 1º de janeiro de 2009	-	(2.377)	(8.175)	(526)	(3.441)	(9.304)	-	(23.823)
Adições	-	(135)	(1.282)	(333)	(893)	(2.998)	-	(5.641)
Baixas	-	105	164	114	57	626	-	1.066
Ajuste de conversão	-	181	242	(35)	806	625	-	1.819
Saldo em 31 de dezembro de 2009	-	(2.226)	(9.051)	(780)	(3.471)	(11.051)	-	(26.579)
Saldo líquido	477	5.693	17.054	45	28.955	25.487	31.237	108.948
Custos:								
Saldo em 1º de janeiro de 2010	477	7.919	26.105	825	32.426	36.538	31.237	135.527
Adições	-	153	273	24	768	3.876	16.583	21.677
Baixas	-	(293)	(907)	(47)	(188)	(575)	(873)	(2.883)
Transferências	116	3.309	6.778	(365)	11.949	3.664	(25.451)	-
Ajuste de conversão	-	(296)	(493)	(15)	(1.310)	(239)	(168)	(2.521)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	593	10.792	31.756	422	43.645	43.264	21.328	151.800
Depreciação / Exaustão								
Saldo em 1º de janeiro de 2010	-	(2.226)	(9.051)	(780)	(3.471)	(11.051)	-	(26.579)
Adições	-	(174)	(1.743)	(329)	(245)	(2.094)	-	(4.585)
Baixas	-	102	417	14	15	1.196	-	1.744
Transferências	-	151	266	884	(1.301)	-	-	-
Ajuste de conversão	-	32	1.910	1.848	2.030	1.887	-	7.707
Saldo em 31 de dezembro de 2010	-	(2.115)	(8.201)	1.637	(2.972)	(10.062)	-	(21.713)
Saldo líquido	593	8.677	23.555	2.059	40.673	33.202	21.328	130.087

							Controladora	
	Terrenos	Imóveis	Instalações	Equipamentos de informáticas	Ativos minerários	Outros	Imobilizações em curso	Total
Custos:								
Saldo em 1º de janeiro de 2009	245	2.601	13.456	636	1.844	15.472	11.796	46.050
Adições	-	-	-	-	17	-	5.782	5.799
Baixas	(39)	(32)	(38)	(20)	(97)	(194)	(144)	(564)
Transferências	66	542	804	288	212	1.267	(3.179)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2009	272	3.111	14.222	904	1.976	16.545	14.255	51.285
Depreciação / Exaustão								
Saldo em 1º de janeiro de 2009	-	(714)	(4.001)	(392)	(399)	(5.089)	-	(10.595)
Adições	-	(97)	(504)	60	(96)	(764)	-	(1.401)
Baixas	-	17	31	86	51	219	-	404
Transferências	-	14	4	10	-	(28)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2009	-	(780)	(4.470)	(236)	(444)	(5.662)	-	(11.592)
Saldo líquido	272	2.331	9.752	668	1.532	10.883	14.255	39.693
Custos:								
Saldo em 1º de janeiro de 2010	272	3.111	14.222	904	1.976	16.545	14.255	51.285
Adições	-	-	-	-	-	-	8.603	8.603
Baixas	(2)	(183)	(2.254)	(32)	(200)	(975)	(681)	(4.327)
Transferências	92	498	1.284	(955)	1.792	1.505	(4.216)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010	362	3.426	13.252	(83)	3.568	17.075	17.961	55.561
Depreciação / Exaustão								
Saldo em 1º de janeiro de 2010	-	(780)	(4.470)	(236)	(444)	(5.662)	-	(11.592)
Adições	-	(110)	238	(309)	(130)	(881)	-	(1.192)
Baixas	-	8	310	870	71	426	-	1.685
Saldo em 31 de dezembro de 2010	-	(882)	(3.922)	325	(503)	(6.117)	-	(11.099)
Saldo líquido	362	2.544	9.330	242	3.065	10.958	17.961	44.462

A depreciação do período, alocado ao custo de produção e as despesas, monta um saldo de R\$5.741 em 2010 (R\$5.447 em 2009) no consolidado e R\$1.983 em 2010 (R\$1.931 em 2009) na controladora.

Os valores líquidos dos ativos imobilizados dados em garantias de processos judiciais correspondem em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009 a R\$ 303 e R\$ 450 no consolidado e R\$ 234 e R\$ 277 na controladora, respectivamente.

18. Redução de Valor Recuperável de Ativos

Conforme definido na política contábil descrita na Nota 2 (n), a Companhia testa anualmente o valor recuperável dos seus ativos intangíveis de vida útil indefinida, que se constituem principalmente de parcela de ágio por expectativa de resultados futuros advindos de processos de combinação de negócios.

Para os ativos não Financeiros de longa duração, que não estão sujeitos a amortização, são revisados sempre que houver indícios de que o valor contábil não seja recuperado.

A Companhia utiliza para determinação do valor recuperável o maior valor entre o valor justo menos custos de venda e o método do valor em uso que tem como base a projeção dos fluxos de caixa esperados dos negócios na data da avaliação até a data esperada do fim da vida útil da mina, processo fabril ou negócio. Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas a reservas e recursos minerais, preços de venda das commodities, custos operacionais, investimento de capital e taxas de descontos.

A Administração determina seus fluxos de caixas com base nos orçamentos aprovados levando em consideração reservas e recursos minerais calculados por especialistas internos, custos e investimentos baseados na melhor estimativa e em desempenhos passados, preços de venda consistentes com as projeções utilizadas nos relatórios publicados pela indústria, considerando a cotação de mercado quando disponível e apropriado. Os fluxos de caixa utilizados foram projetados com base na vida útil de cada unidade (consumo das reservas no caso das unidades minerais) e considerou taxas de descontos máximas e mínimas (8,0% - 6,2%) que refletem riscos específicos relacionados aos ativos relevantes em cada unidade geradora de caixa, dependendo de sua composição e localização.

Como resultado dos testes anuais, em 2010 e 2009 nenhuma despesa por perda de valor recuperável de ativos e ágio foi reconhecida. Em 2008, uma perda pela não recuperabilidade do ágio, relacionada às operações de níquel no Canadá, foi reconhecida no montante de R\$ 2.447.

A determinação da recuperabilidade dos ativos depende de certas premissas chaves conforme descrito anteriormente que são influenciadas pelas condições de mercados vigentes no momento em que essa recuperabilidade é testada e, dessa forma, não é possível determinar se novas perdas de recuperabilidade ocorrerão no futuro e, caso ocorram, se estas seriam materiais.

19. Empréstimos e Financiamentos

Captados a curto prazo

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Financiamentos vinculados a importações e exportações	804	546	958
Capital de giro	340	100	130
	1.144	646	1.088

Referem-se a financiamentos a curto prazo para exportação, denominados em dólares norte-americanos, com taxa média de juros em 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009 de 2 %, 2,02% e 5,5% ao ano, respectivamente.

Captados a longo prazo

	Consolidado					
	Passivo Circulante			Não Circulante		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	01 de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	01 de janeiro de 2009
Contratados no exterior						
Empréstimos e financiamentos em:						
Dólares norte-americanos	4.062	2.851	575	5.416	10.688	15.299
Outras moedas	29	51	54	362	715	390
Títulos em dólares norte-americanos (juros fixos)	-	-	-	17.065	12.852	15.214
Euro	-	-	-	1.671	-	-
Securitização de exportações (*)	-	261	129	-	-	348
Notas perpétuas	-	-	-	130	136	194
Encargos decorridos	401	346	507	-	-	-
	4.492	3.509	1.265	24.644	24.391	31.445
Contratados no país						
Indexados por TJLP, TR, IGP-M e CDI	187	146	103	6.963	6.233	4.879
Cesta de moedas	2	2	2	207	5	9
Empréstimos em dólares norte-americanos	2	-	-	1.229	990	386
Debêntures não conversíveis em ações	-	1.500	-	4.736	4.513	5.987
Encargos decorridos	183	153	220	-	-	-
	374	1.801	325	13.135	11.741	11.261
	4.866	5.310	1.590	37.779	36.132	42.706
	Controladora					
	Passivo Circulante			Não Circulante		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	01 de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	01 de janeiro de 2009
Contratados no exterior						
Empréstimos e financiamentos em:						
Dólares norte-americanos	236	276	380	2.531	1.095	1.046
Outras moedas	5	6	8	-	-	-
Títulos em dólares norte-americanos (juros fixos)	-	-	-	-	6	15
Euro	-	-	-	1.671	-	-
Encargos decorridos	73	7	24	-	-	-
	314	289	412	4.202	1.101	1.061
Contratados no país						
Indexados por TJLP, TR, IGP-M e CDI	121	108	76	6.275	5.976	4.645
Cesta de moedas	2	2	3	207	5	10
Empréstimos em dólares norte-americanos	-	-	-	1.224	990	386
Debêntures não conversíveis em ações	-	1.500	-	4.000	4.000	5.500
Encargos decorridos	179	154	220	-	-	-
	302	1.764	299	11.706	10.971	10.541
	616	2.053	711	15.908	12.072	11.602

(*) Títulos da dívida securitizados por recebíveis futuros oriundos de determinadas vendas de exportações.

As parcelas de longo prazo em 31 de dezembro de 2010 têm vencimento nos seguintes anos:

	Consolidado		Controladora	
2012	2.037	5%	508	3%
2013	6.040	16%	4.557	29%
2014	2.057	5%	1.659	10%
2015	1.550	4%	659	4%
2016 em diante	25.353	68%	8.525	54%
Sem data de vencimento (Notas perpétuas e debêntures não conversíveis em ações)	742	2%	-	0%
	37.779	100%	15.908	100%

Em 31 de dezembro de 2010, as taxas de juros anuais sobre as dívidas a longo prazo eram como segue:

	Consolidado	Controladora
Até 3%	9.689	4.006
3,1% até 5% (*)	3.928	1.952
5,1% até 7%	13.696	1.239
7,1% até 9% (**)	7.528	2.169
9,1% até 11% (**)	4.553	4.048
Acima de 11% (**)	3.118	3.110
Variáveis (Notas perpétuas)	133	-
	42.645	16.524

(*) Inclui a operação de *eurobonds*, para a qual foi contratado instrumento financeiro a um custo de 4,71% a.a em US dólar.

(**) Inclui debêntures não conversíveis e outros empréstimos em reais, cuja remuneração é igual à variação acumulada da taxa do CDI e TJLP mais spread. Para estas operações foram contratados instrumentos financeiros derivativos a fim de proteger a exposição da Companhia às variações da dívida flutuante em reais. O total contratado para estas operações é de R\$9.722, dos quais R\$9.099 têm taxas de juros originais acima de 7,1% a.a. Após a contratação dos derivativos o custo médio destas operações é de 3,13% a.a. em US dólar.

O custo médio total de todas as operações com derivativos é de 3,35% a.a em US dólar.

Em setembro de 2010, a Vale assinou contrato com The Export-Import Bank of China e o Bank of China Limited para o financiamento da construção de 12 navios, com capacidade de 400,000 dwt, no valor total de até US\$1.229 milhões (equivalentes a R\$2.048). O financiamento tem um prazo total para pagamento de 13 anos e a Vale receberá os recursos ao longo dos próximos 3 anos de acordo com o cronograma de construção dos navios. Até 31 de dezembro de 2010, foram desembolsados US\$291 milhões (equivalentes a R\$485) na linha.

Em setembro de 2010, a Vale emitiu US\$1 bilhão (equivalentes a R\$1.694) em bônus, com vencimento em 2020 e US\$750 (equivalentes a R\$1.271) em bônus com vencimento em 2039. Os bônus de 2020 terão um cupom de 4,625% ao ano, pagos semestralmente, ao preço de 99,030% do valor de face do título. Os bônus de 2039 emitidos ao preço de 110,872% do valor de face do título, serão consolidados com os bônus de US\$1 bilhão emitidos pela Vale Overseas em Novembro de 2009 com cupom de 6,875% e vencimento em 2039, formando uma série única.

Em junho de 2010, a Vale acordou com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social – BNDES algumas linhas de crédito totalizando R\$774, com objetivo de financiar a aquisição de certos equipamentos. Até 31 de dezembro de 2010, foram desembolsados R\$205 nesse acordo.

Em junho de 2010, foi captado Pré-pagamento de Exportação no valor de US\$500 milhões (equivalentes a R\$901) com vencimento em 10 anos.

Em março de 2010, a Vale captou € 750 milhões (equivalentes a R\$1.806) eurobônus de 8 anos ao preço de 99,564% do valor de face do título. As notas com vencimento em março de 2018, terão cupom de 4,375% por ano, pagos anualmente.

Em janeiro de 2010, a Vale realizou o resgate antecipado da totalidade das notas de securitização de recebíveis de exportações emitidas em Setembro de 2000 (com vencimento em 2010 e taxa de juros de 8,926% por ano), e Julho de 2003 (com vencimento em 2013 e taxa de juros de 4,43% por ano). O valor total do principal era de R\$48 para as notas de Setembro de 2000 e R\$213 para as notas de Julho de 2003, totalizando o resgate antecipado de dívida de R\$261.

Garantias

Em 31 de dezembro de 2010, R\$3 (31 de dezembro de 2009 - R\$1.311) do saldo devedor eram garantidos por recebíveis. O saldo devedor restante de R\$42.642 (31 de dezembro de 2009 R\$ 40.120) não possui garantias.

Alguns dos instrumentos financeiros de longo prazo contêm obrigações relacionadas a indicadores financeiros. Os principais indicadores são dívida sobre patrimônio líquido, dívida sobre *Earnings Before Interest Tax, Depreciation and Amortization* (EBITDA) e cobertura de juros. A Vale está em conformidade com os níveis requeridos para os indicadores.

Linhas de crédito

A Vale tem disponível linhas de crédito rotativas que podem ser desembolsadas e pagas à sua opção. Em 31 de dezembro de 2010, o montante disponível envolvendo linhas de crédito era de US\$1.600 (equivalentes a R\$2.666), sendo US\$850 milhões (equivalentes a R\$1.416) disponibilizados para Vale International e o restante para Vale Canada Limited (anteriormente Vale Inco). Até 31 de dezembro de 2010, nenhum valor foi sacado pela Vale International ou pela Vale Canada Limited, porém foram emitidas cartas de crédito no valor de US\$114 (equivalentes a R\$190) relacionadas à linha de crédito da Vale Canada Limited.

Em janeiro de 2011, a Vale entrou em acordo com alguns bancos comerciais com a garantia da agência de crédito italiana, Servizi Assicurativi Del Commercio Estero S.p.A. (SACE) para prover o montante de US\$300 milhões (equivalentes a R\$503) com prazo final de 10 anos.

Em outubro de 2010, a Vale assinou contrato com a Export Development Canada (EDC) para o financiamento do seu programa de investimento. De acordo com o contrato, a EDC fornecerá linha de crédito de até US\$1 bilhão (equivalente a R\$1.666 em 31 de dezembro de 2010). US\$ 500 (equivalente a R\$ 833 em 31 de dezembro de 2010) estão disponíveis para investimentos no Canadá e os US\$500 (equivalente a R\$833 em 31 de dezembro de 2010) restantes estão disponíveis para financiamento de compras de bens e serviços da Vale no Canadá. Em 31 de dezembro de 2010, a Vale desembolsou US\$250 (equivalentes a R\$417) nessa linha.

Em maio de 2008, a Vale assinou acordos com o Japan Bank for International Cooperation, no valor de US\$3 bilhões

(equivalente a R\$4.999 em 31 de dezembro de 2010), e com a Nippon Export and Investment Insurance, no valor de US\$2 bilhões (equivalente a R\$3.332 em 31 de dezembro de 2010), para o financiamento de projetos de mineração, logística e geração de energia. Em novembro de 2009, a Vale contratou linha de crédito no valor de US\$300 (equivalentes a R\$525 em 31 de dezembro de 2010), através de sua subsidiária PT International Nickel Indonesia Tbk (PTI), com instituições financeiras japonesas, utilizando seguro da Nippon Export and Investment Insurance (NEXI) para o financiamento da construção da usina hidrelétrica de Karebbe, na Indonésia. Até 31 de dezembro de 2010, a PT International sacou US\$150 (equivalentes a R\$250) desta linha de crédito.

Em 2008, a Vale assinou uma linha de crédito no valor de R\$7.300 com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para financiar seu programa de investimento. Até 31 de dezembro de 2010, a Vale sacou R\$ 1.922 nesta linha.

20. Provisões

A Vale e suas controladas são partes envolvidas em ações trabalhistas, cíveis, tributárias e outras em andamento e estão discutindo estas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião da diretoria jurídica da Companhia e de seus consultores legais externos.

a) Provisões de contingências

As provisões, consideradas pela Administração da Companhia e por seus consultores jurídicos como suficientes para cobrir eventuais perdas em processos judiciais de qualquer natureza são detalhadas, como segue:

	Consolidado			Controladora		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Provisões tributárias	1.478	1.933	2.299	325	1.173	1.203
Provisões cíveis	893	935	687	680	539	475
Provisões trabalhistas	1.277	1.273	1.098	1.072	993	905
Provisões ambientais	64	61	31	31	26	9
Total de passivos provisionados	3.712	4.202	4.115	2.108	2.731	2.592
	Consolidado			Controladora		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Saldo no Início do período	4.202	4.115	4.315	2.731	2.592	2.984
Reversões líquidas de provisões	(132)	474	921	(61)	192	530
Pagamentos	(606)	(377)	(1.507)	(602)	(237)	(1.292)
Atualização monetária	248	(10)	386	40	184	370
Saldo no final do período	3.712	4.202	4.115	2.108	2.731	2.592

Para essas contingências existem depósitos judiciais no consolidado no montante de R\$3.062 em 2010, R\$3.109 em 31 de Dezembro de 2009 e R\$2.920 em 01 de Janeiro de 2009. Na controladora os depósitos judiciais estão no montante de R\$1.789 em 31 de Dezembro de 2010, R\$2.050 em 31 de Dezembro de 2009 e R\$2.161 em 01 de Janeiro de 2009.

I) Provisões de Contingências Tributárias

As principais naturezas das causas tributárias referem-se substancialmente a discussões sobre a base de cálculo da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM e sobre indeferimentos de pedidos de compensação de créditos na liquidação de tributos federais. As demais referem-se a cobranças de Adicional de Indenização do Trabalhador Portuário - AITP e questionamentos sobre a localidade de incidência para fins de Imposto sobre Serviços - ISS.

Em 2009, procedeu-se a baixa dos valores provisionados referentes à discussão sobre a compensação de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acima de 30%, devido a desistência da ação e conseqüentemente extinção do processo com liberação dos recursos depositados judicialmente em favor da União.

II) Provisões de Contingências Cíveis

As ações cíveis estão relacionadas às reclamações de Companhias contratadas por perdas que supostamente teriam ocorrido como resultado de vários planos econômicos e outras demandas relacionadas a acidentes, ações indenizatórias e outras, ainda, relacionadas a indenização pecuniária em ação reivindicatória.

III) Provisões de Contingências Trabalhistas

Contingências trabalhistas consistem principalmente de: (a) horas “intínere”, (b) adicional de periculosidade e insalubridade, (c) reclamações vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões e ao terço constitucional de férias.

Inseridas também nesse contexto estão as contingências previdenciárias porque decorrem de parcelas de natureza trabalhista, tratando-se de discussões judiciais e administrativas entre o INSS e a Vale, cujo cerne é a incidência ou não de recolhimentos previdenciários.

Adicionalmente às provisões, existem depósitos judiciais que em 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009 que totalizam R\$3.062, R\$3.109 e R\$2.920, no consolidado e R\$2.312, R\$2.433 e R\$2.161 na controladora, respectivamente. Os depósitos judiciais são a princípio, garantias as provisões de contingências exigidas judicialmente, são atualizados monetariamente e ficam registrados no ativo não circulante da Companhia até que aconteça a decisão judicial de resgate destes depósitos pelo reclamante, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a entidade.

Existem ainda obrigações decorrentes de eventos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos, fora do controle da Companhia, passivo contingente. São classificados como perdas possíveis não reconhecidos no balanço patrimonial, sendo apenas divulgados em notas explicativas.

A Companhia discute judicialmente ações para as quais existe expectativa de perdas possíveis e entende que para estas, não caberia provisão, visto que o existe um forte embasamento jurídico para tal. Estes passivos contingentes estão distribuídos entre processos tributários, cíveis e trabalhistas, e representam em 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009, o montante de R\$9.606, R\$9.242 e R\$6.793, no consolidado e R\$4.485, R\$4.009 e R\$3.416 na controladora, respectivamente.

b) Obrigações para desmobilização de ativos

A Companhia utiliza diversos julgamentos e premissas quando mensura as obrigações referentes à descontinuação de uso de ativos. Mudanças de circunstâncias, lei ou tecnologia podem afetar as estimativas e periodicamente o montante provisionado é revisado e ajustamos quando necessário. A provisão não reflete direitos não reivindicados porque não tem informação sobre isso. Do montante provisionado não estão deduzidos os custos potenciais cobertos por seguros ou indenizações, porque sua recuperação é considerada incerta.

As taxas de juros de longo prazo utilizadas para desconto a valor presente e atualização da provisão para 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009 foram de 7,96%, 7,96% e 6,875%, respectivamente. O passivo constituído é atualizado periodicamente tendo como base essas taxas de desconto acrescido do índice de inflação (IGPM) do período, em referencia.

A variação na provisão para desmobilização de ativos está demonstrada como segue:

	Consolidado			Controladora		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Provisão no início do período	2.086	2.006	1.763	846	892	790
Acréscimo de despesas	205	136	294	132	90	163
Liquidação financeira no período corrente	(78)	(86)	(16)	(77)	(75)	(11)
Revisões estimadas nos fluxos de caixa	384	143	(257)	(96)	(61)	(50)
Ajustes acumulados de conversão	(6)	(112)	222	-	-	-
Provisão no final do período	2.591	2.087	2.006	805	846	892
Circulante	128	157	113	44	122	44
Não Circulante	2.463	1.930	1.893	761	724	848
Total de passivos provisionados	2.591	2.087	2.006	805	846	892

c) Provisões de Debêntures Participativas

Por ocasião do primeiro passo de sua privatização, em 1997, a Vale emitiu debêntures para os acionistas existentes na ocasião, incluindo o Governo Brasileiro. Os termos das debêntures foram estabelecidos para garantir que os acionistas pré-privatização, participassem em possíveis benefícios futuros, que pudessem ser obtidos a partir da exploração de certos recursos minerais.

A Vale possui 388.559.056 debêntures participativas emitidas com valor nominal unitário na data de emissão de R\$0,01 (hum centavo de Real), cuja atualização se dá de acordo com a variação do Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M, conforme o

disposto na escritura de emissão. Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de R\$ 2.140 (2009 - R\$ 1.306) estava registrado ao valor justo no passivo não circulante na rubrica "Debêntures Participativas" vide nota 24.

Os debenturistas têm o direito de receber prêmios, pagos semestralmente, equivalentes a um percentual das receitas líquidas provenientes de determinados recursos minerais conforme escritura de emissão.

Durante o exercício de 2010, a Vale efetuou pagamento de remuneração das debêntures participativas no valor total de R\$ 15 sendo R\$8 em setembro e R\$7 em abril.

21. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

O lucro da Companhia está sujeito ao regime comum de tributação aplicável às Companhias em geral. Os saldos diferidos líquidos apresentam-se como segue:

	Consolidado			Controladora	
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Resultado fiscal a compensar	1.273	1.374	725	-	799
Diferenças temporárias:					
. Fundo de pensão	1.223	871	292	231	271
. Provisão para contingências	964	781	687	787	667
. Provisão para perdas em ativos	1.113	1.093	1.151	629	488
. Valor justo dos instrumentos financeiros	631	62	-	619	84
. Mais valia vinculada ao imobilizado adquirido	(11.583)	(9.168)	(8.518)	-	-
. Outras	(554)	(240)	(291)	(477)	(259)
Total	(6.933)	(5.227)	(5.954)	1.789	2.050
Contribuição social	(3.574)	(1.320)	-	(3.574)	(1.320)
Total	(10.507)	(6.547)	(5.954)	(1.785)	730
Ativo	2.440	2.760	978	1.789	2.050
Passivo	(12.947)	(9.307)	(6.932)	(3.574)	(1.320)
	(10.507)	(6.547)	(5.954)	(1.785)	730

	Ativo	Passivo	Consolidado	Controladora
Saldo Diferido 1º/01/2009	978	(6.932)	(5.954)	1.963
Efeitos no Resultado	131	(94)	37	(753)
Adição/Realização de Diferenças temporárias	805	(729)	(444)	86
Aquisição subsidiárias		(1.523)	(1.523)	-
Ajustes acumulados de conversão de moedas		1.834	1.834	-
Utilização de prejuízo fiscal	(37)		(37)	(37)
Consituição de prejuízo fiscal	799		799	799
Ajuste Patrimônio Líquido adoção IFRS	84	(450)	154	84
Diferimento da Contribuição social		(1.320)	(1.320)	(1.320)
Outros resultados abrangentes		(93)	(93)	(92)
Saldo Diferido 31/12/2009	2.760	(9.307)	(6.547)	730
Efeitos no Resultado	(507)	2.758	2.251	624
Adição/Realização de Diferenças temporárias	254	(560)	(306)	(4)
Aquisição subsidiárias		(3.810)	(3.810)	-
Ajustes acumulados de conversão de moedas		261	261	-
Utilização de prejuízo fiscal	(846)		(846)	(846)
Consituição de prejuízo fiscal	779		779	-
Diferimento da Contribuição social		(2.254)	(2.254)	(2.254)
Outros resultados abrangentes		(35)	(35)	(35)
Saldo Diferido 31/12/2010	2.440	(12.947)	(10.507)	(1.785)

Os ativos e passivos diferidos de imposto de renda e contribuição social decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias são reconhecidos contabilmente levando-se em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras elaboradas com base em premissas internas e em cenários macroeconômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro.

Estas diferenças temporárias, que serão realizadas quando da ocorrência dos correspondentes fatos geradores apresentam as seguintes expectativas.

	Consolidado			Controladora		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Imposto de Renda Diferido						
a ser recuperado depois de mais de 12 meses	(10.941)	(8.039)	(7.263)	(2.033)	(489)	743
a ser recuperado em até 12 meses	434	1.492	1.309	248	1.219	1.220
	(10.507)	(6.547)	(5.954)	(1.785)	730	1.963

O imposto de renda no Brasil compreende o imposto sobre a renda e a contribuição social sobre o lucro. A alíquota estatutária aplicável nos períodos apresentados é de 34%. Em outros países, onde temos operações, estamos sujeitos a várias taxas, dependendo da jurisdição.

O total demonstrado como resultado de imposto de renda nas demonstrações contábeis consolidadas está reconciliado com as alíquotas estabelecidas pela legislação, como segue:

	Consolidado		Controladora	
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	37.679	15.459	37.024	15.903
Resultado de participações societárias	48	(99)	(8.661)	3.710
Efeito tributário decorrente de moeda funcional não tributada	479	10.577	-	-
	38.206	25.937	28.363	19.613
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação - 34%	(12.990)	(8.819)	(9.644)	(6.668)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos:				
Imposto de renda e contribuição social de juros sobre o capital próprio	1.732	872	1.732	872
Incentivos fiscais	1.390	368	1.093	184
Resultados de empresas no exterior tributadas a alíquotas diferentes às da controladora	2.988	2.126	-	-
Outros	(155)	499	87	46
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período	(7.035)	(4.954)	(6.732)	(5.566)

A Vale no Brasil possui incentivo fiscal de redução parcial do imposto de renda devido, pelo valor equivalente à parcela atribuída pela legislação fiscal às operações nas regiões norte e nordeste com ferro, ferrovia, manganês, cobre, bauxita, alumina, alumínio, caulim e potássio. O incentivo é calculado com base no lucro fiscal da atividade (chamado lucro da exploração), leva em conta a alocação do lucro operacional pelos níveis da produção incentivada durante os períodos definidos como beneficiados para cada produto, e, no geral, expiram até 2018. Parte das operações com ferrovia na região norte foi reconhecida como incentivada por 10 anos a partir de 2009. Um montante igual ao obtido com a economia fiscal deve ser apropriado em uma conta de reserva de lucros, no patrimônio líquido, e não pode ser distribuído como dividendos aos acionistas.

A Vale pode se beneficiar com a destinação de parte do imposto de renda devido para ser reinvestida na aquisição de equipamentos na operação incentivada, sujeita a aprovação posterior pela agência reguladora da área incentivada Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE. Quando aprovado o reinvestimento, o benefício fiscal é também apropriado em uma reserva de lucros, com impedimento a distribuição como dividendos aos acionistas.

A Vale tem também incentivos de impostos relacionados ao projeto Goro na Nova Caledônia (Goro). Estes incentivos fiscais incluem isenções temporárias totais do imposto de renda durante a fase de construção do projeto, e, também, por um período de 15 anos iniciando-se no primeiro ano da produção comercial, conforme definido pela legislação aplicável, seguido por 5 anos com 50% de incentivos fiscais temporários. Além disto, Goro está qualificado para determinadas isenções de impostos indiretos tais como taxa de importação durante a fase de construção e durante toda a vida comercial do projeto. Alguns destes benefícios fiscais, incluindo incentivos fiscais temporários, estão sujeitos a uma interrupção antecipada, caso o projeto alcance uma taxa acumulada específica de retorno. Goro está sujeito a tributação de uma parte do lucro começando no primeiro ano em que a produção comercial for atingida, conforme definido pela legislação aplicável. Até o momento, não foi realizado nenhum lucro tributável na Nova Caledônia. Os benefícios desta legislação são esperados para quaisquer impostos então aplicáveis quando o projeto Goro estiver em operação. A Vale obteve incentivo fiscal para os projetos em Moçambique, Oman e Malásia, que terá efeito quando os projetos iniciarem sua operação comercial.

A Vale está sujeita a revisão do imposto de renda pelas autoridades fiscais locais, por até cinco anos nas Companhias que operam no Brasil, dez anos para operações na Indonésia e até sete anos para Companhias com operações no Canadá.

No Brasil, a compensação do prejuízo fiscal apurado não prescreve, sendo que sua utilização é restrita a 30% do lucro tributável na apuração anual e trimestral de imposto de renda.

22. Obrigações com Benefícios a Funcionários

a) Obrigações com benefícios de aposentadoria

A Vale patrocina um plano de previdência complementar com características de benefício definido, cobrindo substancialmente todos os empregados, sendo o cálculo dos benefícios baseado em tempo de serviço, idade, salário de contribuição e complementação aos benefícios da seguridade social. Este plano é administrado pela Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social – VALIA e foi financiado pelas contribuições mensais realizadas pela patrocinadora e empregados, calculadas com base em estimativas atuariais periódicas.

Em maio de 2000, foi implementado um novo plano de previdência complementar com características de contribuição variável, contemplando a renda de aposentadoria programada e os benefícios de risco (pensão por morte aposentaria por invalidez e auxílio doença). Por ocasião do lançamento deste (Plano de Benefícios Vale Mais), foi oferecida aos empregados ativos a oportunidade de transferência para o mesmo. Mais de 98% dos empregados ativos optaram pela transferência. O de benefício definido continua existindo, cobrindo quase que exclusivamente participantes aposentados e seus beneficiários.

Adicionalmente, um grupo específico de ex-empregados tem direito a pagamentos suplementares aos benefícios normais da VALIA, através do chamado Abono Complementação acrescido de um benefício pós-aposentadoria que cobre assistência médica, odontológica e farmacêutica a este grupo específico.

Em 2010, com a aquisição de negócios de fertilizantes, a Vale consolidou compromissos assumidos com fundo de pensão de benefícios definidos, e outros planos de benefícios pós-aposentadoria, conforme a seguir:

Plano de benefícios definidos mantido por intermédio da Fundação PETROBRAS de Seguridade Social - PETROS, para os empregados admitidos até setembro de 1993 da Ultrafertil S.A., subsidiária integral da Vale Fertilizantes. Esse plano de previdência possui 1.684 empregados, dos quais 1.466 já estão recebendo suplementação de aposentadoria/pensão.

Plano de previdência privada, na modalidade de Fundo Garantidor de Benefícios, administrado pela Bradesco Previdência e Seguros S.A., visa atender os empregados elegíveis da Vale Fertilizantes e empregados não atendidos pela PETROS da subsidiária Ultrafertil S.A.

A Vale Fertilizantes e sua subsidiária integral pagam aos empregados que sejam elegíveis a multa do FGTS conforme acordo sindical e proporcionam determinados benefícios de saúde para empregados aposentados, que sejam elegíveis.

A Vale Fosfatados possui um plano na modalidade de contribuição definida, administrado pela Bungeprev, que garante um benefício mínimo na aposentadoria dos empregados elegíveis. Além disso, a empresa proporciona determinados benefícios de saúde para empregados aposentados.

Com a aquisição da Vale Canadá Limited, (anteriormente Vale Inco), a Companhia assumiu compromissos através de fundos de pensão com benefícios definidos que cobrem essencialmente todos os seus empregados e outros planos de benefícios pós-aposentadoria que proporcionam determinados benefícios de saúde e seguro de vida para empregados aposentados.

A Vale não registra em seu balanço patrimonial o ativo decorrente da avaliação atuarial sobre plano de pensão superavitário, por não haver claramente uma evidência na sua realização, conforme estabelece o pronunciamento em vigor. Entretanto, para possibilitar um maior entendimento, os ativos garantidores desses planos foram divulgados em notas explicativas.

As informações a seguir detalham o status dos elementos de benefício definido de todos os planos, de acordo com os pronunciamentos, bem como os custos a eles relacionados.

Os resultados da avaliação atuarial estão assim representados:

I. Evolução do valor presente das obrigações

	31 de dezembro de 2010			31 de dezembro de 2009			Consolidado 1º de janeiro de 2009		
	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários
Valor presente das obrigações no início do exercício	4.745	8.209	2.270	4.269	8.497	2.495	4.546	8.941	2.960
Passivo inicial reconhecido com novas consolidações	642	20	97	-	-	-	-	-	-
Custo do serviço corrente	3	122	46	-	108	34	-	130	45
Custo dos juros	574	635	179	461	648	176	448	558	156
Benefícios pagos	(461)	(658)	(140)	(388)	(610)	(129)	(465)	(581)	(128)
Ajuste no plano	-	35	(4)	-	-	-	-	29	-
Alteração das hipóteses	-	-	-	-	-	-	(260)	(964)	(681)
Perda (ganho) atuarial	533	439	16	403	488	48	-	-	-
Efeitos de variações cambiais	-	18	36	-	(922)	(354)	-	384	143
Valor presente das obrigações no final do exercício	6.036	8.820	2.500	4.745	8.209	2.270	4.269	8.497	2.495

	31 de dezembro de 2010			31 de dezembro de 2009			Controladora 01 de janeiro de 2009		
	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários
Valor presente das obrigações no início do exercício	4.745	2.387	324	4.269	2.127	300	4.546	1.815	292
Custo do serviço corrente	-	24	3	-	22	4	-	20	3
Custo dos juros	504	257	35	461	231	32	448	179	29
Benefícios pagos	(415)	(148)	(31)	(388)	(128)	(27)	(465)	(114)	(31)
Ajuste no plano	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alteração das hipóteses	-	-	-	-	-	-	(260)	227	7
Perda (ganho) atuarial	442	247	56	403	135	15	-	-	-
Efeitos de variações cambiais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor presente das obrigações no final do exercício	5.276	2.767	387	4.745	2.387	324	4.269	2.127	300

II. Evolução do valor justo dos ativos

	31 de dezembro de 2010			31 de dezembro de 2009			Consolidado 01 de janeiro de 2009		
	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários
Valor justo dos ativos no início do exercício	7.190	7.131	19	5.937	7.033	21	6.308	7.773	18
Ativo inicial reconhecido com novas consolidações	751	16	-	-	-	-	-	-	-
Rendimento real dos ativos	944	714	2	703	885	2	94	(1.060)	2
Contribuição da patrocinadora	4	316	140	-	386	129	-	573	97
Benefícios pagos	(461)	(658)	(140)	(388)	(610)	(129)	(465)	(581)	(97)
Ganhos/Perdas atuariais	879	214	-	938	214	-	-	-	-
Efeitos de variações cambiais	-	8	1	-	(777)	(4)	-	328	1
Valor justo dos ativos no final do exercício	9.307	7.741	22	7.190	7.131	19	5.937	7.033	21

	31 de dezembro de 2010			31 de dezembro de 2009			Controladora 01 de janeiro de 2009		
	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários
Valor justo dos ativos no início do exercício	7.190	1.977	-	5.937	1.515	-	6.308	1.368	-
Rendimento real dos ativos	839	233	-	703	187	-	94	87	-
Contribuição da patrocinadora	-	206	31	-	189	27	-	174	-
Benefícios pagos	(415)	(148)	(31)	(388)	(128)	(27)	(465)	(114)	-
(Ganhos) Perdas atuariais	879	214	-	938	214	-	-	-	-
Valor justo dos ativos no final do exercício	8.493	2.482	-	7.190	1.977	-	5.937	1.515	-

(I) período ajustado pelos novos pronunciamentos contábeis para efeito de comparativos, conforme nota 5.

Os ativos dos planos administrados pela Valia em 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009 incluem investimentos em carteira de nossas próprias ações no valor de R\$ 864, R\$ 1.018 e R\$ 575, investimentos em debêntures no valor de R\$ 106, R\$ 115 e R\$ 117 e investimentos em ações de partes relacionadas no valor de R\$ 135, R\$ 113 e R\$ 103, respectivamente. Eles também incluem em 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009, R\$ 6.914, R\$ 5.810 e R\$ 5.022 de títulos e valores mobiliários do Governo Federal. Os ativos dos planos de pensão da Vale Canadá Limited estão em títulos e valores mobiliários do Governo do Canadá e em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1º de janeiro de 2009, montam R\$ 726, R\$ 728 e R\$ 869, respectivamente. Os ativos dos planos da Vale Fertilizante, Ultrafertil e Vale Fosfatados em 31 de dezembro de 2010, estão em títulos e valores mobiliários do Governo do Federal no valor de R\$ 263.

III. Conciliação dos ativos e passivos reconhecidos no balanço

	31 de dezembro de 2010			31 de dezembro de 2009			01 de janeiro de 2009		
	Planos superavitários (*)	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários	Planos superavitários (*)	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários	Planos superavitários (*)	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários
Valor presente das obrigações no final do exercício	(6.036)	(8.820)	(2.500)	(4.745)	(8.209)	(2.270)	(4.269)	(8.497)	(2.495)
Valor justo dos ativos no final do exercício	9.307	7.741	22	7.190	7.131	19	5.937	7.033	21
Valor líquido dos (ganhos) e perdas não reconhecidos no balanço	-	(45)	67	-	(79)	15	-	-	-
Efeito do limite do parágrafo 58(b)	(3.271)	-	-	(2.445)	-	-	(1.668)	-	-
Total	3.271	(1.124)	(2.411)	2.445	(1.157)	(2.236)	1.668	(1.464)	(2.474)
Ativo/Passivo atuarial líquido provisionado									
Circulante	-	(160)	(151)	-	(156)	(136)	-	(137)	(151)
Não Circulante	-	(964)	(2.260)	-	(1.001)	(2.100)	-	(1.327)	(2.323)
Ativo/Passivo atuarial líquido provisionado	-	(1.124)	(2.411)	-	(1.157)	(2.236)	-	(1.464)	(2.474)

	31 de dezembro de 2010			31 de dezembro de 2009			01 de janeiro de 2009		
	Planos superavitários (*)	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários	Planos superavitários (*)	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários	Planos superavitários (*)	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários
Valor presente das obrigações no final do exercício	(5.276)	(2.767)	(387)	(4.745)	(2.387)	(324)	(4.269)	(2.127)	(300)
Valor justo dos ativos no final do exercício	8.493	2.472	-	7.190	1.977	-	5.937	1.515	-
Valor líquido dos (ganhos) e perdas não reconhecidos no balanço	-	(46)	49	-	(79)	15	-	-	-
Efeito do limite do parágrafo 58(b)	(3.217)	-	-	(2.445)	-	-	(1.668)	-	-
Total	3.217	(341)	(338)	2.445	(489)	(309)	1.668	(612)	(300)
Ativo/Passivo atuarial líquido provisionado									
Circulante	-	(139)	(37)	-	(132)	(28)	-	(111)	(24)
Não Circulante	-	(202)	(301)	-	(357)	(281)	-	(501)	(276)
Ativo/Passivo atuarial líquido provisionado	-	(341)	(338)	-	(489)	(309)	-	(612)	(300)

(*) A Companhia não registrou em seu balanço patrimonial o ativo e suas contrapartidas decorrentes da avaliação atuarial de planos superavitários, por não haver claramente uma evidência na realização, conforme estabelece o parágrafo 58 (b) do CPC 33.

IV. Custos reconhecidos na demonstração do resultado do exercício

	31 de dezembro de 2010			31 de dezembro de 2009		
	(*)Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários	(*)Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários
Custo de serviço corrente	3	101	46	-	108	34
Juros sobre as obrigações atuariais	574	635	179	461	648	176
Rendimento esperando dos ativos	(944)	(579)	(1)	(703)	(496)	(2)
Amortizações e (ganhos) e perdas líquidos (parágrafo 58 a)	(404)	38	23	(535)	-	-
Efeito do limite do parágrafo 58(b)	771	-	-	777	-	-
Total dos custos líquidos	-	195	247	-	260	208

	31 de dezembro de 2010			31 de dezembro de 2009		
	(*)Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários	(*)Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários
Custo de serviço corrente	-	24	3	-	22	4
Juros sobre as obrigações atuariais	504	257	35	461	231	32
Rendimento esperando dos ativos	(839)	(223)	-	(703)	(187)	-
Amortizações e (ganhos) e perdas líquidos (parágrafo 58 a)	(436)	-	23	(535)	-	-
Efeito do limite do parágrafo 58(b)	771	-	-	777	-	-
Total dos custos líquidos	-	58	61	(777)	66	36

(*) A Companhia não registrou em seu balanço patrimonial o ativo e suas contrapartidas decorrentes da avaliação atuarial de planos superavitários, por não haver claramente uma evidência na realização, conforme estabelece o parágrafo 58 B do CPC 33.

V. Hipóteses Atuariais e Econômicas

Todos os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, juros, inflação, comportamento dos benefícios do INSS, mortalidade, invalidez, etc. Nenhum resultado atuarial pode ser analisado sem o conhecimento prévio do cenário de hipóteses utilizado na avaliação.

As hipóteses atuariais econômicas adotadas foram formuladas considerando-se o longo prazo previsto para sua maturação, devendo, por isso, serem analisadas sob essa ótica. Portanto, a curto prazo, elas podem não ser necessariamente realizadas.

Nas avaliações foram adotadas as seguintes hipóteses econômicas:

	31 de dezembro de 2010			31 de dezembro de 2009			1º de janeiro de 2009		
	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários
Taxa de desconto	11.30% a.a.	11.30% a.a.	11.30% a.a.	11.08% a.a.	11.08% a.a.	11.08% a.a.	11.28% a.a.	11.28% a.a.	11.28% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos	12.00% a.a.	11.50% a.a.	-	12.00% a.a.	11.50% a.a.	-	12.22% a.a.	13.00% a.a.	-
Taxa de crescimento dos salários e encargos - até 47 anos	8.15% a.a.	8.15% a.a.	-	7.64% a.a.	7.64% a.a.	-	7.12% a.a.	7.12% a.a.	-
Taxa de crescimento dos salários e encargos - após 47 anos	5.00% a.a.	5.00% a.a.	-	4.50% a.a.	4.50% a.a.	-	4.00% a.a.	4.00% a.a.	-
Inflação	5.00% a.a.	5.00% a.a.	5.00% a.a.	4.50% a.a.	4.50% a.a.	4.50% a.a.	4.00% a.a.	4.00% a.a.	4.00% a.a.
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos	-	-	8.15% a.a.	-	-	7.63% a.a.	-	-	7.12% a.a.

	31 de dezembro de 2010		31 de dezembro de 2009		1º de janeiro de 2009	
	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários
Taxa de desconto	6.21% a.a.	5.44% a.a.	6.21% a.a.	6.20% a.a.	5.58% a.a.	7.32% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos	7.02% a.a.	6.50% a.a.	7.00% a.a.	6.23% a.a.	6.99% a.a.	7.35% a.a.
Taxa de crescimento dos salários e encargos - até 47 anos	4.11% a.a.	3.58% a.a.	4.11% a.a.	3.58% a.a.	4.12% a.a.	3.58% a.a.
Taxa de crescimento dos salários e encargos - após 47 anos	4.11% a.a.	3.58% a.a.	4.11% a.a.	3.58% a.a.	4.12% a.a.	3.58% a.a.
Inflação	2.00% a.a.	2.00% a.a.	2.00% a.a.	2.00% a.a.	2.00% a.a.	2.00% a.a.
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos	-	5.92% a.a.	-	6.04% a.a.	-	6.19% a.a.

Todas as premissas foram revistas em 2010

VI. Ativos dos planos

Planos Brasileiros

A política de investimentos dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia, para os trabalhadores brasileiros esta baseada em um cenário macroeconômico de longo prazo, retornos esperados e gestão de ativos e passivos apresentados no Relatório de Avaliação Atuarial preparado pelas consultorias atuariais externas. Foi elaborada uma política de investimentos para cada plano como resultado deste estudo de alocação estratégica.

As alocações dos ativos dos planos, dos fundos de pensão locais cumprem regulamentação emitida pelo CMN - Conselho Monetário Nacional (Resolução CMN 3792/09). Os investimentos podem ser feitos em seis diferentes classes de ativos, definidos como segmentos por lei, como segue: renda fixa, renda variável, investimentos estruturados (investimentos alternativos e projetos de infraestrutura), investimentos no exterior, imóveis e operações com participantes (empréstimos).

As políticas de investimento dos planos são aprovadas pelo Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e dois Comitês de Investimentos. Os gestores de carteira internos e terceirizados estão autorizados a implementar a política de investimentos no âmbito das limitações impostas pelo Comitê Deliberativo e pelos Comitês de Investimentos.

O fundo de pensão dispõe de um processo de gestão de riscos com políticas estabelecidas que visa identificar, medir e controlar todo tipo de risco a que estão expostos os planos de benefícios, tais como: risco de mercado, de liquidez, de crédito, operacional, sistêmico e legal.

Planos no exterior

A estratégia para cada um dos planos de pensão patrocinado pela Vale Canadá Limited é baseada em uma combinação de práticas locais e as características específicas dos planos de pensão em cada país, incluindo a estrutura do passivo, o risco versus comércio é recompensado entre diferentes classes de ativos e a liquidez necessária para satisfazer pagamentos de benefícios.

Ativos dos planos de pensão superavitários

Planos Brasileiros

O Plano de Benefício Definido, administrados pela Valia, tem a maior parte de seus ativos alocados em renda fixa, principalmente em títulos federais de longo prazo e títulos privados, ambos indexados a inflação com o objetivo de reduzir a volatilidade do ativo e do passivo. A alocação alvo para estes investimentos é de 55% do total dos ativos. Esta estratégia de investimentos, quando considerada em conjunto com o segmento de operações com participantes (empréstimos), visa constituir uma proteção dos passivos do plano contra os riscos de inflação e volatilidade da relação ativo e passivo. Os

segmentos ou classes de ativos têm os seus alvos de alocação, como segue: investimento em renda fixa – 52%; investimentos em renda variável – 28%; investimentos estruturados – 6%; investimentos no exterior – 2%; imóveis - 7% e operações com participantes (empréstimos) – 5%.

A política de investimento tem o objetivo de alcançar a diversificação adequada, receita e valorização de longo prazo, através da combinação de todas as classes de ativos acima descritas para cumprir suas obrigações com o nível adequado de risco. Este plano teve um rendimento médio nominal de 20,87%a.a, nos últimos 11 anos.

O Plano de Benefício Definido administrado pela Petros, também possui a maior parte de seus ativos alocados em renda fixa, principalmente em títulos federais de longo prazo e títulos privados, ambos indexados a inflação com o objetivo de reduzir a volatilidade do ativo e do passivo. A alocação alvo para estes investimentos é de 63% do total do ativo.

A política de investimentos tem o objetivo de alcançar uma adequação das receitas e valorização de longo prazo, visando constituir uma proteção dos passivos em relação aos riscos de inflação e volatilidade entre ativo e passivo do plano. O rendimento médio nominal esperado dos ativos do plano é de 12,96%a.a. Os alvos de classe de ativos estão assim representados: investimentos em renda fixa – mínimo 30% e máximo de 70%; investimentos em renda variável – mínimo 15% e máximo de 50%; investimentos estruturados – mínimo 2,5% e máximo de 15%; investimentos no exterior – mínimo 0% e máximo de 3%; investimentos em imóveis – mínimo 1,5% e máximo de 8%; e empréstimos a participantes – mínimo 0% e máximo de 15%.

Planos superavitários por categoria de ativo

Ativos por categoria	31 de dezembro de 2010				31 de dezembro de 2009				Consolidado 01 de janeiro de 2009			
	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalentes	9	9	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-
Contas a receber	135	135	-	-	26	26	-	-	-	-	-	-
Títulos em ações - líquido	2.201	2.201	-	-	2.024	2.024	-	-	965	965	-	-
Títulos em ações - não líquido	126	-	126	-	105	-	105	-	263	-	263	-
Título de dívida de corporações	381	-	381	-	206	-	206	-	218	-	218	-
Título de dívida de instituições financeiras	318	-	318	-	329	-	329	-	287	-	287	-
Título de dívida do governo	3.523	3.523	-	-	2.653	2.653	-	-	2.196	2.196	-	-
Fundo de investimento em renda fixa	2.683	2.683	-	-	2.421	2.421	-	-	2.313	2.313	-	-
Fundo de investimento em ações	855	855	-	-	690	690	-	-	365	365	-	-
Fundo de investimento internacionais	39	39	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundo de investimento de empresas não listadas	213	-	-	213	151	-	-	151	156	-	-	156
Fundo de investimento de empreendimento imobiliário	31	-	-	31	-	-	-	-	-	-	-	-
Empreendimento imobiliário	481	-	-	481	391	-	-	391	339	-	-	339
Empréstimo de participantes	302	-	-	302	275	-	-	275	415	-	-	415
Total	11.297	9.445	825	1.027	9.271	7.814	640	817	7.518	5.840	768	910
Fundos não relacionados aos planos de risco	(1.990)				(2.081)				(1.581)			
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	9.307				7.190				5.937			

Ativos por categoria	31 de dezembro de 2010				31 de dezembro de 2009				Controladora 01 de janeiro de 2009			
	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalentes	1	1	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-
Contas a receber	135	135	-	-	26	26	-	-	-	-	-	-
Títulos em ações - líquido	2.201	2.201	-	-	2.024	2.024	-	-	965	965	-	-
Títulos em ações - não líquido	126	-	126	-	105	-	105	-	263	-	263	-
Título de dívida de corporações	381	-	381	-	206	-	206	-	218	-	218	-
Título de dívida de instituições financeiras	318	-	318	-	329	-	329	-	287	-	287	-
Título de dívida do governo	3.274	3.274	-	-	2.653	2.653	-	-	2.196	2.196	-	-
Fundo de investimento em renda fixa	2.428	2.428	-	-	2.421	2.421	-	-	2.313	2.313	-	-
Fundo de investimento em ações	606	606	-	-	690	690	-	-	365	365	-	-
Fundo de investimento internacionais	39	39	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundo de investimento de empresas não listadas	213	-	-	213	151	-	-	151	156	-	-	156
Fundo de investimento de empreendimento imobiliário	31	-	-	31	-	-	-	-	-	-	-	-
Empreendimento imobiliário	438	-	-	438	391	-	-	391	339	-	-	339
Empréstimo de participantes	292	-	-	292	275	-	-	275	415	-	-	415
Total	10.483	8.684	825	974	9.271	7.814	640	817	7.518	5.840	768	910
Fundos não relacionados aos planos de risco	(1.990)				(2.081)				(1.581)			
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	8.493				7.190				5.937			

Mensuração de ativos dos planos superavitários a valor justo com variáveis não observáveis de mercado – nível 3

	Consolidado													
	31 de dezembro de 2010						31 de dezembro de 2009						01 de janeiro de 2009	
	Fundo de investimentos de empresas não listadas	Fundo de empréstimos imobiliário	Empreendimentos imobiliários	Empréstimos de participantes	Total	Fundo de empréstimos imobiliário	Empreendimentos imobiliários	Empréstimos de participantes	Total	Fundo de empréstimos imobiliário	Empreendimentos imobiliários	Empréstimos de participantes	Total	
Início do exercício	151	-	391	275	817	156	339	415	910	132	301	266	699	
Retorno atual dos ativos do plano	(5)	2	76	38	111	51	33	55	139	10	52	60	122	
Consolidação inicial de novas aquisições	-	-	-	-	-	-	(15)	-	(15)	(39)	(14)	-	(53)	
Ativos vendidos durante o exercício	(4)	(2)	(40)	(125)	(171)	(93)	34	-	(59)	53	-	-	53	
Ativos comprados e liquidados	71	-	42	104	217	37	-	(195)	(158)	-	-	-	-	
Transferencias entre níveis	-	31	(31)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Final do exercício	213	31	438	292	974	151	391	275	817	156	339	326	821	

	Controladora												
	31 de dezembro de 2010					31 de dezembro de 2009					01 de janeiro de 2009		
	Fundo de investimentos de empresas não listadas	Fundo de empréstimos imobiliário	Empreendimentos imobiliários	Empréstimos de participantes	Total	Fundo de empréstimos imobiliário	Empreendimentos imobiliários	Empréstimos de participantes	Total	Fundo de empréstimos imobiliário	Empreendimentos imobiliários	Empréstimos de participantes	Total
Início do exercício	151	-	391	275	817	156	339	415	910	132	301	266	699
Consolidação inicial de novas aquisições	(5)	2	76	38	111	51	33	55	139	10	52	60	122
Ativos comprados e liquidados	(4)	(2)	(40)	(125)	(171)	(93)	(15)	(195)	(303)	(39)	(14)	-	(53)
Ajustes acumulados de conversão	71	-	42	104	217	37	34	-	71	53	-	89	142
Final do exercício	213	-	469	292	974	151	391	275	817	156	339	415	910

Para os planos administrados pela Valia, os ativos classificados no nível 3, estão como segue:

A meta de retorno para investimentos estruturados em 2011 é de 11,51%a.a. A alocação alvo para o plano de benefício definido (BD) é de 6%, com uma variação entre 2% e 10%. Estes investimentos têm um horizonte de logo prazo e baixa liquidez com o objetivo de se beneficiar do crescimento econômico brasileiro, sobretudo no setor de infraestrutura. Normalmente o valor justo dos ativos sem liquidez é estabelecido considerando o custo de aquisição ou valor patrimonial. Alguns fundos podem, alternativamente, utilizar as seguintes metodologias de apuração: análise do fluxo de caixa descontado ou análise com base em múltiplos.

A meta de retorno para as operações com participantes (empréstimos) em 2011 é de 16,05%a.a. O valor justo destes ativos inclui provisões para empréstimos não pagos, de acordo com o regulamento do fundo de pensão local.

A meta de retorno para os ativos imobiliários em 2011 é de 12,87%a.a. O valor justo destes ativos é considerado valor contábil. Contratamos empresas especializadas em avaliação de imóveis que não atuam no mercado como corretores. Todas as técnicas de avaliação seguem o regulamento do local.

Para os planos administrados pelo Petros os ativos classificados no nível 3, estão como segue:

A meta de retorno para investimentos em imóveis para 2011 é de 10,01% a.a. A alocação alvo é de 4,75%, com uma variação entre 1,5% e 8%.

A meta de retorno para operações com participantes para 2011 é de 10,77% a.a. A alocação alvo é de 7,50%, com uma variação entre 0% e 15%.

Ativos dos planos de pensão deficitários

Planos Brasileiros

O Plano Vale Mais tem obrigações com características dos planos de benefício definido e planos de contribuição definidos. A maior parte dos investimentos está em renda fixa. Para reduzir a volatilidade dos componentes do ativo e do passivo da parcela com características de benefícios definidos, deste plano, também foi implementada uma estratégia de investimentos utilizando títulos federais de longo prazo e títulos privados indexados à inflação. A alocação alvo para esta estratégia é de 55% dos ativos deste sub-plano. A alocação alvo do plano Vale Mais para os segmentos ou classes de ativos é a seguinte: renda fixa – 59%; renda variável - 24%; investimentos estruturados – 2%; investimentos no exterior – 1%; imóveis – 4% e operações com participantes (empréstimos) – 10%.

A parcela com características contribuição definida do Plano Vale Mais oferece três opções de combinação de classes de ativos que podem ser escolhidas pelos participantes. As opções incluem: 100 % em renda fixa, 80% de renda fixa e 20% renda variável e 65% de renda fixa e 35% renda variável. As opções de renda fixa incluem operações com participantes (empréstimos). A gestão da renda variável é feita através de fundo de investimento que tem o Índice Bovespa como referência.

A política de investimentos tem o objetivo de alcançar a diversificação adequada, de receita e valorização de longo prazo, através da combinação de todas as classes de ativos acima descritos para cumprir suas obrigações e metas, com o nível adequado de risco. Este plano teve um rendimento médio nominal de 15,67 % a.a. nos últimos 7 anos.

A obrigação com o plano de abono complementação tem sua alocação exclusiva em títulos de renda fixa. Também foi implementada uma estratégia de investimentos utilizando títulos federais de longo prazo e títulos privados indexados à inflação, com o objetivo de minimizar a volatilidade do ativo e do passivo e reduzir o risco de inflação.

A política de investimentos tem o objetivo de alcançar a diversificação adequada, da receita e valorização de longo prazo, para cumprir suas obrigações com o nível adequado de risco. Este plano teve um rendimento médio nominal de 16,28% a.a. nos últimos 5 anos.

Planos no exterior

Para todos os planos de pensão, exceto a PT International Nickel Indonésia Tbk (anteriormente PT Inco), a meta de alocação dos ativos é de 60% em investimentos em ações e 40% em investimentos de renda fixa, com todos os valores mobiliários negociados nos mercados públicos. Investimentos em renda fixa estão em títulos nacionais para o mercado de cada plano, e envolve uma mistura de títulos do governo e títulos de corporações. Os investimentos em ações são essencialmente de natureza global e envolvem uma mistura de grandes, médias e pequenas empresas de capitalização, com um investimento modesto explícito em ações nacionais para cada plano. Os planos canadenses também usam uma estratégia de proteção cambial "hedge" (cada um que desenvolveu exposição cambial de 50% é coberto), devido ao grande risco de títulos estrangeiros. Para a PT International Nickel Indonésia Tbk, a meta de alocação de investimento em ações é de 20% e o restante em renda fixa, com a grande maioria desses investimentos que estão sendo feitas dentro do mercado interno.

Planos deficitários por categoria de ativo

Ativos por categoria	31 de dezembro de 2010				31 de dezembro de 2009				Consolidado 31 de janeiro de 2009			
	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
	86	36	50	-	59	22	37	-	84	33	51	-
Caixa e equivalentes	34	34	-	-	3	3	-	-	-	-	-	-
Contas a receber	2.694	2.694	-	-	2.591	2.591	-	-	2.068	2.068	-	-
Títulos em ações - líquido	18	10	8	-	7	-	7	-	18	-	18	-
Títulos em ações - não líquido	91	-	91	-	65	-	65	-	158	2	156	-
Título de dívida de corporações	200	-	200	-	99	-	99	-	85	-	85	-
Título de dívida de instituições financeiras	1.309	615	694	-	1.160	472	688	-	1.309	491	818	-
Título de dívida do governo	2.998	1.799	1.199	-	2.846	1.625	1.221	-	2.827	1.285	1.542	-
Fundo de investimento em renda fixa	1.089	512	577	-	1.025	465	560	-	1.094	295	799	-
Fundo de investimento em ações	11	6	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundo de investimento internacionais	24	-	-	24	17	-	-	17	11	-	-	11
Fundo de investimento de empresas não listadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundo de investimento de empreendimento	2	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-
imobiliário	62	-	-	62	43	-	-	43	25	-	-	25
Empreendimento imobiliário	251	-	-	251	216	-	-	216	120	-	-	120
Empréstimo de participantes												
Total	8.869	5.706	2.824	339	8.131	5.178	2.677	276	7.799	4.174	3.469	156
Fundos não relacionados aos planos de risco	(1.128)				(1.000)				(766)			
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	7.741				7.131				7.033			

Ativos por categoria	31 de dezembro de 2010				31 de dezembro de 2009				Controladora 01 de dezembro de 2009			
	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
	7	7	-	-	1	1	-	-	1	1	-	-
Caixa e equivalentes	10	10	-	-	3	3	-	-	-	-	-	-
Contas a receber	306	306	-	-	246	246	-	-	113	113	-	-
Títulos em ações - líquido	8	-	8	-	7	-	7	-	18	-	18	-
Títulos em ações - não líquido	87	-	87	-	65	-	65	-	156	-	156	-
Título de dívida de corporações	200	-	200	-	99	-	99	-	85	-	85	-
Título de dívida de instituições financeiras	560	560	-	-	432	432	-	-	440	440	-	-
Título de dívida do governo	1.700	1.700	-	-	1.534	1.534	-	-	1.162	1.162	-	-
Fundo de investimento em renda fixa	360	360	-	-	314	314	-	-	150	150	-	-
Fundo de investimento em ações	6	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundo de investimento internacionais	24	-	-	24	17	-	-	17	11	-	-	11
Fundo de investimento de empresas não listadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundo de investimento de empreendimento	2	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-
imobiliário	62	-	-	62	43	-	-	43	25	-	-	25
Empreendimento imobiliário	251	-	-	251	216	-	-	216	120	-	-	120
Empréstimo de participantes												
Total	3.583	2.949	295	339	2.977	2.530	171	276	2.281	1.866	259	156
Fundos não relacionados aos planos de risco	(1.111)				(1.000)				(766)			
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	2.221				1.761				1.395			

Mensuração de ativos dos planos deficitários a valor justo com variáveis não observáveis de mercado – nível 3

Consolidado				
31 de dezembro de 2010				
	Fundo de investimentos de empresas não listadas	Fundo de empréstimos imobiliário	Empreendimentos imobiliários	Empréstimo de participantes
Início do exercício	17	-	43	216
Retorno atual dos ativos do plano	-	-	-	33
Consolidação inicial de novas aquisições	(4)	-	7	-
Ativos vendidos durante o exercício	-	-	(4)	(94)
Ativos comprados e liquidados	11	-	18	96
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-
Transferências entre níveis	-	2	(2)	-
Final do exercício	24	2	62	251

Controladora				
31 de dezembro de 2010				
	Fundo de investimentos de empresas não listadas	Fundo de empréstimos imobiliário	Empreendimentos imobiliários	Empréstimo de participantes
Início do exercício	17	-	43	216
Consolidação inicial de novas aquisições	(4)	-	7	33
Ativos vendidos durante o exercício	-	-	(4)	(94)
Ativos comprados e liquidados	11	-	18	96
Ajustes acumulados de conversão	-	2	-	-
Transferências entre níveis	-	-	(2)	-
Final do exercício	24	2	62	251

A meta de retorno para investimentos estruturados em 2011 é de 11,51%a.a. A alocação alvo para o Plano Vale Mais é de 2%, com uma variação entre 1% e 10%. Estes investimentos têm um horizonte de logo prazo e baixa liquidez com o objetivo de se beneficiar do crescimento econômico brasileiro, sobretudo no setor de infraestrutura. Normalmente o valor justo dos ativos sem liquidez é estabelecido considerando o custo de aquisição ou valor patrimonial. Alguns fundos podem, alternativamente, utilizar as seguintes metodologias de apuração: análise do fluxo de caixa descontado ou análise com base em múltiplos.

A meta de retorno para as operações com participantes (empréstimos) em 2011 é de 16,05 % a.a. O valor justo destes ativos inclui provisões para empréstimos não pagos, de acordo com o regulamento do fundo de pensão local.

A meta de retorno para os ativos imobiliários em 2011 é de 12,89 % a.a. O valor justo destes ativos é considerado valor contábil. Contratamos empresas especializadas em avaliação de imóveis que não atuam no mercado como corretores. Todas as técnicas de avaliação seguem o regulamento do local.

Ativos dos outros benefícios deficitários

Planos no exterior

Outros benefícios deficitários por categoria de ativo

Consolidado					
31 de dezembro de 2010		31 de dezembro de 2009(I)		1º de janeiro de 2009(I)	
Ativos por categoria	Total	Nível 1	Total	Nível 1	Total
Caixa e equivalentes	21	21	19	19	21

Desembolso do fluxo de caixa futuro

A Vale espera desembolsar no exercício de 2011 com os planos de pensão e outros benefícios, R\$222 no consolidado e R\$540 na controladora.

Estimativa de pagamento de benefícios futuros

A tabela a seguir apresenta a expectativa de pagamentos de benefícios, que refletem serviços futuros, como segue:

	Consolidado			Total
	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários	
2011	467	697	145	1.263
2012	489	706	156	1.299
2013	513	714	163	1.334
2014	536	719	170	1.366
2015	560	726	176	1.399
2016 em diante	3.148	3.782	878	6.442

	Controladora			Total
	Planos superavitários	Planos deficitários	Outros benefícios deficitários	
2011	417	207	34	658
2012	437	220	37	694
2013	457	233	41	731
2014	477	245	45	767
2015	497	258	49	804
2016 em diante	1.782	1.512	204	3.498

b) Plano de participação nos resultados

A Companhia, baseada no Programa de Participação nos Resultados - PPR possibilita definição, acompanhamento, avaliação e reconhecimento do desempenho coletivo e individual de seus empregados.

A Participação nos Resultados na Companhia para cada Empregado é apurada individualmente de acordo com o alcance de metas previamente estabelecidas por blocos de Indicadores conforme desempenho: da Companhia, do Departamento ou Unidade de Negócios, da Equipe, individual, e relativo as Competência individuais. A contribuição de cada bloco de desempenho na pontuação dos empregados é discutida e acordada, a cada exercício, entre a Vale e entidades sindicais que representam os seus empregados.

A Companhia provisionou despesas/custos referente à participação no resultado conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Despesas operacionais	452	429	266	196
Custo de produtos vendidos	535	439	511	439
Total	987	868	777	635

c) Plano de incentivos de longo prazo

Com o objetivo de incentivar a visão de “acionista”, além de elevar a capacidade de retenção dos executivos e reforçar a cultura de desempenho sustentado, o Conselho de Administração aprovou um Plano de Remuneração a Longo Prazo para alguns dos executivos da Companhia, que foi implementado para ciclos de 3 anos.

De acordo com os termos do plano, os participantes, restrito a certos executivos, podem alocar uma parte de seus bônus anuais ao plano. A parte do bônus alocada ao plano é usada pelo executivo para comprar ações preferenciais da Vale, através de uma instituição financeira previamente definida em condições de mercado e sem nenhum benefício fornecido pela Vale.

As ações compradas pelo executivo não tem restrições e podem, de acordo com critérios próprios de cada participante, ser vendidas a qualquer momento. Contudo, as ações precisam ser mantidas por um período de três anos e os executivos precisam manter seu vínculo empregatício com a Vale durante esse período. O participante passa, desta forma a ter o direito de receber da Vale, um pagamento em caixa equivalente ao montante de ações detidas baseado em cotações de mercado. O total de ações vinculadas ao plano em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009 é 2.458.627 e 1.809.117, respectivamente.

Adicionalmente, certos executivos elegíveis ao incentivo de longo prazo, têm a oportunidade de receber no final de um ciclo de três anos um valor monetário equivalente ao valor de mercado de um determinado número de ações baseados na avaliação de suas carreiras e fatores de desempenho medidos como um indicador de retorno total aos acionistas.

Contabilizamos o custo da compensação provido aos nossos executivos que estão sob esse plano de compensação de incentivo de longo prazo conforme requerimentos do CPC 10 “Pagamentos baseados em ações”. Os passivos são mensurados a valor justo na data de cada emissão do relatório, baseados em taxas do mercado. Os custos de compensação incorridos são reconhecidos pelo período aquisitivo definido de três anos. Em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009, reconhecemos uma provisão de R\$200 e R\$ 159, respectivamente, no resultado.

23. Classificação dos instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são classificados em quatro categorias de mensuração: ativos e passivos ao valor justo através do resultado (não incluindo os derivativos designados como hedge), disponíveis para venda, empréstimos e recebíveis e mantidos até o vencimento.

A classificação dos ativos e passivos financeiros é demonstrada nas tabelas a seguir:

	Consolidado				
	Empréstimos e recebíveis	Ao valor justo por meio do resultado	Derivativos designados como hedge	Disponíveis para venda	Total em 31 de dezembro de 2010
Ativos Financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	13.469	-	-	-	13.469
Investimentos financeiros de curto prazo	2.987	-	-	-	2.987
Contas a receber de clientes	13.962	-	-	-	13.962
Partes relacionadas	98	-	-	-	98
Empréstimos e financiamentos	274	-	-	-	274
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	21	21
Derivativos	-	553	36	-	589
Total dos ativos	30.790	553	36	21	31.400
Passivos Financeiros					
Contas a pagar	5.804	-	-	-	5.804
Empréstimos e financiamentos	43.789	-	-	-	43.789
Debêntures participativas	-	2.140	-	-	2.140
Partes relacionadas	27	-	-	-	27
Derivativos	-	107	88	-	195
Total dos passivos	49.620	2.247	88	-	51.955
					Consolidado
	Empréstimos e recebíveis	Ao valor justo por meio do resultado	Derivativos designados como hedge	Disponíveis para venda	Total em 31 de dezembro de 2009
Ativos Financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	13.221	-	-	-	13.221
Investimentos financeiros de curto prazo	6.525	-	-	-	6.525
Contas a receber de clientes	5.643	-	-	-	5.643
Partes relacionadas	68	-	-	-	68
Empréstimos e financiamentos	286	-	-	-	286
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	28	28
Derivativos	-	1.561	128	-	1.689
Total dos ativos	25.743	1.561	128	28	27.460
Passivos Financeiros					
Contas a pagar	3.849	-	-	-	3.849
Empréstimos e financiamentos	42.088	-	-	-	42.088
Debêntures participativas	-	1.306	-	-	1.306
Partes relacionadas	136	-	-	-	136
Derivativos	-	180	124	-	304
Total dos passivos	46.073	1.486	124	-	47.683

Consolidado					
	Empréstimos e recebíveis	Ao valor justo por meio do resultado	Derivativos designados como hedge	Disponíveis para venda	Total em 1º de janeiro de 2009
Ativos Financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	24.639	-	-	-	24.639
Investimentos financeiros de curto prazo	5.394	-	-	-	5.394
Contas a receber de clientes	7.933	-	-	-	7.933
Partes relacionadas	28	-	-	-	28
Empréstimos e financiamentos	180	-	-	-	180
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	461	461
Derivativos	-	85	-	-	85
Total dos ativos	38.174	85	-	461	38.720
Passivos Financeiros					
Contas a pagar	5.248	-	-	-	5.248
Empréstimos e financiamentos	45.384	-	-	-	45.384
Debêntures participativas	-	886	-	-	886
Partes relacionadas	287	-	-	-	287
Derivativos	-	1.345	-	-	1.345
Total dos passivos	50.919	2.231	-	-	53.150
Controladora					
	Empréstimos e recebíveis	Ao valor justo por meio do resultado	Derivativos designados como hedge	Disponíveis para venda	Total em 31 de dezembro de 2010
Ativos Financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	4.823	-	-	-	4.823
Contas a receber de clientes	18.378	-	-	-	18.378
Partes relacionadas	3.059	-	-	-	3.059
Empréstimos e financiamentos	164	-	-	-	164
Derivativos	-	285	36	-	321
Total dos ativos	26.424	285	36	-	26.745
Passivos Financeiros					
Contas a pagar	2.863	-	-	-	2.863
Empréstimos e financiamentos	16.524	-	-	-	16.524
Debêntures participativas	-	2.140	-	-	2.140
Partes relacionadas	32.923	-	-	-	32.923
Total dos passivos	52.310	2.140	-	-	54.450
Controladora					
	Empréstimos e recebíveis	Ao valor justo por meio do resultado	Derivativos designados como hedge	Disponíveis para venda	Total em 31 de dezembro de 2009
Ativos Financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	1.250	-	-	-	1.250
Contas a receber de clientes	3.360	-	-	-	3.360
Partes relacionadas	6.202	-	-	-	6.202
Empréstimos e financiamentos	136	-	-	-	136
Derivativos	-	1.098	-	-	1.098
Total dos ativos	10.948	1.098	-	-	12.046
Passivos Financeiros					
Contas a pagar	2.383	-	-	-	2.383
Empréstimos e financiamentos	14.125	-	-	-	14.125
Debêntures participativas	-	1.306	-	-	1.306
Partes relacionadas	35.454	-	-	-	35.454
Total dos passivos	51.962	1.306	-	-	53.268

	Controladora				
	Empréstimos e recebíveis	Ao valor justo por meio do resultado	Derivativos designados como hedge	Disponíveis para venda	Total em 1º de janeiro de 2009
Ativos Financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	6.713	-	-	-	6.713
Contas a receber de clientes	9.827	-	-	-	9.827
Partes relacionadas	5.630	-	-	-	5.630
Empréstimos e financiamentos	128	-	-	-	128
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	384	384
Derivativos	-	5	-	-	5
Total dos ativos	22.298	5	-	384	22.687
Passivos Financeiros					
Contas a pagar	2.145	-	-	-	2.145
Empréstimos e financiamentos	12.313	-	-	-	12.313
Debêntures participativas	-	886	-	-	886
Partes relacionadas	47.589	-	-	-	47.589
Derivativos	-	1.084	-	-	1.084
Total dos passivos	62.047	1.970	-	-	64.017

24. Estimativa do Valor Justo

A Companhia divulga seus ativos e passivos a valor justo, com base nos pronunciamentos contábeis pertinentes que definem valor justo, a estrutura de mensuração do valor justo, a qual se refere a conceitos de avaliação e práticas e requer determinadas divulgações sobre o valor justo.

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis. Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo. Baseado nessas abordagens, a Companhia presume o valor que participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo, incluindo hipóteses acerca de riscos ou riscos inerentes das entradas (*inputs*) usadas nas técnicas de avaliação. Essas entradas podem ser facilmente observáveis, confirmados pelo mercado, ou não observáveis. A Companhia utiliza técnicas que maximizam o uso de entradas observáveis e minimiza o uso das não observáveis. De acordo com o pronunciamento, essas entradas para mensurar o valor justo são classificadas em três níveis de hierarquia. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 - Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e;

Nível 3 - Ativos e Passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

As tabelas abaixo apresentam os ativos e passivos da controladora e do consolidado mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009.

	Consolidado				Controladora			
	Em 31 de dezembro de 2010				Em 31 de dezembro de 2010			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos								
Ao valor justo por meio do resultado								
- Derivativos	22	531	-	553	-	285	-	285
Derivativos designados como hedge	-	36	-	36	-	36	-	36
Disponíveis para venda								
- Ativos financeiros disponíveis para venda	21	-	-	21	-	-	-	-
Total do ativo	43	567	-	610	-	321	-	321

Passivos								
Ao valor justo por meio do resultado								
- Derivativos	20	87	-	107	-	-	-	-
- Debêntures participativas	-	2.140	-	2.140	-	2.140	-	2.140
Derivativos designados como hedge	-	88	-	88	-	-	-	-
Total do passivo	20	2.315	-	2.335	-	2.140	-	2.140

	Consolidado				Controladora			
	Em 31 de dezembro de 2009				Em 31 de dezembro de 2009			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos								
Ao valor justo por meio do resultado								
- Derivativos	25	1.536	-	1.561	-	1.098	-	1.098
Derivativos designados como hedge	-	128	-	128	-	-	-	-
Disponíveis para venda								
- Ativos financeiros disponíveis para venda	28	-	-	28	-	-	-	-
Total do ativo	53	1.664	-	1.717	-	1.098	-	1.098

Passivos								
Ao valor justo por meio do resultado								
- Derivativos	18	162	-	180	-	-	-	-
- Debêntures participativas	-	1.306	-	1.306	-	1.306	-	1.306
Derivativos designados como hedge	-	124	-	124	-	-	-	-
Total do passivo	18	1.592	-	1.610	-	1.306	-	1.306

	Consolidado				Controladora			
	Em 1º de janeiro de 2009				Em 1º de janeiro de 2009			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos								
Ao valor justo por meio do resultado								
- Derivativos	79	6	-	85	-	5	-	5
Disponíveis para venda								
- Ativos financeiros disponíveis para venda	461	-	-	461	384	-	-	384
Total do ativo	540	6	-	546	384	5	-	389

Passivos								
Ao valor justo por meio do resultado								
- Derivativos	-	1.345	-	1.345	-	1.084	-	1.084
- Debêntures participativas	-	886	-	886	-	886	-	886
Total do passivo	-	2.231	-	2.231	-	1.970	-	1.970

Métodos e Técnicas de Avaliação

- **Ativos e passivos ao valor justo por meio do resultado**

Compreendem os derivativos não designados como hedge e as debêntures participativas.

- **Derivativos designados ou não como hedge**

Foram utilizadas metodologias de avaliação comumente empregadas por participantes de mercado de derivativos para o cálculo do valor justo. Os instrumentos financeiros foram avaliados calculando o seu valor presente por meio da utilização das curvas de mercado que impactam o instrumento nas datas de apuração. As curvas e preços utilizados no cálculo para cada grupo de instrumentos estão detalhados no tópico “curvas de mercado”.

O método de precificação utilizado no caso de opções européias é o modelo *Black & Scholes*, amplamente utilizado pelos participantes do mercado para avaliação de opções. Neste modelo, o valor justo do derivativo é função da volatilidade e preço do ativo subjacente, do preço de exercício da opção, da taxa de juros e do período até o vencimento. No caso das opções em que o resultado é função da média do preço do ativo subjacente em um período da vida da opção, denominadas asiáticas, utilizamos o modelo de Turnbull & Wakeman, também amplamente utilizado para apreçar este tipo de opção. Neste modelo, além dos fatores que influenciam o preço da opção no modelo de *Black & Scholes*, é considerado o período de formação do preço médio.

No caso de swaps, tanto o valor presente da ponta ativa quanto da ponta passiva são estimados através do desconto dos fluxos de caixa pela taxa de juros da moeda em que o swap é denominado. A diferença entre o valor presente da ponta ativa e da ponta passiva do swap gera seu valor justo.

No caso de swaps atrelados à TJLP, o cálculo do valor justo considera a TJLP constante, ou seja, as projeções dos fluxos futuros de caixa em reais são feitas considerando a última TJLP divulgada.

Os contratos de compra ou venda de produtos, insumos e custos de venda com liquidação futura são precificados utilizando as curvas futuras de cada produto. Normalmente, estas curvas são obtidas nas bolsas onde os produtos são comercializados, como a *London Metals Exchange (LME)*, a *COMEX (Commodities Exchange)* ou outros provedores de preços de mercado. Quando não há preço para o vencimento desejado, utilizamos interpolações entre os vencimentos disponíveis.

- **Debêntures participativas**

Compreendem as debêntures participativas, cujos valores justos são mensurados com base na abordagem de mercado, e seus preços de referência estão disponíveis no mercado secundário.

- **Ativos disponíveis para venda**

São os ativos que não são mantidos para negociação e nem mantidos até o vencimento, por motivos estratégicos, e têm seu preço rapidamente disponível no mercado. Compreendem investimentos que são avaliados com base em preços cotados em mercados ativos quando disponíveis. Quando não existe valor de mercado, utilizamos entradas que não sejam cotações de preços.

Mensuração de Valor Justo Comparado ao Saldo Contábil

Para os empréstimos alocados no nível 1, o método de avaliação usado para estimar o valor justo é a abordagem de mercado para os contratos cotados no mercado secundário. E para os empréstimos alocados no nível 2, o valor justo tanto da dívida indexada por taxa fixa quanto por taxa flutuante é determinado a partir do fluxo de caixa descontado utilizando os valores futuros da taxa *Libor* e da curva dos *Bonds* da Vale. (abordagem de resultado).

Os valores justos e os saldos contábeis dos empréstimos não circulantes (líquidos de juros) são demonstrados no quadro abaixo:

	Consolidado				
	Saldo conforme balanço em 31 de dezembro de 2010	Valor justo em 31 de dezembro de 2010	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Empréstimos (longo prazo)*	42.061	44.233	33.608	10.625	-
* líquido de juros de R\$584					
	Parent Company				
	Saldo conforme balanço em 31 de dezembro de 2010	Valor justo em 31 de dezembro de 2010	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Empréstimos (longo prazo)*	16.272	16.628	13.944	2.684	-
* liquid de juros de R\$252					

25. Patrimônio Líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2010 o capital social é de R\$50.000 correspondendo a 5.365.304.100 ordinárias e 2.108.579.618 preferenciais) ações escriturais, sem valor nominal. (3.256.724.482

Acionistas	ON	PNA	Total
Valepar S.A.	1.716.435.045	20.340.000	1.736.775.045
Governo Brasileiro (Tesouro Nacional / BNDES / INSS / FPS)	-	12	12
Investidores estrangeiros em ADRs	770.823.059	792.796.327	1.563.619.386
FMP - FGTS	104.732.627	-	104.732.627
PIBB - BNDES	2.811.027	3.870.510	6.681.537
BNDESPar	218.386.481	69.432.771	287.819.252
Investidores institucionais estrangeiros no mercado local	141.625.721	353.940.381	495.566.102
Investidores institucionais	203.076.695	425.755.018	628.831.713
Investidores de varejo no país	51.458.433	342.795.028	394.253.461
Ações em tesouraria no país	47.375.394	99.649.571	147.024.965
Total	3.256.724.482	2.108.579.618	5.365.304.100

Cada detentor de ações ordinárias e preferenciais classe A tem direito a um voto para cada ação em relação aos assuntos apresentados em assembléia geral, exceto para a eleição do Conselho de Administração, que é restrita aos detentores de ações ordinárias. O governo brasileiro detém doze ações preferenciais especiais, que lhe confere direitos permanentes de veto sobre assuntos específicos.

A Companhia possui registro na *Securities and Exchange Commission – SEC*, que permite que suas ações preferenciais e ordinárias sejam negociadas na Bolsa de Valores de Nova York – NYSE em forma de ADR - *American Depositary Receipts* desde Junho/00 e Março/02, respectivamente. Cada ADR representa 1 (uma) ação preferencial classe "A" ou ordinária, negociada com os códigos "VALEP" e "VALE", respectivamente.

Adicionalmente, ações ordinárias e preferenciais classe A foram também listadas no painel principal da Bolsa de Valores de Hong Kong Limited em forma de Hong Kong Depositary Receipts (HKDR), desde 08 de dezembro de 2010, sob o código de estoque "6210" e "6230", respectivamente. Cada HKDR ordinária representa uma ação ordinária e cada HKDR preferencial classe A representa uma ação preferencial classe A.

Os acionistas detentores de ações ordinárias e os de preferenciais gozam do mesmo direito de receber um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido anual ajustado, baseado nos registros contábeis brasileiros, mediante aprovação da assembléia geral anual dos acionistas. No caso dos acionistas preferenciais, este dividendo não poderá ser inferior a 6% do capital preferencial determinado com base nos registros contábeis estatutários ou, se for maior, a 3% do valor patrimonial por ação. Este dividendo é considerado obrigação estatutária ou legal.

Os conselheiros e diretores, como grupo, detêm 257.295 ações ordinárias e 1.145.337 ações preferenciais.

O Conselho de Administração poderá, independentemente de reforma estatutária, deliberar a emissão de novas ações (capital autorizado), inclusive mediante a capitalização de lucros e reservas até o limite autorizado de 3.600.000.000 ações ordinárias e 7.200.000.000 ações preferenciais, todas sem valor nominal.

Os valores das reservas de lucros estão assim distribuídos:

	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
	2010	2009
Reservas de lucros		
Expansão/Investimentos		
Saldo inicial	45.165	38.883
Capitalização de reservas	(2.435)	-
Remuneração intermediária aos acionistas	(514)	(371)
Destinação do resultado	23.468	6.653
Saldo final	65.684	45.165
Lucros a realizar		
Saldo inicial	-	38
Destinação do resultado	-	(38)
Legal		
Saldo inicial	3.896	3.384
Destinação do resultado	1.804	512
Saldo final	5.700	3.896
Incentivos fiscais		
Saldo inicial	211	91
Capitalização de reservas	(131)	-
Destinação do resultado	1.022	120
Saldo final	1.102	211
Total das reservas de lucros	72.486	49.272

Reserva de expansão/investimento - tem como finalidade assegurar a manutenção e o desenvolvimento para as atividades principais que compõem o objeto social da Companhia, em montante não superior a 50% do lucro líquido distribuído até o limite máximo do capital social.

Reserva legal - reserva que constitui uma exigência para todas as empresas brasileiras e representa a apropriação de 5% do lucro líquido anual apurado com base na legislação brasileira, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de incentivos fiscais - esta reserva resulta da opção de designar uma parcela do imposto de renda devido para investimentos em projetos aprovados pelo governo bem como incentivos fiscais (Nota 21).

b) Recursos vinculados à futura conversão obrigatória em ações

As notas obrigatoriamente conversíveis a liquidar em 31 de dezembro de 2010 apresentam-se:

Séries	Emissão	Data Vencimento	Valor(em milhares de reais)		Cupom
			Bruto	Líquido de encargos	
Séries VALE e VALEP - 2012	July/2009	June/2012	1.858	1.523	6,75% a.a.

Os títulos têm cupons pagos trimestralmente e direito ao recebimento de remuneração adicional equivalente a distribuição em dinheiro paga aos detentores das American Depositary Shares (ADSs) – “Recibo Depositário Americano”. Estas notas foram bifurcadas entre instrumento de capital, e passivo.

Os recursos vinculados à futura conversão, líquidos dos encargos, são equivalentes a quantidade máxima das ações ordinárias e preferenciais, conforme demonstrado abaixo. Todas as ações estão atualmente em tesouraria.

Séries	Quantidade Máxima de ações		Valor(em milhares de reais)	
	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais
Séries VALE e VALEP - 2012	18.415.859	47.284.800	473	1.050

Em janeiro de 2011 (período subsequente), a Vale pagou remuneração adicional aos detentores de notas obrigatoriamente conversíveis, séries VALE-2012 e VALE. P-2012, R\$0.7776700 e R\$0.8994610, respectivamente e em outubro de 2010 VALE-2012 e VALE P-2012, R\$ 1,381517 e R\$ 1,597876 por nota, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2010 a parcela das notas conversíveis designadas como passivo após a bifurcação, totalizava R\$ 170 e R\$ 75 reconhecidos na rubrica outros passivos curto prazo e outros passivos de longo prazo respectivamente.

Em junho de 2010, as notas de série Rio e Rio P foram convertidas em ADS e representam um total de 49.305.205 ações ordinárias e 26.130.033 ações preferenciais de classe A respectivamente. A conversão foi realizada utilizando 75.435.238

ações em tesouraria mantidas pela Companhia. A diferença entre o montante convertido e o valor contábil das ações de R\$ 2.028 foi reconhecido como reserva de capital no patrimônio líquido.

Em abril de 2010, a Companhia pagou juros adicionais aos detentores das notas obrigatoriamente conversíveis: séries RIO e RIO P, R\$ 0,722861 e R\$ 0,857938 por nota, respectivamente e séries VALE-2012 e VALE.P-2012, R\$ 1,042411 e R\$ 1,205663 por nota, respectivamente.

c) Ações em tesouraria

Em setembro de 2010, o Conselho de Administração aprovou o programa de recompra das ações no valor de até US\$ 2 bilhões envolvendo até 64.810.513 ações ordinárias e até 98.367.748 ações preferenciais. As ações permanecerão em tesouraria para uma futura alienação ou cancelamento. O programa de recompra foi finalizado em outubro de 2010 quando o limite financeiro aprovado pelo Conselho de Administração foi atingido.

Classes	Quantidade de ações				Custo de aquisição unitário			Cotação média em	
	30 de dezembro de 2009		31 de dezembro de 2010					31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
		adições	baixas		Médio	Mínimo(*)	Máximo		
Preferencias	77.582	48.198	(26.130)	99.650	34,69	14,02	46,50	45,08	33,22
Ordinárias	74.998	21.683	(49.305)	47.375	28,90	20,07	52,96	51,50	38,23
Total	152.580	69.881	(75.435)	147.025					

Valor das ações com os “splits” R\$ 1,17 preferenciais e R\$ 1,67 ordinárias.

d) Lucros básicos e diluídos por ação

Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuído aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações em circulação (total de ações menos as ações em tesouraria).

Lucro diluído por ação

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia tem, em seus registros, notas obrigatoriamente conversíveis em ações, que serão convertidas utilizando ações em tesouraria, mantidas pela Companhia. Estas notas foram registradas como instrumento de capital, principalmente por não haver opção, tanto pela Companhia quanto por parte dos titulares de liquidar, total ou parcialmente, as operações com recursos financeiros, sendo, portanto, reconhecidas contabilmente liquidas dos encargos financeiros, como componente específico do patrimônio líquido.

Os valores dos lucros por ação básicos e diluídos foram calculados como segue:

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Lucro líquido de operações continuadas atribuídos aos acionistas da Controladora	30.292	10.337
Operações descontinuadas, líquido de imposto	(222)	-
Lucro líquido atribuído aos acionistas da controladora	30.070	10.337
Juros aos detentos de títulos conversíveis preferenciais	(21)	(30)
Juros aos detentos de títulos conversíveis ordinárias	(8)	(28)
Lucro líquido do período ajustado	30.041	10.279
Lucro disponível aos acionistas preferencialistas	11.514	3.891
Lucro disponível aos acionistas ordinários	18.155	6.096
Lucro disponível aos títulos conversíveis vinculados às ações preferenciais	267	149
Lucro disponível aos títulos conversíveis vinculados às ações ordinárias	104	144
Média ponderada de número de ações em circulação (em milhares de ações) - ações preferenciais	2.035.783	2.030.700
Média ponderada de número de ações em circulação (em milhares de ações) - ações ordinárias	3.210.023	3.181.706
Ações preferenciais em tesouraria vinculadas aos títulos conversíveis	47.285	77.580
Ações ordinárias em tesouraria vinculadas aos títulos conversíveis	18.416	74.998
Total	5.311.507	5.364.984
Básico		
Lucros por ação preferencial	5,66	0,97
Lucros por ação ordinária	5,66	0,97
Diluído		
Lucros por títulos conversíveis vinculados a ações preferenciais	6,10	1,71
Lucros por títulos conversíveis vinculados a ações ordinárias	6,10	2,21
Operações continuadas		
Básico		
Lucros por ação preferencial	5,70	-
Lucros por ação ordinária	5,70	-
Diluído		
Lucros por títulos conversíveis vinculados a ações preferenciais	6,14	-
Lucros por títulos conversíveis vinculados a ações ordinárias	6,14	-
Operações descontinuadas		
Básico		
Lucros por ação preferencial	(0,04)	-
Lucros por ação ordinária	(0,04)	-
Diluído		
Lucros por títulos conversíveis vinculados a ações preferenciais	(0,04)	-
Lucros por títulos conversíveis vinculados a ações ordinárias	(0,04)	-

e) Remuneração aos acionistas

Estas demonstrações contábeis refletem apenas a remuneração mínima obrigatória, dispostos no Estatuto Social da Companhia, de 25% do lucro contábil da controladora. Na ocorrência de deliberação de juros sobre o capital próprio, o montante relativo ao Imposto de renda retido na fonte - IRRF, será acrescido ao valor da remuneração proposta.

Em linha com a Política de Remuneração ao Acionista, aprovada na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 27 de abril de 2005, e com o anúncio publicado em 26 de janeiro de 2010, o Conselho de Administração, no dia 14 de outubro de 2010 aprovou a segunda parcela de remuneração aos acionistas, no valor total de R\$2.897, sob a forma de juros sobre o capital próprio, valor esse sujeito à incidência de imposto de renda na fonte à alíquota vigente. Do valor total acima, que corresponde ao valor bruto de R\$0,555154105 por ação em circulação, ordinária ou preferencial, de emissão da Vale, R\$1.222 referem-se à segunda parcela de remuneração aprovada na Assembléia Geral Ordinária de 2010 e o montante remanescente, de R\$1.675, refere-se a antecipação de distribuição dos lucros do exercício de 2010, com base em balanço levantado em 30 de junho de 2010.

Em 14 de janeiro de 2011, o Conselho de Administração aprovou o pagamento extraordinário, a partir de 31 de janeiro de 2011, de juros sobre o capital próprio, no valor total bruto de R\$1.670, que corresponde a cerca de R\$0,320048038 por ação em circulação, ordinária ou preferencial, de emissão da Vale, referente à antecipação de distribuição dos lucros do exercício de 2010, apurados em base em balanço levantado em 30 de junho de 2010, valor esse sujeito à incidência de imposto de renda na fonte à alíquota vigente.

A seguir o calculo da remuneração mínima de 2010:

Remuneração aos acionistas:

Lucro líquido do exercício	30.070
Lucros acumulados	6.003
Reserva legal	(1.804)
Reserva de incentivos fiscais	(1.022)
Lucro líquido ajustado	33.247
Dividendo mínimo obrigatório - 25% (R\$1,58819 por ação em circulação)	8.312
Dividendos estatutários das ações preferenciais :	
3% do PL R\$0,705590 por ação em circulação	1.417
6% do capital R\$0,586884 por ação em circulação	1.179
Remuneração mínima na forma de juros sobre capital próprio (R\$1,868456 por ação em circulação)	9.779
Remuneração proposta:	
Juros sobre o capital próprio mínimos	9.779
Juros sobre capital antecipados em outubro de 2010	(1.675)
Juros sobre capital próprio propostos em 31 de dezembro de 2010	8.104
Juros sobre capital antecipados em dezembro de 2011 (período subsequente)	1.670

26. Derivativos

Efeitos dos derivativos no balanço patrimonial

	Consolidado								
	Ativo					Passivo			
	31 de dezembro de 2010		31 de dezembro de 2009		1 de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010		31 de dezembro de 2009	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Derivativos não designados como hedge									
Risco de câmbio e taxa de juros									
Swaps CDI & TJLP vs. taxa fixa e flutuante em USD	-	500	-	1.383	-	-	-	-	1.309
Swap taxa flutuante em EUR vs. taxa flutuante em USD	1	-	-	3	5	-	-	-	-
Swap taxa fixa em USD vs.CDI	-	-	-	-	-	33	-	39	24
Swap USD flutuante vs. pré	-	-	-	-	-	1	-	1	-
Swap taxa flutuante em USD vs. taxa fixa em USD	-	-	-	-	-	6	-	12	2
Swap EuroBonds	-	-	-	-	-	-	14	-	-
Swap pré-dólar	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Compra a termo de Dólares Australianos	4	-	-	15	-	-	-	-	-
	5	501	-	1.401	5	40	14	52	26
Riscos de preços de produtos									
Níquel									
Compra/ Venda a preço fixo	21	1	22	3	79	20	1	4	14
Programa estratégico	-	-	-	-	-	25	-	56	-
Frete marítimo	-	-	50	-	-	3	-	-	-
Gás natural	-	-	-	-	-	-	-	-	4
Alumínio	-	-	-	-	-	-	-	28	-
Óleo combustível	26	-	85	-	-	-	-	-	-
Carvão	-	-	-	-	-	3	-	-	-
Cobre	-	-	-	-	1	1	-	-	-
	47	1	157	3	80	52	1	88	14
Derivativos designados como hedge									
Hedge cambial de fluxo de caixa	35	-	26	102	-	-	-	-	-
Níquel estratégico	-	-	-	-	-	-	88	-	-
Alumínio	-	-	-	-	-	-	-	124	-
	35	-	26	102	-	-	88	124	-
Total	87	502	183	1.506	85	92	103	264	40

	Controladora								
	Ativo					Passivo			
	31 de dezembro de 2010		31 de dezembro de 2009		1 de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010		31 de dezembro de 2009	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Risco de câmbio e taxa de juros									
Swaps CDI & TJLP vs. taxa fixa e flutuante em USD	-	283	-	1.058	-	-	-	-	1.084
Swap taxa flutuante em EUR vs. taxa flutuante em USD	1	-	-	3	5	-	-	-	-
Swap pré-dólar	-	1	-	-	-	-	-	-	-
	1	284	-	1.061	5	-	-	-	1.084
Hedge cambial de fluxo de caixa	36	-	-	37	-	-	-	-	-
	36	-	-	37	-	-	-	-	-
Total	37	284	-	1.098	5	-	-	-	1.084

Efeitos dos derivativos no Resultado

	Consolidado		Controladora	
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Derivativos não designados como hedge				
Risco de câmbio e de taxas de juros				
Swaps CDI & TJLP vs. taxa fixa e flutuante em USD	764	3.163	615	2.511
Swap taxa flutuante em USD vs. taxa fixa em USD	(25)	(5)	-	-
Swap taxa flutuante em Euro vs. taxa fixa em USD	(1)	(1)	(1)	(1)
Compra a termo de Dólares Australianos	5	25	-	-
Swap Taxa Fixa em USD vs.CDI	(1)	(65)	-	-
Swap NDF	7	-	-	-
Swap Libor flutuante vs. Libor fixa	(3)	-	-	-
Swap EuroBonds	(12)	-	-	-
Swap Convertibles	67	-	67	-
Swap pré-dólar	1	-	1	-
	802	3.117	682	2.510
Risco de preços de produtos				
Níquel				
Compra/ Venda de níquel a preço fixo	7	91	-	-
Proteção para operações de compra de níquel	-	(88)	-	-
Programa estratégico	(156)	(186)	-	-
Cobre				
Sucata de cobre/ cobre estratégico	(1)	(1)	-	-
Gás natural	-	(9)	-	-
Frete marítimo	(10)	121	-	17
Óleo combustível	2	116	-	-
Carvão	(8)	-	-	-
	(166)	44	-	17
Derivativos embutidos:				
Venda de níquel a preço fixo	-	(150)	-	-
Compra de matéria-prima	-	(41)	-	-
Compra de energia - opção de alumínio	(88)	-	-	-
	(88)	(191)	-	-
Derivativos designados como hedge				
Fluxo de caixa	488	-	488	-
Alumínio	-	(31)	-	-
	488	(31)	488	-
Total	1.036	2.939	1.170	2.527
Receitas Financeiras	1.341	3.515	1.171	2.529
(Despesas) Financeiras	(305)	(576)	(1)	(1)
	1.036	2.939	1.170	2.528

Efeitos dos derivativos no fluxo de caixa

	Consolidado		Controladora	
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Derivativos não designados como hedge				
Risco de câmbio e de taxas de juros				
Swaps CDI & TJLP vs. taxa fixa e flutuante em USD	(1.647)	(468)	(1.390)	(369)
Swap taxa flutuante em USD vs. taxa fixa em USD	11	15	-	-
Swap taxa flutuante em Euro vs. taxa fixa em USD	(1)	(2)	(1)	(2)
Compra a termo de Dólares Australianos	(16)	(10)	-	-
Swap Taxa Fixa em USD vs.CDI	53	3	-	-
Swap NDF	(6)	-	-	-
Swap Libor flutuante vs. Libor fixa	1	-	-	-
Swap EuroBonds	(2)	-	-	-
Swap Convertibles	(67)	-	(67)	-
	(1.674)	(462)	(1.458)	(371)
Risco de preços de produtos				
Níquel				
Compra/ Venda de níquel a preço fixo	(13)	122	-	-
Programa estratégico	183	130	-	-
Gás natural	-	12	-	-
Frete marítimo	(43)	(69)	-	-
Óleo combustível	(61)	(31)	-	-
Alumínio	28	-	-	-
Carvão	4	-	-	(17)
	98	164	-	(17)
Derivativos embutidos:				
Derivativos designados como hedge				
Fluxo de caixa	(566)	-	(488)	-
Alumínio	82	8	-	-
	(484)	8	(488)	-
Total	(2.060)	(290)	(1.946)	(388)

Efeitos dos derivativos designados como hedge:

Hedge de fluxo de caixa

Os efeitos do hedge de fluxo de caixa impactam o patrimônio líquido e estão demonstrados nas tabelas a seguir:

	Consolidado			
	Moeda	Alumínio	Níquel	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2009	-	-	-	-
Atualização do valor justo	69	(63)	-	5
Total da movimentação do período	69	(63)	-	5
Saldo em 31 de dezembro de 2009	69	(63)	-	5
Saldo em 1º de janeiro de 2010	69	(63)	-	5
Atualização do valor justo	427	(25)	(85)	317
Transf. para o resultado por realização	(425)	82	-	(342)
Total da movimentação do período	2	57	(85)	(25)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	71	(6)	(85)	(20)

Os vencimentos dos últimos contratos dos derivativos são apresentados a seguir:

Moedas\Juros (LIBOR)	Dezembro de 2019
Alumínio	Dezembro de 2010
Óleo combustível	Dezembro de 2011
Frete	Dezembro de 2010
Níquel	Dezembro de 2012
Cobre	Fevereiro de 2011
Carvão	Dezembro de 2010

Informações complementares sobre os instrumentos financeiros derivativos

Programa de proteção dos empréstimos e financiamentos em reais indexados a CDI

- **Swap CDI vs. taxa fixa em USD** – com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, foram realizadas operações de swap para converter o fluxo de caixa das dívidas indexadas ao CDI para dólares norte-americanos nos contratos de empréstimos e financiamentos. Nestas operações, a Vale paga taxas fixas em dólares norte-americanos e recebe remuneração atrelada ao CDI.
- **Swap CDI vs. taxa flutuante em USD** – com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa foram implementadas operações de swap para converter o fluxo de caixa de dívidas indexadas ao CDI para dólares norte-americanos nos contratos de empréstimos e financiamentos. Nestas operações, a Vale paga taxas flutuantes em dólares norte-americanos (Libor - London Interbank Offered Rate) e recebe remuneração atrelada ao CDI.

Estes instrumentos foram utilizados para converter o fluxo das debêntures emitidas em 2006 com valor nominal de R\$ 5,5 bilhões, da NCE (Nota de Crédito de Exportação) emitida em 2008 com valor nominal de R\$ 2 bilhões e de financiamentos para aquisição de bens e serviços, com valor nominal de R\$ 1 bilhão, realizados em 2006 e 2007.

Em milhões de R\$													
Fluxo	Valor Principal (\$ milhões)		Índice	Taxa Média	Valor justo		Perda/Ganho Realizado	VaR	Valor justo por ano				
	31-dez-10	31-dez-09			31-dez-10	31-dez-09			31-dez-10	31-dez-10	2011	2012	2013
Swap CDI vs. Taxa Fixa em USD													
Ativo	R\$ 5.542	R\$ 7.574	CDI	101,15%	5.743	8.062	6.926						
Passivo	USD 3.144	USD 3.670	USD	3,87%	(5.412)	(6.959)	(5.456)						
Líquido					331	1.103	1.470	44	418	357	(328)	27	(143)
Swap CDI vs. Taxa flutuante em USD													
Ativo	R\$ 428	R\$ 792	CDI	103,50%	453	830	317						
Passivo	USD 250	USD 430	Libor	0,70%	(437)	(739)	(190)						
Líquido					16	91	127	3	40	38	29	19	(110)

Tipo de contrato: balcão (over-the-counter)

Item protegido: dívidas atreladas a reais

Os itens protegidos são as dívidas atreladas a reais já que o objetivo desse programa é transformar as obrigações atreladas a reais em obrigações atreladas ao dólar norte-americano e com isso atingir o equilíbrio de moedas no fluxo de caixa contrabalançando os recebíveis (que são basicamente atrelados ao dólar norte-americano) com os pagamentos da Vale.

Programa de proteção dos empréstimos e financiamentos em reais indexados a TJLP

- **Swap TJLP vs. taxa fixa em USD** – com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, foram realizadas operações de swap para converter o fluxo de caixa de dívidas indexadas a TJLP² para dólares norte-americanos nos contratos de empréstimos junto ao BNDES. Nestas operações, a Vale paga taxas fixas em dólares norte-americanos e recebe remuneração atrelada à TJLP.
- **Swap TJLP vs. taxa flutuante em USD** – com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, foram realizadas operações de swap para converter o fluxo de caixa de dívidas indexadas a TJLP para dólares norte-americanos nos contratos de empréstimos junto ao BNDES. Nestas operações, a Vale paga taxas flutuantes em dólares norte-americanos (Libor) e recebe remuneração atrelada à TJLP.

Em milhões de R\$													
Fluxo	Valor Principal (\$ milhões)		Índice	Taxa Média	Valor justo		Perda/Ganho Realizado	VaR	Valor justo por ano				
	31-dez-10	31-dez-09			31-dez-10	31-dez-09			31-dez-10	31-dez-10	2011	2012	2013
Swap TJLP vs. Taxa Fixa em USD													
Ativo	R\$ 2.418	R\$ 2.031	TJLP	1,44%	2.072	1.845	126						
Passivo	USD 1.228	USD 1.048	USD	3,09%	(1.966)	(1.710)	(85)						
Líquido					106	135	41	18	103	106	71	(107)	(67)
Swap TJLP vs. Taxa flutuante em USD													
Ativo	R\$ 739	R\$ 658	TJLP	0,96%	618	616	16						
Passivo	USD 372	USD 385	Libor	-0,71%	(571)	(562)	(9)						
Líquido					47	54	7	8	6	138	24	(51)	(70)

Tipo de contrato: balcão (over-the-counter)

Item protegido: dívidas atreladas a reais

Os itens protegidos são as dívidas atreladas a reais já que o objetivo desse programa é transformar as obrigações atreladas a reais em obrigações atreladas ao dólar norte-americano e com isso atingir o equilíbrio de moedas do fluxo de caixa contrabalançando os recebíveis (que são basicamente atrelados ao dólar norte-americano) com os pagamentos da Vale.

Programa de proteção dos empréstimos e financiamentos em reais com taxas fixas

- **Swap taxa fixa em BRL vs. taxa fixa em USD** – com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, foram realizadas operações de swap para converter o fluxo de caixa de dívidas denominadas em Reais a taxas fixas para dólares norte-americanos em contratos de empréstimos junto ao BNDES. Nestas operações, a Vale paga taxas fixas em dólares norte-americanos e recebe taxas fixas em Reais.

Em milhões de R\$														
Fluxo	Valor Principal (\$ milhões)		Índice	Taxa Média	Valor justo		Perda/Ganho Realizado	VaR	Valor justo por ano					
	31-dez-10	31-dez-09			31-dez-10	31-dez-09			31-dez-10	31-dez-10	2011	2012	2013	2014
Swap Taxa Fixa em R\$ vs. Taxa Fixa em USD														
Ativo	R\$ 204	-	Pré	4,50%	157	-	-							
Passivo	USD 121	-	USD	-1,70%	(156)	-	-							
Líquido					1	-	-	2	10	11	5	2	-	(27)

Tipo de contrato: balcão (over-the-counter)

Item protegido: dívidas atreladas a reais

Os itens protegidos são as dívidas atreladas a reais já que o objetivo desse programa é transformar as obrigações atreladas a reais em obrigações atreladas ao dólar norte-americano e com isso atingir o equilíbrio de moedas do fluxo de caixa contrabalançando os recebíveis (que são basicamente atrelados ao dólar norte-americano) com os pagamentos da Vale.

² Devido a restrições de liquidez do mercado de derivativos de TJLP, algumas operações de swaps foram contratadas via equivalência com CDI.

Hedge cambial de fluxo de caixa - Vale

- **Swap taxa fixa em BRL vs. Taxa fixa em USD** – Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, foram realizadas transações de swaps para mitigar a exposição cambial originada pelo descasamento de moedas entre receitas em dólares norte-americanos e custeio e investimentos em reais.

Fluxo	Valor Principal (\$ milhões)		Índice	Taxa Média	Valor justo		Perda/Ganho Realizado	Em milhões de R\$	
	31-dez-10	31-dez-09			31-dez-10	31-dez-09	31-dez-10	VaR	Valor justo por ano
Ativo	R\$ 880	R\$ 1.964	Pré	8,78%	869	1.945	4.664		
Passivo	USD 510	USD 1.110	USD	0,00%	(833)	(1.908)	(4.176)		
Líquido					36	37	488	7	36

Tipo de contrato: balcão (over-the-counter)

Item protegido: parte das receitas denominadas em dólares norte-americanos.

O resultado de perda/ganho apresentado é anulado pelo resultado de perda/ganho do item protegido devido à variação cambial USD/BRL. Novamente, o objetivo final desse programa, de acordo com a estratégia de proteção de moeda da Vale, é contrabalançar a exposição a moedas dos recebíveis com as dos pagamentos.

Hedge cambial de fluxo de caixa – Albras

- **Swap taxa fixa em BRL vs. Taxa fixa em USD** – Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, foram realizadas transações de swaps para mitigar a exposição cambial originada pelo descasamento de moedas entre receitas em dólares norte-americanos e custeio e investimentos em reais.

Fluxo	Valor Principal (\$ milhões)		Índice	Taxa Média	Valor justo		Perda/Ganho Realizado	Em milhões de R\$		
							VaR	Valor justo por ano		
	31-dez-10	31-dez-09			31-dez-10	31-dez-09	31-dez-10	31-dez-10	2011	
Ativo	R\$ 501	R\$ 711	Pré	6,94%	542	699	655			
Passivo	USD 251	USD 359	USD	0,00%	(413)	(608)	(577)			
Líquido					129	91	78	3	129	

Tipo de contrato: balcão (over-the-counter)

Item protegido: parte das receitas denominadas em dólares norte-americanos.

O resultado de perda/ganho apresentado é anulado pelo resultado de perda/ganho do item protegido devido à variação cambial USD/BRL. Novamente, o objetivo final desse programa, de acordo com a estratégia de proteção de moeda da Vale, é contrabalançar a exposição a moedas dos recebíveis com as dos pagamentos.

As operações do negócio de Alumínio se encontram disponíveis para venda a partir de junho de 2010.

Programa de proteção cambial de fluxo de caixa

- **NDFs (Non-Deliverable Forward):** Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, foram realizadas transações de NDFs para mitigar a exposição cambial originada pelo descasamento de moedas entre receitas em dólares norte-americanos e custeio e investimentos em reais.

Em milhões de R\$							
Fluxo	Valor Principal (USD milhões)		Compra / Venda	Taxa Média (BRL/USD)	Valor justo		Perda/Ganho Realizado
	31-dez-10	31-dez-09			31-dez-10	31-dez-09	31-dez-10
Termo	0	60	V	-	-	(0,2)	6

Tipo de contrato: balcão (over-the-counter)

Item protegido: parte das receitas denominadas em dólares norte-americanos.

O resultado de perda/ganho apresentado é anulado pelo resultado de perda/ganho do item protegido devido à variação cambial USD/BRL. Novamente, o objetivo final desse programa, de acordo com a estratégia de proteção de moeda da Vale, é contrabalançar a exposição à moedas dos recebíveis com a dos pagamentos.

Programa de proteção para os empréstimos e financiamentos em euros

- **Swap taxa flutuante em EUR vs. taxa flutuante em USD:** Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, foi realizada uma operação de swap para converter o fluxo de caixa de dívidas em euros indexadas à Euribor para dólares norte-americanos indexados à Libor. Esta operação foi utilizada para converter o fluxo de uma dívida em euros, com valor nominal remanescente de € 2,4 milhões, emitida em 2003 pela Vale. Nesta operação a Vale recebe taxas flutuantes em euros (Euribor) e paga remuneração atrelada a taxas flutuantes em dólares norte-americanos (Libor).

								Em milhões de R\$	
Fluxo	Valor Principal (\$ milhões)		Índice	Taxa Média	Valor justo		Perda/Ganho Realizado	VaR	Valor justo por ano
	31-dez-10	31-dez-09			31-dez-10	31-dez-09			
Ativo	€ 2	€ 5	EUR	Euribor+0,875%	5,3	12	5,4		
Passivo	USD 3	USD 5	USD	Libor+1,0425%	(4,5)	(9)	(4,8)		
Líquido					0,8	3	0,6	0,1	0,8

Tipo de contrato: balcão (over-the-counter)

Item protegido: parte das dívidas atrelada a Euro.

O resultado de perda/ganho apresentado é anulado pelo resultado de perda/ganho do item protegido devido à variação cambial EUR/USD. Novamente, o objetivo final desse programa, de acordo com a estratégia de proteção de moeda da Vale, é contrabalançar a exposição à moedas dos recebíveis com as dos pagamentos.

- **Swap taxa fixa em EUR vs. taxa fixa em USD:** Com o objetivo de reduzir a volatilidade do custo da dívida em Dólares, foi realizada uma operação de swap para converter o fluxo de caixa de dívidas em Euros para dólares norte-americanos. Esta operação foi utilizada para converter o fluxo de parte da dívida em Euros, com valor nominal € 750 milhões, emitida em 2010 pela Vale. Nesta operação, a Vale recebe taxas fixas em Euros e paga remuneração atrelada a taxas fixas em dólares norte-americanos.

Em milhões de R\$												
Fluxo	Valor Principal (\$ milhões)		Índice	Taxa Média	Valor justo		Perda/Ganho Realizado	VaR	Valor justo por ano			
	31-dez-10	31-dez-09			31-dez-10	31-dez-09	31-dez-10	31-dez-10	2011	2012	2013	2014
Ativo	€ 500	-	EUR	4,375%	1.267	-	-					
Passivo	USD 675	-	USD	4,712%	(1.281)	-	-					
Líquido					(14)	-	-	13	(5)	(5)	(5)	1

Tipo de contrato: balcão (over-the-counter)

Item protegido: parte das dívidas atrelada a Euro.

O resultado de perda/ganho apresentado é anulado pelo resultado de perda/ganho do item protegido devido à variação cambial EUR/USD. Novamente, o objetivo final desse programa, de acordo com a estratégia de proteção de moeda da Vale, é contrabalançar a exposição à moedas dos recebíveis com as dos pagamentos.

Programa de proteção para os empréstimos e financiamentos sujeitos à taxa flutuante em dólares norte-americanos

- **Swap taxa flutuante em USD vs. taxa fixa em USD:** Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, foi realizada uma operação de swap para converter o fluxo de caixa de uma dívida sindicalizada emitida pela Vale Canada Ltd., subsidiária integral da Vale, no ano de 2004, com valor nominal inicial de USD 200 milhões indexada a taxa flutuante

(Libor) para taxa fixas. Na operação de proteção, a Vale paga à contraparte taxa fixa e recebe remuneração atrelada a taxa flutuante (Libor).

Fluxo	Valor Principal (\$ milhões)		Índice	Taxa Média	Valor justo		Perda/Ganho	Em milhões de R\$	
	31-dez-10	31-dez-09			Realizado	VaR	Valor justo por ano		
								31-dez-10	31-dez-09
Ativo	USD 100	USD 200	USD	Libor	167	260	-		
Passivo			USD	4,795%	(173)	(274)	(11)		
Líquido					(6)	(14)	(11)	0,1	(6)

Tipo de contrato: balcão (over-the-counter)

Item protegido: dívida flutuante da Vale Canada.

O resultado de perda/ganho apresentado é anulado pelo resultado de perda/ganho do item protegido devido à variação da Libor.

Programa de proteção cambial para venda de carvão a preço fixo

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa associada a contratos de venda de carvão a preço fixo, a Vale realizou operações a termo de compra de dólares australianos de forma a equalizar as moedas de custeio e de receita.

Fluxo	Valor Principal (\$ milhões)		Compra / Venda	Taxa Média (AUD/USD)	Valor justo		Perda/Ganho Realizado	Em milhões de R\$	
						VaR	Valor justo por ano		
	31-dez-10	31-dez-09			31-dez-10	31-dez-09	31-dez-10	31-dez-10	2011
Termo	AUD 7	AUD 41	C	0,66	4	15	16	0,1	4

Tipo de contrato: balcão (over-the-counter)

Item protegido: parte dos custos da Vale em dólares australianos.

O resultado de perda/ganho apresentado é anulado pelo resultado de perda/ganho do item protegido devido à variação cambial AUD/USD.

Programas de proteção cambial e de juros em 2010

Em março, foram realizadas operações similares de swap com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa devido ao fechamento de câmbio referente à emissão de título indexado a Euros. Estes swaps foram contratados e liquidados em março, quando a Vale recebeu R\$ 3,6 milhões.

Entre maio e junho, foram realizadas operações de swaps para proteger o risco de mercado advindo da variação cambial entre dólares norte-americanos e reais com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa devido ao fechamento de câmbio referente à permuta de notas conversíveis. Nestas operações, a Vale pagou taxa fixa em dólares e recebeu taxas fixas em reais. No vencimento das operações, em 14 de junho, a Vale recebeu R\$ 67 milhões.

Em setembro, foram realizadas operações de swap de taxas de juros com o objetivo de fixar antecipadamente a *treasury* utilizada na precificação da emissão de títulos de 10 anos da Vale, neutralizando parte da volatilidade do custo da emissão. Estes swaps foram contratados e liquidados em setembro, quando a Vale recebeu R\$ 1,5 milhão.

Posições em derivativos de commodities

O fluxo de caixa da Companhia também está exposto a diferentes riscos de mercado associados à volatilidade dos preços de commodities. Com objetivo de reduzir o efeito dessa volatilidade, a Vale contratou as seguintes operações com derivativos:

Programa de *hedge* estratégico de fluxo de caixa de alumínio

Com o objetivo de proteção do fluxo de caixa em 2010, a Vale realizou operações de *hedge* onde fixa o preço de parte das vendas de alumínio no período.

Fluxo			Compra / Venda	Strike Médio (USD/ton)	Em milhões de R\$		
	Valor Principal (ton)				Valor justo		Perda/Ganho Realizado
	31-dez-10	31-dez-09			31-dez-10	31-dez-09	31-dez-10
Put	-	120.000	C	-	-	15	0,03
Call	-	120.000	V	-	-	(62)	(29,69)
Líquido					-	(47)	(29,66)
Termo	-	120.000	V	-	-	(65)	(53)

Tipo de contrato: balcão (*over-the-counter*)

Item protegido: parte das receitas da Vale atrelada ao preço do alumínio.

O resultado de perda/ganho para as operações de *forwards* é anulado pelo resultado de perda/ganho do item protegido devido à variação do preço do alumínio. No entanto, no caso das opções, por se tratar de instrumentos não-lineares, os resultados desses instrumentos compensam parcialmente o resultado do item protegido (ver quadro de sensibilidade).

As operações do negócio de Alumínio se encontram mantidos para venda a partir de junho de 2010.

Programa de proteção estratégica de fluxo de caixa de níquel

Com o objetivo de proteção de fluxo de caixa em 2010, a Vale realizou operações de proteção onde fixa o preço de parte das vendas de níquel no período.

Fluxo	Valor Principal (ton)		Compra / Venda	Strike Médio (USD/ton)	Valor justo		Perda/Ganho Realizado
	31-dez-10	31-dez-09			31-dez-10	31-dez-09	31-dez-10
Termo	-	29.122	V	-	-	(36)	(195)

Tipo de contrato: balcão (*over-the-counter*) e contratos negociados na *London Metal Exchange*

Item protegido: parte das receitas da Vale atrelada ao preço do níquel.

O resultado de perda/ganho apresentado é anulado pelo resultado de perda/ganho do item protegido devido à variação do preço do níquel.

Programa de *hedge* para operações de venda de níquel

Com o objetivo de proteção de fluxo de caixa para os anos de 2010 e 2011, a Vale realizou operações de *hedge* onde fixa o preço de parte das vendas no período.

Em milhões de R\$									
Fluxo	Valor Principal (ton)		Compra / Venda	Strike Médio (USD/ton)	Valor justo		Perda/Ganho Realizado	VaR	Valor justo por ano
	31-dez-10	31-dez-09			31-dez-10	31-dez-09	31-dez-10	31-dez-10	2011
Termo	18.750	-	V	21.887	(87)	-	3	23	(87)

Tipo de contrato: balcão (*over-the-counter*)

Item protegido: parte das receitas da Vale atrelada ao preço do níquel.

O resultado de perda/ganho apresentado é anulado pelo resultado de perda/ganho do item protegido devido à variação do preço do níquel.

Programa de venda de níquel a preço fixo

Com o objetivo de manter a exposição a flutuações de preço do níquel, foram realizadas operações de derivativos para converter para preço flutuante os contratos comerciais de Níquel com clientes que solicitam a fixação do preço. As operações têm como objetivo garantir que os preços relativos a estas vendas sejam equivalentes à média de preços da LME no momento da entrega física do produto para o cliente. As operações usualmente realizadas neste programa são compras de níquel para liquidação futura, seja em bolsa (LME) ou em mercado de balcão. Estas operações são revertidas antes do vencimento original

de forma a casar com as datas de liquidação dos contratos comerciais que tiveram o preço fixado. Quando o 'Programa de proteção estratégica de fluxo de caixa de níquel' ou o 'Programa de *hedge* para operações de venda de níquel' são executados, o 'Programa de venda a preço fixo' é interrompido.

Fluxo	Valor Principal (ton)		Compra / Venda	Strike Médio (USD/ton)	Valor justo		Perda/Ganho Realizado	VaR	Em milhões de R\$	
					Valor justo por ano					
	31-dez-10	31-dez-09			31-dez-10	31-dez-09			31-dez-10	31-dez-10
Futuros	2.172	3.426	C	18.694	22	21	34	5	21	1

Tipo de contrato: contratos negociados na *London Metal Exchange*

Item protegido: parte das receitas da Vale fixadas a um preço pré-determinado para clientes finais

O resultado de perda/ganho é anulado pelo resultado de perda/ganho do item protegido devido à variação do preço do níquel.

Programa de proteção para operações de compra de níquel

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa e eliminar o descasamento entre o período de precificação da compra de Níquel (concentrado, catodo, sinter e outros tipos) e o período da revenda do produto processado, foram realizadas operações de proteção. Os itens comprados são matérias-primas utilizadas no processo de produção de níquel refinado. As operações usualmente realizadas neste caso são vendas de níquel para liquidação futura, seja em bolsa (LME) ou em mercado de balcão.

de Balcões.										
Fluxo	Valor Principal (ton)		Compra / Venda	Strike Médio (USD/ton)	Valor justo		Perda/Ganho Realizado	Em milhões de R\$		
	31-dez-10	31-dez-09			31-dez-10	31-dez-09		31-dez-10	31-dez-10	Valor justo por ano 2011
Futuros	108	1.446	V	23.232	(0,3)	(4)	(11)	0,1	(0,3)	

Tipo de contrato: contratos negociados na *London Metal Exchange*

Item protegido: parte das receitas da Vale atrelada ao preço do níquel.

O resultado de perda/ganho é anulado pelo resultado de perda/ganho do item protegido devido à variação do preço do níquel.

Programa de proteção para compra de óleo combustível – *Bunker Oil*

Com o objetivo de reduzir o impacto das oscilações dos preços do óleo combustível (*Bunker Oil*) na contratação de frete e, consequentemente, reduzir a volatilidade do fluxo de caixa da Companhia, foram realizadas operações de *proteção* deste insumo. As operações são feitas geralmente através da contratação de compra a termo.

Insuam: As operações são feitas geralmente através da contratação de compra a termo.									
Fluxo	Valor Principal (mt)		Compra / Venda	Strike Médio (USD/mt)	Valor justo		Perda/Ganho Realizado	Em milhões de R\$	
					VaR	Valor justo por ano			
	31-dez-10	31-dez-09						31-dez-10	31-dez-09
Termo	240.000	452.000	C	459	19	78	60	3	19

Tipo de contrato: balcão (*over-the-counter*)

Item protegido: parte do custo da Vale atrelada ao preço do óleo combustível.

O resultado de perda/ganho é anulado pelo resultado de perda/ganho do item protegido devido à variação do preço do óleo combustível.

Programa de proteção para contratação de frete marítimo

Com o objetivo de reduzir o impacto das oscilações dos preços de frete marítimo contratado para viabilizar a venda de produtos nas modalidades CIF e CFR e, consequentemente, reduzir a volatilidade do fluxo de caixa da Companhia, foram realizadas operações de proteção de frete (FFA - *Forward Freight Agreement*). As operações são feitas geralmente através da contratação de compra a termo.

Fluxo	Valor Principal (dias)		Compra / Venda	Strike Médio (USD/dia)	Em milhões de R\$		
	31-dez-10	31-dez-09			Valor justo		Perda/Ganho Realizado
					31-dez-10	31-dez-09	31-dez-10
Termo	-	6.125	C	-	-	50	39

Tipo de contrato: balcão (*over-the-counter*)

Item protegido: parte do custo da Vale atrelado ao preço de frete marítimo.

O resultado de perda/ganho é anulado pelo resultado de perda/ganho do item protegido devido à variação do preço frete marítimo.

Programa de proteção para operações de venda de carvão

Com o objetivo de proteção de fluxo de caixa para o ano de 2010, a Vale realizou operações de proteção onde fixa o preço de parte das vendas no período.

Fluxo			Compra / Venda	Strike Médio (USD/mt)	Em milhões de R\$		
	Valor Principal (mt)				Valor justo		Perda/Ganho Realizado
	31-dez-10	31-dez-09			31-dez-10	31-dez-09	31-dez-10
Termo	-	-	V	-	-	-	(8)

Tipo de contrato: balcão (*over-the-counter*)

Item protegido: parte das receitas da Vale atrelada ao preço do carvão.

O resultado de perda/ganho é anulado pelo resultado de perda/ganho do item protegido devido à variação do preço do carvão.

Programa de proteção para operações de compra de sucata de cobre

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa e eliminar o descasamento entre o período de cotação da compra de sucata de cobre e o período de cotação da venda do produto final foram realizadas operações de hedge. A sucata comprada é combinada com outros insumos para produzir cobre para nossos clientes finais. Neste caso, normalmente as operações realizadas são vendas com liquidação futura na bolsa (LME) ou em mercado de balcão.

Em milhões de R\$									
Fluxo	Valor Principal (lbs)		Compra / Venda	Strike Médio (USD/lbs)	Valor justo		Perda/Ganho Realizado	VaR	Valor justo por ano
	31-dez-10	31-dez-09			31-dez-10	31-dez-09			
	31-dez-10	31-dez-09			31-dez-10	31-dez-10	2011		
Termo	386.675	-	V	4	(0,5)	-	(0,3)	0,1	(0,5)

Tipo de contrato: balcão (*over-the-counter*)

Item protegido: parte das receitas da Vale atrelada ao preço do cobre.

O resultado de perda/ganho é anulado pelo resultado de perda/ganho do item protegido devido à variação do preço do cobre.

Posições em Derivativos embutidos

O fluxo de caixa da Companhia também está exposto à diversos riscos de mercado associados a contratos que contêm derivativos embutidos ou funcionam como derivativos. Da perspectiva da Vale, podem incluir mas não estão limitados à contratos comerciais, contratos de compra, contratos de aluguel, títulos, apólices de seguros e empréstimos. Os derivativos embutidos observados em 2010 são os seguintes:

Compra de Energia

Contrato de compra de energia entre a Albras, controlada da Vale, e a Eletronorte, que contém uma cláusula que define a cobrança de prêmio sobre o valor da energia caso o preço do alumínio seja negociado entre US\$ 1.450/ton e US\$ 2.773/ton. Esta cláusula é considerada um derivativo embutido.

Em milhões de R\$										
Fluxo	Valor Principal (ton)		Compra / Venda	Strike Médio (USD/ton)	Valor justo		Perda/Ganho Realizado	VaR	Valor justo por ano	
	31-dez-10	31-dez-09			31-dez-10	31-dez-09	31-dez-10	31-dez-10	2011	2012
Call	200.228	200.228	C	2.773	47	45	-			
Call	200.228	200.228	V	1.450	(342)	(299)	-			
Total					(295)	(254)	-	13	(159)	(136)

As operações do negócio de Alumínio se encontram mantidos para venda a partir de junho de 2010.

Compra de produtos intermediários e matérias-primas

Contratos de compra de matérias-primas e concentrado de níquel que contêm provisões de preço baseadas no preço futuro de cobre e níquel. Estas provisões são consideradas derivativos embutidos.

Fluxo	Valor Principal (ton)		Compra / Venda	Strike Médio (USD/ton)	Valor justo		Perda/Ganho Realizado	Em milhões de R\$	
	31-dez-10	31-dez-09			31-dez-10	31-dez-09		31-dez-10	31-dez-10
Forwards Níquel	1.960	440	V	23.590	(2)	0,3	3		(2)
Forwards Cobre	6.389	3.463		8.607	(5)	(1,7)	(1)		(5)
Total					(7)	(1,4)	2	3	(7)

Posições de Companhias de controle compartilhado

Apresentamos a seguir os valores justos dos derivativos de Companhias de controle compartilhado. Esses instrumentos são gerenciados sob as políticas de risco próprias de cada uma dessas Companhias. Contudo os valores nominais e os efeitos das marcações a mercado são reconhecidos nas demonstrações contábeis na proporção da participação da Vale em cada uma dessas Companhias.

Programa de proteção cambial

A fim de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, foram contratadas operações de swaps para converter para reais os fluxos de caixa de dívidas indexadas ao dólar norte-americano. Neste swap, é recebida uma taxa fixa em dólares norte-americanos e executado pagamentos em reais, indexados ao CDI.

Em milhões de R\$							
Fluxo	Valor Principal (\$ milhões)		Índice	Taxa Média	Valor justo		VaR
	31-dez-10	31-dez-09			31-dez-10	31-dez-09	31-dez-10
Swap taxa fixa vs. CDI							
Ativo	USD 89	USD 114	USD	1,91%	152	210	
Passivo	R\$ 170	R\$ 245	CDI	100,00%	(186)	(272)	
Líquido					(34)	(62)	1

Tipo de contrato: balcão (*over-the-counter*)

Item protegido: Dívidas atreladas ao USD

O resultado de perda/ganho é anulado pelo resultado de perda/ganho do item protegido devido à variação da cotação do USD/BRL.

Programa de hedge

Foram contratadas operações de swaps para transformar parte dos pagamentos de dívidas atreladas a Libor USD em pagamentos em taxa fixa em dólares norte-americanos. Neste swap, são recebidas taxas flutuantes (Libor USD) em dólares norte-americanos e executado pagamentos em taxas fixas em dólares norte-americanos.

Em milhões de R\$							
Fluxo	Valor Principal (\$ milhões)		Índice	Taxa Média	Valor justo		VaR
	31-dez-10	31-dez-09			31-dez-10	31-dez-09	31-dez-10
Swap USD flutuante vs. pré							
Ativo	USD 20	USD 20	Libor Pré	Libor + 0,65%	19,7	30,0	
Passivo				3,98%	(20,3)	(30,9)	
Líquido					(0,6)	(0,9)	0,01

Tipo de contrato: balcão (*over-the-counter*)

Item *hedgeado*: Dívidas atreladas a Libor USD

O resultado de perda/ganho apresentado é anulado pelo resultado de perda/ganho do item protegido devido à variação da Libor USD.

a) Curvas de Mercado

Na construção das curvas utilizadas para a precificação dos derivativos foram utilizados dados públicos da BM&F, Banco Central do Brasil, London Metals Exchange (LME) e dados proprietários de Thomson Reuters, Bloomberg L.P. e Enerdata.

1. Curvas de Produtos

Alumínio

Vencimento	Preço (USD/ton)	Vencimento	Preço (USD/ton)	Vencimento	Preço (USD/ton)
SPOT	2.461	OUT11	2.505	AGO12	2.541
JAN11	2.459	NOV11	2.508	SET12	2.543
FEV11	2.465	DEZ11	2.511	OUT12	2.546
MAR11	2.471	JAN12	2.516	NOV12	2.548
ABR11	2.477	FEV12	2.520	DEZ12	2.551
MAI11	2.481	MAR12	2.525	JAN13	2.553
JUN11	2.487	ABR12	2.528		
JUL11	2.492	MAI12	2.532		
AGO11	2.497	JUN12	2.535		
SET11	2.502	JUL12	2.538		

Ilíquel

Vencimento	Preço (USD/ton)	Vencimento	Preço (USD/ton)	Vencimento	Preço (USD/ton)
SPOT	24.708	OUT11	24.600	AGO12	24.022
JAN11	24.715	NOV11	24.550	SET12	23.948
FEV11	24.735	DEZ11	24.500	OUT12	23.874
MAR11	24.748	JAN12	24.445	NOV12	23.800
ABR11	24.755	FEV12	24.390	DEZ12	23.725
MAI11	24.745	MAR12	24.335	JAN13	23.663
JUN11	24.730	ABR12	24.280		
JUL11	24.715	MAI12	24.225		
AGO11	24.690	JUN12	24.170		
SET11	24.650	JUL12	24.096		

Cobre

Vencimento	Preço (USD/lb)	Vencimento	Preço (USD/lb)	Vencimento	Preço (USD/lb)
SPOT	4,44	MAR11	4,45	MAI11	4,44
JAN11	4,44	ABR11	4,44	JUN11	4,43
FEV11	4,44				

Óleo Combustível - Bunker Oil

Vencimento	Preço (USD/ton)	Vencimento	Preço (USD/ton)	Vencimento	Preço (USD/ton)
SPOT	505	OUT11	514	AGO12	532
JAN11	505	NOV11	514	SET12	532
FEV11	503	DEZ11	514	OUT12	532
MAR11	503	JAN12	532	NOV12	532
ABR11	506	FEV12	532	DEZ12	532
MAI11	506	MAR12	532	JAN13	532
JUN11	506	ABR12	532		
JUL11	511	MAI12	532		
AGO11	511	JUN12	532		
SET11	511	JUL12	532		

Alumínio - Volatilidade

Vencimento	Vol (%a.a.)	Vencimento	Vol (%a.a.)	Vencimento	Vol (%a.a.)
VOLSPOT	25,5	VOL9M	27,0	VOL4A	24,5
VOL1M	26,5	VOL1A	26,7	VOL5A	24,0
VOL3M	27,0	VOL2A	25,9	VOL7A	24,0
VOL6M	27,1	VOL3A	25,1	VOL10A	24,0

FFA - Forward Freight Agreement

Vencimento	Preço (USD/dia)	Vencimento	Preço (USD/dia)	Vencimento	Preço (USD/dia)
SPOT	20.009	OUT11	22.333	AGO12	22.083
JAN11	20.283	NOV11	22.333	SET12	22.083
FEV11	22.021	DEZ11	22.333	OUT12	22.083
MAR11	23.042	JAN12	22.083	NOV12	22.083
ABR11	23.642	FEV12	22.083	DEZ12	22.083
MAI11	23.642	MAR12	22.083	JAN13	21.992
JUN11	23.642	ABR12	22.083		
JUL11	22.450	MAI12	22.083		
AGO11	22.450	JUN12	22.083		
SET11	22.450	JUL12	22.083		

Carvão

Vencimento	Preço (USD/ton)	Vencimento	Preço (USD/ton)	Vencimento	Preço (USD/ton)
SPOT	128,25	OUT11	119,0	AGO12	119,75
JAN11	128,25	NOV11	119,0	SET12	119,75
FEV11	128,25	DEZ11	119,0	OUT12	119,75
MAR11	128,25	JAN12	119,8	NOV12	119,75
ABR11	128,0	FEV12	119,8	DEZ12	119,75
MAI11	128,0	MAR12	119,8	JAN13	116,5
JUN11	128,0	ABR12	119,8		
JUL11	119,0	MAI12	119,8		
AGO11	119,0	JUN12	119,8		
SET11	119,0	JUL12	119,8		

2. Curvas de Taxas

Cupom Cambial - USD Brasil

Vencimento	Taxa (% a.a.)	Vencimento	Taxa (% a.a.)	Vencimento	Taxa (% a.a.)
1/2/2011	2,16	1/4/2013	3,13	1/10/2015	4,48
1/3/2011	2,10	1/7/2013	3,28	4/1/2016	4,62
1/4/2011	2,20	1/10/2013	3,46	1/7/2016	4,74
1/7/2011	2,29	2/1/2014	3,61	2/1/2017	4,88
3/10/2011	2,42	1/4/2014	3,77	2/1/2018	5,10
2/1/2012	2,52	1/7/2014	3,90	2/1/2019	5,36
2/4/2012	2,66	1/10/2014	4,06	2/1/2020	5,58
2/7/2012	2,77	2/1/2015	4,21	4/1/2021	5,81
1/10/2012	2,90	1/4/2015	4,29	3/1/2022	6,04
2/1/2013	2,99	1/7/2015	4,37	2/1/2023	6,28

Curva de Juros USD

Vencimento	Taxa (% a.a.)	Vencimento	Taxa (% a.a.)	Vencimento	Taxa (% a.a.)
USD1M	0,26	USD6M	0,46	USD11M	0,72
USD2M	0,28	USD7M	0,51	USD12M	0,78
USD3M	0,30	USD8M	0,56	USD2A	0,80
USD4M	0,35	USD9M	0,61	USD3A	1,30
USD5M	0,40	USD10M	0,67	USD4A	1,82

TJLP

Vencimento	Taxa (% a.a.)	Vencimento	Taxa (% a.a.)	Vencimento	Taxa (% a.a.)
3/1/2011	6,00	2/7/2012	6,00	1/7/2014	6,00
1/2/2011	6,00	1/10/2012	6,00	1/10/2014	6,00
1/3/2011	6,00	2/1/2013	6,00	2/1/2015	6,00
1/4/2011	6,00	1/4/2013	6,00		
1/7/2011	6,00	1/7/2013	6,00		
3/10/2011	6,00	1/10/2013	6,00		

Curva pré em Reais

Vencimento	Taxa (% a.a.)	Vencimento	Taxa (% a.a.)	Vencimento	Taxa (% a.a.)
3/1/2011	10,66	2/7/2012	12,25	1/7/2014	12,09
1/2/2011	10,78	1/10/2012	12,28	1/10/2014	12,04
1/3/2011	10,91	2/1/2013	12,27	2/1/2015	12,04
1/4/2011	11,16	1/4/2013	12,29	1/4/2015	11,97
1/7/2011	11,62	1/7/2013	12,23	1/7/2015	11,97
3/10/2011	11,91	1/10/2013	12,23	1/10/2015	11,92
2/1/2012	12,05	2/1/2014	12,15	4/1/2016	11,95
2/4/2012	12,17	1/4/2014	12,10	1/7/2016	11,92

3. Curvas de Moedas

EURO

Vencimento	EUR/USD	Vencimento	EUR/USD	Vencimento	EUR/USD
EURSPOT	1,34	EUR9M	1,34	EUR4A	1,34
EUR1M	1,34	EUR1A	1,34	EUR5A	1,35
EUR3M	1,34	EUR2A	1,34	EUR7A	1,38
EUR6M	1,34	EUR3A	1,34	EUR10A	1,41

AUD

Vencimento	AUD/USD	Vencimento	AUD/USD	Vencimento	AUD/USD
AUDSPOT	1,02	AUD9M	0,99	AUD4A	0,87
AUD1M	1,02	AUD1A	0,98	AUD5A	0,85
AUD3M	1,01	AUD2A	0,93	AUD7A	0,82
AUD6M	1,00	AUD3A	0,90	AUD10A	0,78

Cotação de Fechamento

USD/CAD	1,0020	USD/BRL	1,6662	EUR/USD	1,3372
---------	--------	---------	--------	---------	--------

Análise de Sensibilidade – Derivativos da Controladora e Controladas

Os quadros a seguir apresentam os ganhos/perdas potenciais de todas as posições em aberto em 31 de dezembro de 2010 considerando os seguintes cenários de stress:

- Precificação a mercado: cálculo do valor justo considerando as curvas de mercado de 31 de dezembro de 2010;
- Cenário I: deterioração de 25% - perdas potenciais considerando um choque de 25% nas curvas de mercado utilizadas para precificação a mercado, impactando negativamente o valor justo das posições de derivativos da Vale;
- Cenário II: evolução de 25% - ganhos potenciais considerando um choque de 25% nas curvas de mercado utilizadas para precificação a mercado impactando positivamente o valor justo das posições de derivativos da Vale;
- Cenário III: deterioração de 50% - perdas potenciais considerando um choque de 50% nas curvas de mercado utilizadas para precificação a mercado, impactando negativamente o valor justo das posições de derivativos da Vale;
- Cenário IV: evolução de 50% - ganhos potenciais considerando um choque de 50% nas curvas de mercado utilizadas para precificação a mercado, impactando positivamente o valor justo das posições de derivativos da Vale.

Análise de sensibilidade - Derivativos de câmbio e juros

Valores em R\$ milhões

Programa	Instrumento	Risco	Valor justo	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV
Programa de proteção dos empréstimos e financiamentos em reais indexados ao CDI	Swap CDI vs. taxa fixa em USD	Flutuação do BRL/USD		(1.353)	1.353	(2.705)	2.705
		Flutuação do cupom cambial	331	(91)	87	(187)	170
		Flutuação da taxa pré em reais		(28)	33	(49)	72
		Variação USD Libor		(10)	10	(20)	19
	Swap CDI vs. taxa flutuante em USD	Flutuação do BRL/USD		(109)	109	(219)	219
		Flutuação da taxa pré em reais	16	0,05	0,06	0,25	0,20
		Variação USD Libor		(0,4)	0,3	(0,9)	0,4
Programa de proteção dos empréstimos e financiamentos em reais indexados à TJLP	Item Protegido - Dívida indexada ao CDI		n.a.	-	-	-	-
	Swap TJLP vs. taxa fixa em USD	Flutuação do BRL/USD		(491)	491	(983)	983
		Flutuação do cupom cambial	106	(32)	30	(66)	59
		Flutuação da taxa pré em reais		(67)	73	(129)	152
		Flutuação TJLP		(80)	79	(161)	157
	Swap TJLP vs. taxa flutuante em USD	Flutuação do BRL/USD		(143)	143	(287)	287
		Flutuação do cupom cambial		(11)	10	(22)	19
		Flutuação da taxa pré em reais	47	(16)	18	(31)	37
		Flutuação TJLP		(39)	38	(77)	77
		Variação USD Libor		(20)	20	(41)	41
	Item Protegido - Dívida indexada à TJLP		n.a.	-	-	-	-
Programa de proteção dos empréstimos e financiamentos em reais indexados à taxa fixa	Swap taxa fixa em BRL vs. Taxa fixa em USD	Flutuação do BRL/USD		(39)	39	(78)	78
		Flutuação do cupom cambial	1	(1)	1	(3)	3
		Flutuação da taxa pré em reais		(4)	5	(8)	10
	Item Protegido - Dívida indexada à taxa fixa em BRL		n.a.	39	(39)	78	(78)
Hedge cambial de fluxo de caixa - Vale	Swap taxa fixa em BRL vs. Taxa fixa em USD	Flutuação do BRL/USD		(208)	208	(416)	416
		Flutuação do cupom cambial	36	(4)	4	(9)	8
		Flutuação da taxa pré em reais		(19)	20	(37)	40
	Item protegido - Parte da receita denominada em dólares norte-americanos		n.a.	208	(208)	416	(416)
Hedge cambial de fluxo de caixa - Albras	Swap taxa fixa em BRL vs. Taxa fixa em USD	Flutuação do BRL/USD		(103)	103	(207)	207
		Flutuação do cupom cambial	129	(1)	1	(3)	2
		Flutuação da taxa pré em reais		(7)	7	(14)	15
	Item protegido - Parte da receita denominada em dólares norte-americanos		n.a.	103	(103)	207	(207)
Programa de proteção para empréstimos e financiamentos em euros	Swap taxa flutuante em EUR vs. taxa flutuante em USD	Flutuação do BRL/USD		(0,2)	0,2	(0,4)	0,4
		Flutuação do EUR/USD	0,8	(1)	1	(3)	3
		Flutuação da Euribor		(0,01)	0,01	(0,01)	0,01
		Flutuação da Libor Dólar		(0,00)	0,00	(0,00)	0,00
Programa de proteção para os empréstimos e financiamentos em euros	Item Protegido - Dívida indexada à Euro		n.a.	1	(1)	3	(3)
	Swap taxa fixa em EUR vs. taxa fixa em USD	Flutuação do BRL/USD		(5)	5	(9)	9
		Flutuação do EUR/USD	(14)	(315)	315	(630)	630
		Flutuação da Euribor		(9)	9	(19)	19
		Flutuação da Libor Dólar		(14)	13	(28)	27
Programa de proteção para os empréstimos e financiamentos atrelados a taxa flutuante em USD	Item Protegido - Dívida indexada à Euro		n.a.	315	(315)	630	(630)
	Swap USD flutuante vs. USD fixo	Flutuação do BRL/USD		(2)	2	(4)	4
		Variação USD Libor	(6)	(0)	0	(1)	1
	Item Protegido - Dívida pós-fixada da Vale Inco		n.a.	0	(0)	1	(1)
Programa de Proteção Cambial para Venda de Carvão a Preço Fixo	Compra a termo de Dólar Australiano	Flutuação do USD/AUD		(3)	3	(6)	6
		Flutuação do BRL/USD	4	(1)	1	(2)	2
		Variação USD Libor		0,00	0,00	0,00	0,00
	Item Protegido: Parte dos custos da Vale demoninados em dólar australiano		n.a.	3	(3)	6	(6)

Análise de sensibilidade - Derivativos de commodities

Valores em R\$ milhões

Programa	Instrumento	Risco	Valor justo	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV
Programa de <i>hedge</i> para operações de vendas de níquel	Contratos de venda de níquel com liquidação futura	Flutuação do preço do níquel		(189)	189	(377)	377
		Variação USD Libor	(87)	0	0	(1)	1
		Flutuação USD/BRL		(18)	18	(37)	37
	Item <i>hedgeado</i> - Parte da receita da Vale atrelada ao preço do níquel	Flutuação do preço do níquel	n.a.	189	(189)	377	(377)
Programa de venda de níquel a preço fixo	Contratos de compra de níquel com liquidação futura	Flutuação do preço do níquel		(22)	22	(44)	44
		Variação USD Libor	22	(0,0)	0,0	(0,1)	0,1
		Flutuação USD/BRL		(5)	5	(10)	10
	Item Protegido - Parte da receita das vendas de Níquel com preços fixos	Flutuação do preço do níquel	n.a.	22	(22)	44	(44)
Programa de proteção para operações de compra de níquel	Contratos de venda de níquel com liquidação futura	Flutuação do preço do níquel		(1)	1	(2)	2
		Variação USD Libor	(0,3)	(0,000)	0,000	(0,001)	0,001
		Flutuação USD/BRL		0,0	0,0	(0,1)	0,1
	Item Protegido - Parte da receita da Vale atrelada ao preço do níquel	Flutuação do preço do níquel	n.a.	1	(1)	2	(2)
Programa de Proteção para Compra de Óleo Combustível	Compra a termo de Óleo Combustível - Bunker Oil	Flutuação do preço do Bunker Oil		(51)	51	(103)	103
		Variação USD Libor	19	(0,1)	0,1	(0,3)	0,3
		Flutuação USD/BRL		(5)	5	(11)	11
	Item Protegido - Parte dos custos atrelado ao preço do óleo combustível	Flutuação do preço do Bunker Oil	n.a.	51	(51)	103	(103)
Programa de proteção para operações de compra de sucata de cobre	Contratos de venda de cobre com liquidação futura	Flutuação do preço do cobre		(1)	1	(1)	1
		Variação USD Libor	(0,5)	0,000	0,000	0,000	0,000
		Flutuação USD/BRL		(0,1)	0,1	(0,2)	0,2
	Item Protegido - Parte da receita da Vale atrelada ao preço do níquel	Flutuação do preço do cobre	n.a.	1	(1)	1	(1)

Análise de sensibilidade - Derivativos embutidos

Valores em R\$ milhões

Programa	Instrumento	Risco	Valor justo	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV
Derivativo embutido - Compra de matéria-prima (Níquel)	Derivativo Embutido - Compra de matéria-prima	Flutuação do preço do níquel		(6)	6	(13)	13
		Flutuação USD/BRL	(2)	(0)	0	(1)	1
Derivativo embutido - Compra de matéria-prima (Cobre)	Derivativo Embutido - Compra de matéria-prima	Flutuação do preço de cobre		(25)	25	(51)	51
		Flutuação USD/BRL	(5)	(2)	2	(5)	5
Derivativo embutido - compra de energia	Derivativo Embutido - Compra de Energia - Opções de Alumínio	Flutuação do preço do alumínio		(94)	155	(128)	274
		Flutuação USD/BRL	(295)	(73)	73	(145)	145

Análise de Sensibilidade - Derivativos de Companhias de Controle Compartilhado

Valores em R\$ milhões

Programa	Instrumento	Risco	Valor justo	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV
Programa de proteção cambial	Swap CDI vs. taxa fixa em USD	Flutuação do BRL/USD		(38)	38	(76)	76
		Flutuação do cupom cambial	(34)	(0,5)	0,5	(1,0)	1,0
		Flutuação da taxa pré em reais		0,00	0,00	0,00	0,00
	Item Protegido - Dívida indexada à dólares norte-americanos	Flutuação do BRL/USD	n.a.	38	(38)	76	(76)
Programa de <i>hedge</i> cambial	Swap USD flutuante vs. Pré	Flutuação do BRL/USD		(0,1)	0,1	(0,3)	0,3
		Flutuação da Libor Dólar	(0,6)	(0,0)	0,0	(0,1)	0,1
	Item protegido - Dívida indexada a Libor	Flutuação da Libor Dólar	n.a.	0,0	(0,0)	0,1	(0,1)

Análise de Sensibilidade - Dívida e Investimentos de Caixa

As operações financeiras de investimento de caixa e captação atrelados a moedas diferentes de reais estão sujeitos à variação da taxa de câmbio, tais como EUR/USD e USD/BRL.

Valores em R\$ milhões

Programa	Instrumento	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV
Financiamento	Dívida denominada em BRL	Sem flutuação				
Financiamento	Dívida denominada em USD	Flutuação do BRL/USD	(7.077)	7.077	(14.154)	14.154
Financiamento	Dívida denominada em EUR	Flutuação do EUR/USD	(6)	6	(12)	12
Investimentos de caixa	Investimentos denominada em BRL	Sem flutuação				
Investimentos de caixa	Investimentos denominada em USD	Flutuação do BRL/USD	(1.821)	1.821	(3.641)	3.641

Ratings das contrapartes financeiras

As operações de derivativos são realizadas com instituições financeiras de primeira linha. Os limites de exposição a instituições financeiras são propostos anualmente para o comitê executivo de gestão de riscos e aprovados pela diretoria executiva. O acompanhamento do risco de crédito das instituições financeiras é feito utilizando uma metodologia de avaliação de risco de crédito que considera, dentre outras informações, os *ratings* divulgados pelas agências internacionais de *rating*. No quadro abaixo, apresentamos os *ratings* em moeda estrangeira publicados pelas agências Moody's e S&P para as principais instituições financeiras com as quais tínhamos operações em aberto em 31 de dezembro de 2010.

Nome da Contraparte	Moody's¹	S&P¹
Banco Santander	Aa3	AA
Itau Unibanco*	A2	-
HSBC	A1	AA-
JP Morgan Chase & Co	A1	A+
Banco Bradesco*	A1	BBB
Banco do Brasil*	A2	BBB-
Banco Votorantim*	A3	BB+
Credit Agricole	Aa2	AA-
Standard Bank	A3	A
Deutsche Bank	A1	A+
BNP Paribas	Aa3	AA
Standard Bank	-	-
Citigroup	Baa1	A
Banco Safra*	Baa1	BBB-
ANZ Australia and New Zeland Banking	Aa2	AA
Banco Amazônia SA	-	-
Societe Generale	Aa3	A+
Bank of Nova Scotia	Aa2	AA-
Natixis	A1	A+
Royal Bank of Canada	Aa2	AA-
China Construction Bank	A1	A-
Goldman Sachs	A2	A
Bank of China	A1	A-
Barclays	Baa1	A+
BBVA Banco Bilbao Vizcaya Argentaria	Aa3	AA

* Para bancos brasileiros foi usado rating global dos depósitos em moeda local

** Rating da empresa controladora

27. Informações por Segmento de Negócios e Receitas por Área Geográfica Consolidadas

A Companhia divulga informações por segmento de negócio operacional consolidado e as receitas por área geográfica consolidadas, de acordo com os princípios e conceitos de “principal gestor das operações”, pelo qual as informações financeiras são apresentadas internamente e utilizadas pelos tomadores de decisão tanto na avaliação de desempenho quanto e para decidir como alocar recursos aos segmentos.

A Diretoria Executiva, com base nas informações disponíveis efetua análise para tomada de decisões estratégicas, revisando e direcionando as aplicações dos recursos, considerando o desempenho dos setores produtivos, das áreas de negócios e efetuando análise dos resultados por segmentos geográficos sob a ótica de comercialização, concentração do mercado, logística de exploração e colocação dos produtos.

As informações são analisadas por segmento como segue:

Bulk Material - Compreendem a extração de minério de ferro e produção de pelotas, bem como os sistemas de transporte do Norte, do Sul e do Sudeste, incluindo ferrovias, portos e terminais, vinculados as operações de mineração. O minério de manganês e ferroligas também estão incluídos neste segmento.

Metais básicos – Compreendem a produção de minerais não-ferrosos, incluindo as operações de níquel (co-produtos e subprodutos), cobre e alumínio - compreende a comercialização de alumínio, refino de alumina e fundição de metais de alumínio e investimentos em joint ventures e coligadas de mineração de bauxita.

Fertilizantes – Compreende três importantes grupos de nutrientes: potássio, fosfatados e nitrogênio. Este negócio está sendo formado através de aquisições e crescimento orgânico. Este é um novo negócio, reportado a partir de 2010.

Serviços de Logística – compreende os sistemas de transporte de cargas para terceiros divididos em serviços de transporte ferroviário, portuários e de navegação.

Outros - compreendem os investimentos em joint ventures e coligadas em outros negócios.

As informações apresentadas à alta administração com o respectivo desempenho de cada segmento são geralmente derivadas dos registros contábeis mantidos de acordo com as práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil, com algumas realocações mínimas entre os segmentos.

Resultado por segmento – antes das eliminações (segmento)

	dezembro 31, 2010							Consolidado dezembro 31, 2009						
	Bulk Materials	Metais Básicos	Fertilizantes	Logística	Outras	Eliminação e reclassificação	Consolidado	Bulk Materials	Metais Básicos	Fertilizantes	Logística	Outras	Eliminação e reclassificação	Consolidado
RESULTADO														
Diluído	108.410	18.992	3.456	4.033	2.399	(54.065)	83.225	53.218	17.948	810	3.303	1.107	(27.890)	48.496
Custos e despesas	(66.485)	(15.596)	(3.284)	(3.225)	(2.469)	54.065	(36.994)	(37.115)	(16.327)	(420)	(2.379)	(1.525)	27.890	(29.876)
Depreciação, exaustão e amortização	(2.605)	(2.436)	(374)	(271)	(55)	-	(5.741)	(2.169)	(2.810)	(56)	(366)	(46)	-	(5.447)
	39.320	960	(202)	537	(125)	-	40.490	13.934	(1.189)	334	558	(464)	-	13.173
Resultado financeiro	(1.118)	(1.558)	109	(13)	(183)	-	(2.763)	2.836	(649)	-	(99)	6	-	2.094
Ganho na venda de ativos	-	-	-	-	-	-	-	174	(191)	-	-	110	-	93
Resultado de participações societárias; em não controladas	113	(2)	-	6	(165)	-	(48)	75	1	-	4	19	-	99
Imposto de renda e contribuição social	(7.420)	430	(5)	(77)	36	-	(7.036)	(5.783)	962	-	(134)	1	-	(4.954)
Lucro das operações continuadas	30.895	(170)	(98)	453	(437)	-	30.643	11.236	(1.066)	334	329	(328)	-	10.505
Resultado das operações descontinuadas	-	(222)	-	-	-	-	(222)	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do período	30.895	(392)	(98)	453	(437)	-	30.421	11.236	(1.066)	334	329	(328)	-	10.505
Lucro atribuído aos acionistas não controladores	(39)	(347)	39	-	(4)	-	(351)	22	(179)	-	-	(11)	-	(168)
Lucro atribuído aos acionistas controladores	30.856	(739)	(59)	453	(441)	-	30.070	11.258	(1.245)	334	329	(339)	-	10.337
Vendas classificadas por área geográfica:														
América, exceto Estados Unidos	2.748	2.714	70	24	30	(1.622)	3.964	1.091	2.704	-	4	-	(1.177)	2.622
Estados Unidos	232	1.380	-	2	918	(99)	2.433	77	1.762	-	-	585	(160)	2.264
Europa	23.156	5.588	10	12	191	(12.721)	16.236	12.309	5.186	-	-	2	(9.416)	8.081
Oriente Médio/África/Oceania	5.401	463	32	-	-	(2.015)	3.881	2.324	701	-	-	-	(1.412)	1.613
Japão	12.285	2.489	-	-	18	(5.489)	9.303	5.067	1.802	-	-	-	(2.161)	4.708
China	46.679	1.683	-	-	4	(20.784)	27.582	24.777	1.757	-	119	53	(8.065)	18.641
Ásia, exceto Japão e China	8.837	3.125	23	-	2	(4.348)	7.639	3.660	2.264	-	-	61	(1.860)	4.125
Brasil	9.072	1.550	3.321	3.995	1.236	(6.987)	12.187	3.913	1.772	810	3.180	406	(3.639)	6.442
Receita Bruta	108.410	18.992	3.456	4.033	2.399	(54.065)	83.225	53.218	17.948	810	3.303	1.107	(27.890)	48.496
Ativos														
Imobilizado e intangíveis	56.150	58.166	17.056	7.050	9.939	-	148.361	43.154	61.235	2.491	7.140	11.368	-	125.388
Investimentos	480	18	-	224	3.223	-	3.945	525	22	-	218	3.797	-	4.562

28. Custos dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados, Despesas por Natureza com Vendas e Administrativas, Outras Despesas (receitas) Operacionais, Líquidas

Os custos de produtos vendidos e serviços prestados estão assim representados:

	Consolidado		Controladora	
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados				
Pessoal	3.921	4.077	2.029	1.879
Material	6.071	5.943	2.959	2.716
Óleo combustível e gases	3.615	2.777	1.597	1.128
Serviços contratados	4.640	4.274	3.720	2.904
Energia	2.243	1.760	1.090	747
Aquisição de produtos	1.903	1.219	1.741	363
Depreciação e exaustão	4.916	4.642	1.669	1.636
Outros	6.447	3.058	3.087	2.276
Total	33.756	27.750	17.892	13.649

As despesas são demonstrados nos quadros como segue:

	Consolidado		Controladora	
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Despesas com vendas e administrativas				
Pessoal	828	640	507	377
Serviços (Consultoria, infraestrutura e outros)	624	385	376	213
Propaganda e publicidade	221	199	213	184
Depreciação	427	385	314	295
Despesas de viagem	52	36	24	15
Aluguéis e impostos	94	87	33	14
Comunidades Indígenas	20	21	20	21
Lei Rouanet	104	43	90	43
Outras	250	148	134	62
Vendas(*)	581	403	37	20
Total	3.201	2.347	1.748	1.244

(*) Representa basicamente, gastos com escritórios no exterior e a provisão para créditos de liquidação.

	Consolidado		Controladora	
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Outras despesas (receitas) Operacionais, líquidas				
Provisão para contingências	242	230	88	236
Provisão para perdas com créditos de ICMS	210	259	23	81
Provisão para remuneração variável	453	320	266	196
Fundação Vale do Rio Doce - FVRD	96	99	92	99
Recuperação de PIS/COFINS	-	-	-	(295)
Provisão para baixa de materiais/inventário	191	9	4	-
Usufruto de Ações	32	32	-	-
Baixa de direitos minerários	97	-	-	-
Pré operacionais, paradas de usina e capacidade ociosa	1.968	1.998	82	596
Pesquisa e desenvolvimento	1.567	1.964	1.003	1.314
Outras	922	315	204	14
Total	5.778	5.226	1.762	2.241

29. Resultado Financeiro

Os resultados financeiros ocorridos nos períodos, registrados por natureza e competência dos períodos, para uma melhor análise, conforme segue são:

Despesas financeiras	Consolidado		Controladora	
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Juros	(2.155)	(1.859)	(2.042)	(2.253)
Coningências trabalhistas, cíveis e fiscais	(282)	(160)	(261)	(156)
Derivativos	(305)	(576)	(1)	(1)
Variações monetárias e cambiais	(804)	(6.175)	(893)	(33)
Debentures Participativas	(849)	(437)	(849)	(437)
IOF	(137)	(72)	(57)	(15)
Outras	(1.367)	(763)	(531)	(408)
	(5.899)	(10.042)	(4.634)	(3.303)
Receitas financeiras				
Partes relacionadas	1	-	73	41
Aplicações financeiras	434	705	210	318
Derivativos	1.341	3.515	1.171	2.529
Variações monetárias e cambiais	1.247	7.755	1.542	10.370
Outras	113	161	17	78
	3.136	12.136	3.013	13.336
Resultado financeiro líquido	(2.763)	2.094	(1.621)	10.033
Resumo das Variações monetárias e cambiais				
Caixa e equivalentes de caixa	(192)	(3.446)	(16)	(33)
Empréstimos	1.247	7.755	367	523
Partes Relacionadas	-	-	1.174	9.724
Outros	(612)	(2.729)	(877)	123
Líquido	442	1.580	648	10.337

30. Compromissos

Projeto Níquel – Nova Caledônia

Em relação ao acordo de benefício fiscal para financiamento sobre arrendamento patrocinado a respeito de pelo Governo Francês, fornecemos algumas garantias em dezembro de 2004, em favor da Vale New Caledônia S.A.S. (“VNC”) para as quais garantimos pagamentos devidos da VNC até o montante máximo de US\$100 milhões (equivalentes a R\$ 167 em 31 de dezembro de 2010) (“Montante Máximo”) em relação à indenização. Esta garantia foi fornecida a BNP Paribas em benefício de investidores de impostos da Gnifi, uma entidade de propósito especial que possui uma parte dos ativos em nossa planta de processamento de níquel cobalto na Nova Caledônia (Ativos Girardin). Também fornecemos uma garantia adicional que cobre pagamentos devidos a VNC de (a) montantes que excedem o Montante Máximo em relação à indenização e (b) certos outros montantes pagáveis pela VNC sob o acordo de arrendamento que cobre os Ativos Girardin. Esta garantia foi fornecida a BNP Paribas em benefício da Gnifi.

Outro compromisso relacionado à VNC foi que os Ativos Girardin estariam substancialmente concluídos em 31 de dezembro de 2009. Em virtude do atraso a Administração propôs uma extensão de prazo para 31 de dezembro de 2010, que foi aceito. Conseqüentemente, os benefícios da estrutura de financiamento são altamente prováveis e não prevemos perdas das vantagens fiscais fornecidas sob essa estrutura de financiamento.

Em 2009 duas novas garantias bancárias totalizando US\$58 milhões (€\$43 milhões) (equivalentes a R\$ 97 milhões em 31 de dezembro de 2010) foram constituídas por nós em nome da VNC e em favor da Província do Sul da Nova Caledônia de maneira a garantir desempenho da VNC com respeito a certas obrigações ambientais relativas a planta metalúrgica e a instalação de armazenamento de resíduos de Kwe West.

Sumic Nickel Netherlands B.V. (“Sumic”), detentora de 21% das ações da VNC, tem uma opção de vender para nós 25%, 50% ou 100% de suas ações da VNC. Esta opção poderá ser exercida se o custo inicial do projeto de desenvolvimento de níquel-cobalto, exceder US\$4,2 bilhões (equivalentes a R\$ 7 bilhões em 31 de dezembro de 2010) e um acordo não for alcançado. Em 15 de fevereiro de 2010, aditamos, formalmente, nosso acordo com a Sumic para aumentar o limite para aproximadamente US\$4,6 bilhões (equivalentes a R\$ 7,7 bilhões em 31 de dezembro de 2010). Em 27 de maio de 2010 o limite foi atingido e em

22 de outubro de 2010, foi assinado um acordo para prorrogar a data de opção de venda para o primeiro semestre de 2011. Em 25 de janeiro de 2011 uma nova passando do acordo foi assinada prorrogando a data de opção de venda para o segundo semestre de 2011.

Concedemos uma garantia cobrindo certos pagamentos indenizatórios da VNC ao fornecedor, sob um acordo de fornecimento de energia elétrica ("ESA"), celebrado em outubro de 2004 para o projeto. O montante de pagamentos indenizatórios depende de uma série de fatores, incluindo a eventual rescisão da ESA por descumprimento contratual e o término antecipado do contrato. Durante o primeiro trimestre de 2010, começou o início do fornecimento de energia elétrica pela ESA e os montantes garantidos foram reduzidos ao longo da vida do ESA partindo do seu montante máximo. Em 31 de dezembro de 2010, a garantia era de US\$169 milhões (€\$126 milhões) (equivalentes a R\$ 282 em 31 de dezembro de 2010).

Em fevereiro de 2009, nós e nossa subsidiária Vale Newfoundland e Labrador Limited ("VNL"), celebramos um quarto aditivo ao acordo de Desenvolvimento de Voisey's Bay com o Governo de Newfoundland e Labrador, Canadá, que permite a VNL embarcar até 55.000 toneladas métricas de níquel concentrado das minas da área de Voisey's Bay. Como parte do acordo, VNL foram emitidas cartas de crédito ao Governo de Newfoundland e Labrador, cada no montante de US\$16 milhões (CAD\$16 milhões) (equivalentes a R\$ 27 em 31 de dezembro de 2010) para cada embarque de níquel concentrado enviado para fora da província de 1º de janeiro de 2009 até 31 de agosto de 2009. O montante desta garantia financeira foi de US\$110 dólares canadenses (CAD\$112 milhões).

Em 31 de dezembro de 2010, houve um adicional de US\$114 milhões (equivalentes a R\$ 190 em 31 de dezembro de 2010) de cartas de crédito emitidas e não liquidadas nos termos do nosso sindicato de linha de crédito rotativo como também um adicional de US\$39 milhões (equivalentes a R\$ 65 em 31 de dezembro de 2010) em cartas de créditos e US\$57 milhões (equivalentes a R\$ 95 em 31 de dezembro de 2010) em garantias bancárias emitidas e não liquidadas. Estas estão associadas com as reclamações ambientais e outros itens operacionais associados, tais como seguros, compromissos de eletricidade e direitos de importação e exportação.

Arrendamento Mercantil

O quadro a seguir demonstra o valor mínimo de pagamentos anuais futuros do arrendamento operacional em 31 de dezembro de 2010.

Exercícios findos em 31 de dezembro:

2011	178
2012	178
2013	178
2014	178
2015 em diante	<u>1.820</u>
Total	<u>2.532</u>

O total de despesas com arrendamento operacional em 31 de dezembro de 2010 e 2009 foi de R\$ 178 e R\$ 198, respectivamente.

Contratos de Concessões e Subconcessões

(a) Companhias de transporte ferroviário

A Companhia e algumas Companhias do Grupo celebraram com a União, por intermédio do Ministério dos Transportes, contratos de concessão para exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga e arrendamento dos bens destinados à prestação desses serviços. Os registros contábeis das concessões e subconcessões estão demonstrados nas notas 16 e 23.

Os prazos de concessão por ferrovia são:

Ferrovia	Término do prazo de concessão
Vitória a Minas e Carajás (direta) (*)	Junho de 2027
Carajás (direta) (*)	Junho de 2027
Malha Centro-Leste (indireta via FCA)	Agosto de 2026
Malha Sudeste (indireta via MRS)	Dezembro de 2026
Ferrovia Norte Sul S.A. (FNS)	Dezembro de 2037

(*) Concessões não onerosas.

A concessão se extinguirá com a concretização de um dos seguintes fatos: término do prazo contratual, encampação, caducidade, rescisão, anulação, falência ou extinção da concessionária.

As concessões, subconcessões e arrendamentos das Companhias controladas são tratados contabilmente no conceito de arrendamento, operacional e apresentam as seguintes características:

	FNS	FCA	MRS
Ferrovias			
1) Nº de parcelas totais	3	112	118
2) Periodicidade de pagamento	(*)	Trimestral	Trimestral
3) Índice de atualização	IGP-DI FGV	IGP-DI FGV	IGP-DI FGV
4) Nº de parcelas já pagas	2	47	50
5) Valor atualizado da prestação			
Concessão	R\$ 0	R\$ 2	R\$ 3
Arrendamento	R\$ 0	R\$ 29	R\$ 49
Subconcessão	R\$ 496	R\$ 0	R\$ 0

(*) De acordo com a entrega de cada trecho da ferrovia

(b) Portos

A Companhia possui terminais portuários especializados, conforme abaixo:

Terminal	Localização	Término do prazo de concessão
Terminal de Tubarão, Praia Mole e Granéis Líquidos	Vitória - ES	2020
Terminal de Praia Mole	Vitória - ES	2020
Terminal de Produtos Diversos	Vitória - ES	2020
Terminal de Granéis Líquidos	Vitória - ES	2020
Terminal de Vila Velha	Vila Velha - ES	2023
Terminal Marítimo de Ponta da Madeira - Pier I e III	São Luís - MA	2018
Terminal Marítimo de Ponta da Madeira - Pier II	São Luís - MA	2010 (*)
Terminal Marítimo Inácio Barbosa	Aracaju - SE	2012
Terminal de Exportação de Minério - Porto de Itaguaí	Rio de Janeiro - RJ	2021
Terminal Marítimo da Ilha Guaiúba - TIG - Mangaratiba	Rio de Janeiro - RJ	2018

(*) Prorrogação do prazo de vigência por 36 meses até a realização de nova licitação pública.

31. Partes Relacionadas

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia em condições estritamente comutativas, observando-se preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia.

No curso normal das operações, a Vale contraem direitos e obrigações com partes relacionadas (controladas, coligadas, controladas em conjunto e acionistas), oriundas de operações de venda e compra de produtos e serviços, arrendamento de ativos, comercialização de matéria-prima, assim como de serviços de transporte ferroviário, com preços pactuados entre as partes e também operações de mútuos com taxa de juros de 94% do CDI.

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia em condições estritamente comutativas, observando – se preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia.

Os saldos das operações com partes relacionadas e seus efeitos nas demonstrações contábeis podem ser identificados como segue:

Consolidado					
Ativo					
31 de dezembro de 2010		31 de dezembro de 2009		1º de janeiro de 2009	
Clientes	Partes relacionadas	Clientes	Partes relacionadas	Clientes	Partes relacionadas
Baovale Mineração S.A.	1	-	1	2	-
Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização - HISPANOBRÁS	216	-	29	8	-
Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização - ITABRASCO	-	-	1	35	7
Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização - NIBRASCO	-	-	-	10	1
Korea Nickel Corporation	20	-	19	90	-
MRS Logística S.A.	1	-	-	-	-
Samarco Mineração S.A.	44	6	10	37	11
Outros	189	92	31	29	9
Total	471	98	91	68	28
Registrado no:					
Circulante	471	90	91	4	28
Não Circulante	-	8	-	64	-
Total	471	98	91	68	28

Consolidado					
Passivo					
31 de dezembro de 2010		31 de dezembro de 2009		1º de janeiro de 2009	
Fornecedores	Partes relacionadas	Fornecedores	Partes relacionadas	Fornecedores	Partes relacionadas
Baovale Mineração S.A.	25	-	19	23	-
Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização - KOBASCO	5	1	5	18	8
Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização - HISPANOBRÁS	245	-	28	15	51
Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização - ITABRASCO	8	-	5	46	27
Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização - NIBRASCO	9	10	8	23	58
Minas da Serra Geral	8	-	8	14	7
Mineração Rio do Norte S.A.	25	-	26	53	-
MRS Logística S.A.	8	-	310	108	125
Mitsui & CO, LTD	101	-	45	-	-
Outros	118	16	55	1	11
Total	552	27	509	136	287
Registrado no:					
Circulante	552	24	509	33	162
Não Circulante	-	3	-	103	125
Total	552	27	509	136	287

Controladora					
Ativo					
31 de dezembro de 2010		31 de dezembro de 2009		01 de janeiro de 2009	
Clientes	Partes relacionadas	Clientes	Partes relacionadas	Clientes	Partes relacionadas
ALUNORTE - Alumina do Norte do Brasil S.A.	2	18	33	72	127
Baovale Mineração S.A.	2	3	3	-	2
Companhia Portuária Baía de Sepetiba - CPBS	1	6	-	-	-
CVRD OVERSEAS Ltd.	1.244	-	545	-	-
Ferrovia Centro - Atlântica S.A.	50	44	59	68	30
Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização - HISPANOBRÁS	438	-	60	-	-
Minerações Brasileiras Reunidas S.A. - MBR	4	677	6	687	678
MRS Logística S.A.	1	21	1	6	17
Salobo Metais S.A.	7	5	3	234	234
Samarco Mineração S.A.	88	13	21	75	378
Vale International S.A.	15.614	1.553	1.672	4.653	3.102
Vale Manganês S.A.	32	182	36	181	597
Outros	274	537	167	226	465
Total	17.757	3.059	2.606	6.202	5.630
Registrado no:					
Circulante	17.757	1.123	2.606	4.360	2.232
Não circulante	-	1.936	-	1.842	3.398
Total	17.757	3.059	2.606	6.202	5.630

	Controladora					
	Passivo					
	31 de dezembro de 2010		31 de dezembro de 2009		01 de janeiro de 2009	
	Fornecedores	Partes relacionadas	Fornecedores	Partes relacionadas	Fornecedores	Partes relacionadas
ALUNORTE - Alumina do Norte do Brasil S.A.	15	-	16	-	13	-
Baovale Mineração S.A.	51	-	39	-	46	-
Companhia Portuária Baía de Sepetiba - CPBS	28	-	30	2	-	80
CVRD OVERSEAS Ltd.	-	217	-	491	-	790
Ferrovia Centro - Atlântica S.A.	19	-	14	2	13	57
Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização - KOBRASCO	9	-	9	-	36	12
Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização - HISPANOBRÁS	500	-	57	2	31	104
Minerações Brasileiras Reunidas S.A. - MBR	32	271	30	88	28	22
MRS Logística S.A.	25	-	433	-	224	-
Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização - NIBRASCO	18	21	17	21	47	139
Salobo Metais S.A.	-	-	16	-	-	-
Vale International S.A.	4	32.412	42	34.808	30	46.252
Mitsui & CO, LTD	101	-	45	-	-	-
Outros	199	2	97	40	151	133
Total	1.001	32.923	845	35.454	619	47.589
Registrado no:						
Circulante	1.001	5.326	845	7.343	619	9.578
Não circulante	-	27.597	-	28.111	-	38.011
	1.001	32.923	845	35.454	619	47.589

	Consolidado					
	Receita		Despesa/Custo		Financeiro	
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Baovale Mineração S.A.	8	5	18	18	-	-
Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização - KOBRASCO	-	-	103	33	1	-
Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização - HISPANOBRÁS	386	75	477	68	3	(2)
Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização - ITABRASCO	-	-	40	17	1	-
Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização - NIBRASCO	-	-	67	44	1	(1)
Log-in S.A.	10	28	-	-	(0)	1
Mineração Rio do Norte S.A.	-	-	165	240	(0)	-
MRS Logística S.A.	16	13	610	526	33	(30)
Samarco Mineração S.A.	360	92	-	-	-	-
Outras	12	2	37	11	4	-
Total	792	215	1.518	1.018	42	(32)

	Controladora					
	Receita		Despesa/Custo		Financeiro	
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
ALBRAS - Alumínio Brasileiro S.A.	159	130	-	-	-	-
ALUNORTE - Alumina do Norte do Brasil S.A.	284	368	151	131	(1)	(22)
Baovale Mineração S.A.	16	10	36	37	-	-
Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização - KOBRASCO	-	-	206	66	2	-
Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização - HISPANOBRÁS	828	161	1.141	130	2	(3)
Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização - ITABRASCO	-	-	88	35	2	(1)
Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização - NIBRASCO	-	-	263	89	2	63
Companhia Portuária Baía de Sepetiba - CPBS	-	-	310	291	(0)	(7)
CVRD Overseas Ltd.	6.511	2.551	-	-	(108)	131
Ferrovia Centro - Atlântica S.A.	196	182	97	9	10	5
Ferrovia Norte Sul S.A.	13	-	-	-	-	-
Vale Canada Limited	8	-	-	-	43	-
MRS Logística S.A.	22	19	1.035	899	71	-
Samarco Mineração S.A.	719	184	-	-	-	-
Vale Energia S.A.	1	-	435	217	-	-
Vale International S.A.	36.418	19.002	-	-	(458)	8.370
Vale Manganês S.A.	93	72	-	-	-	-
Outras	78	18	2	61	-	-
Total	45.345	22.697	3.764	1.986	(415)	8.562

Adicionalmente, a Vale mantém com seus acionistas Banco Nacional de Desenvolvimento Social no valor de R\$ 3.618 e BNDES Participações S. A. no valor R\$1.232 em 31 de dezembro de 2010, operações de empréstimos remunerados a juros de mercado, cujo maior prazo de vencimento é setembro de 2029. As operações geraram despesas de juros de R\$147 no resultado. As operações financeiras com o acionista Bradesco no valor de R\$956 em 31 de dezembro de 2010, geraram no resultado despesas de juros de R\$9.

Remuneração do pessoal chave da administração:

	Em 31 de dezembro de	
	2010	2009
Benefícios de curto prazo:	56	37
- Salário ou pró-labore	17	15
- Benefícios direto e indireto	18	3
- Bônus	21	19
Benefícios de longo prazo:	30	11
- Baseada em ações	30	11
Cessação do cargo	4	4
	90	52

Informações Adicionais (não auditado)

Balanco Social

A Companhia apresenta anualmente seu relatório de sustentabilidade, elaborado de acordo com as diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI), que reafirma o compromisso de reforçar estrategicamente o desenvolvimento sustentável por meios de importantes diretrizes globais a Política de Desenvolvimento Sustentável da Companhia, visa à construção de um legado social, econômico e ambiental nas regiões onde atua composta pelos pilares de Operador Sustentável, Catalisador de Desenvolvimento Local e Agente Global de Sustentabilidade. Dentro desses princípios e diretrizes, a Companhia publica o balanço social que demonstra os indicadores sociais, ambientais, o quantitativo funcional e informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial que foi elaborado de acordo com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade – CFC nº 1003. As informações apresentadas foram obtidas através dos registros auxiliares e de determinadas informações gerenciais da Companhia, das controladas diretas, indiretas e de controle compartilhado.

Na seleção de fornecedores, a Companhia considera aspectos jurídicos, ambientais e de saúde e segurança. Do ponto de vista jurídico, é exigida situação regular em questões tributárias e trabalhistas/ previdenciárias. O aspecto ambiental é verificado por meio de documentos que comprovem a situação regular das operações dos fornecedores junto aos órgãos competentes, além de evidências da implantação de políticas de preservação ambiental. O compromisso com saúde e segurança é avaliado por meio de um questionário que mede a prática de políticas preventivas. É considerada também a importância da atuação do fornecedor em sua região de origem. Além de contratar fornecedores levando em consideração os critérios acima, a Companhia também implementa o Programa de Desenvolvimento de Fornecedores (PDF). Ao fomentar o desenvolvimento dos fornecedores, O PDF se desdobra em benefícios também para a comunidade e para os negócios da região, apoiando o seu desenvolvimento socioeconômico. Além de contratar fornecedores levando em consideração os critérios acima, a Vale participa, em parceria com as federações das indústrias, órgãos de governos e demais entidades de classe, de programas regionais de desenvolvimento de fornecedores. A Vale implantou o Programa Inove com a finalidade de fortalecer o relacionamento com os pequenos e médios fornecedores regionais, por meio de capacitação e ferramentas para promover a realização de negócios com fornecedores regionais, por meio de ações educativas, linhas de crédito e incentivo a negócios, contribuindo com o desenvolvimento sustentável nas áreas de atuação da Companhia.

Base de cálculo	Consolidado						Controladora					
	2010			2009			2010			2009		
Receita Bruta	85.345			49.812			52.905			27.285		
Lucro operacional antes do resultado financeiro e das participações societárias	40.490			13.173			29.984			9.296		
Remuneração bruta	4.544			2.549			2.650			2.127		
Indicadores laborais	Valor	Folha de pagamento	Lucro operacional	Valor	Folha de pagamento	Lucro operacional	Valor	Folha de pagamento	Lucro operacional	Valor	Folha de pagamento	Lucro operacional
Alimentação	373	8%	1%	295	2%	2%	323	12%	1%	251	12%	3%
Encargos sociais compulsórios	1.056	23%	3%	792	6%	6%	760	29%	3%	634	30%	7%
Transporte	184	4%	0%	159	1%	1%	159	6%	1%	136	6%	1%
Previdência privada	267	6%	1%	208	2%	2%	119	4%	0%	106	5%	1%
Saúde	481	11%	1%	339	3%	3%	227	9%	1%	226	11%	2%
Educação	140	3%	0%	105	1%	1%	99	4%	0%	85	4%	1%
Creches	3	0%	0%	3	0%	0%	3	0%	0%	3	0%	0%
Participação nos resultados	842	19%	2%	868	7%	7%	778	29%	3%	635	30%	7%
Outros benefícios	121	3%	0%	86	1%	1%	98	4%	0%	68	3%	1%
Total - Indicadores laborais	3.467	77%	8%	2.855	23%	23%	2.566	97%	9%	2.144	101%	23%
Indicadores sociais	% sobre			% sobre			% sobre			% sobre		
	Valor	Lucro operacional	Faturamento bruto	Valor	Lucro operacional	Faturamento bruto	Valor	Lucro operacional	Faturamento bruto	Valor	Lucro operacional	Faturamento bruto
Tributos (excluídos encargos sociais)	9.543	24%	11%	5.810	44%	12%	9.035	30%	17%	6.336	68%	23%
Impostos pagos a recuperar	(1.725)	-4%	-2%	(571)	-4%	-1%	(1.582)	-5%	-3%	(532)	-6%	-2%
Investimentos em cidadania	690	2%	1%	489	4%	1%	618	2%	1%	482	5%	2%
Projetos e ações sociais	490	1%	1%	370	3%	1%	421	1%	1%	366	4%	1%
Cultura	173	0%	0%	100	1%	0%	172	1%	0%	97	1%	0%
Comunidades indígenas	27	0%	0%	19	0%	0%	25	0%	0%	19	0%	0%
Investimentos em meio ambiente	1.271	3%	1%	1.397	11%	3%	626	2%	1%	1.156	12%	4%
Total - Indicadores sociais	9.779	25%	11%	7.125	55%	15%	8.697	29%	16%	7.442	79%	27%
Indicadores do corpo funcional												
Total de empregados no final do ano	70.785			60.036			41.111			40.101		
Total de admissões durante o ano	12.312			2.633			6.494			1.805		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	direção			(X)	direção e gerências			(X)	todos (as) empregados (as)			
Os pradrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(X)	direção e gerências			todos (as) empregados (as)				todos (as) + CIPA			
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	não se envolve			segue as normas OIT				(X)	incentiva e segue a OIT			
A previdência privada contempla:	(X)	direção			(X)	direção e gerências			(X)	todos (as) empregados (as)		
A participação dos lucros ou resultados contempla:	(X)	direção			(X)	direção e gerências			(X)	todos (as) empregados (as)		
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	não são considerados			são sugeridos				(X)	são exigidos			
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	não se envolve			(X)	apóia			(X)	organiza e incentiva			

Critérios de responsabilidade social para a seleção dos fornecedores.